



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - PPGFIL
MESTRADO ACADÊMICO

KELINE DA COSTA BRITO

**MICHEL FOUCAULT E A GOVERNAMENTALIDADE (BIO) POLÍTICA: o domínio
da técnica no processo de fabricação da vida**

São Luís - MA
2022

KELINE DA COSTA BRITO

MICHEL FOUCAULT E A GOVERNAMENTALIDADE (BIO) POLÍTICA: o domínio da técnica no processo de fabricação da vida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Wandelson Silva de Miranda

São Luís - MA
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Brito, Keline da Costa.

MICHEL FOUCAULT E A GOVERNAMENTALIDADE BIO POLÍTICA : o domínio da técnica no processo de fabricação da vida / Keline da Costa Brito. - 2022.

140 f.

Orientador(a): Wandelson Silva de Miranda.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Biopolítica. 2. Governamentalidade. 3. Medicina. 4. Michel Foucault. 5. Tecnociência. I. Miranda, Wandelson Silva de. II. Título.

KELINE DA COSTA BRITO

MICHEL FOUCAULT E A GOVERNAMENTALIDADE (BIO) POLÍTICA: o domínio da técnica no processo de fabricação da vida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Wandelson Silva de Miranda

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wandelson Silva de Miranda
Doutor em Filosofia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Luís Hernán Uribe Miranda
Doutor em Filosofia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Domingos Ribeiro Mendes Júnior
Doutor em Filosofia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

À minha mãe, Maria J. Marques, meu avô Filocênio Carlos
e meus irmãos, com amor.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não poderia ser concluída sem a colaboração de pessoas especiais que estiveram envolvidas com o seu resultado, pois em meio às dificuldades encontrei conforto e confiança que me motivaram a seguir. Por isso, seguem meus sinceros agradecimentos aos que trilharam comigo este caminho de esforço e dedicação durante os dois últimos anos. Primeiramente agradeço a Deus pela vida e saúde.

Ao meu orientador Prof. Dr. Wandelson Silva de Miranda, que tenho como inspiração, agradeço imensamente pela confiança, paciência, apoio e orientação prestados neste trabalho e em todos realizados anteriormente. Sem dúvida, sem sua paciência, apoio e intervenções precisas, esta pesquisa não teria sido possível.

Agradeço, especialmente, à minha família pelo apoio inabalável que me deram durante o processo de pesquisa, por compreenderem minhas ausências. Desejo expressar a minha gratidão ao Rafael Soares, que desde o começo tem sido um incentivador e um parceiro na minha jornada.

Aos professores Luís Hernán Uribe Miranda e Domingos Ribeiro Mendes Júnior, que participaram da banca de qualificação, cujas valiosas considerações e sugestões tiveram grande contribuição para o texto final dessa dissertação.

Aos meus amigos, André Trindade e Luciano Brandão, que estiveram comigo em todo o percurso da pesquisa, aqueles com quem dividir angústias e aflições, mas também em quem encontrei palavras de conforto e apoio.

Agradeço, também, ao grupo de pesquisa NeoBio (Núcleo de estudos em Ontologia e Biopolítica) pelo amparo teórico e aos novos rumos que se abriram na pesquisa, além do programa de Pós-graduação em Filosofia — PPGFIL, especialmente aos professores pelo aprendizado e acolhimento. Gratidão!

“tenho absoluta consciência de me deslocar sempre, ao mesmo tempo, em relação às coisas pelas quais me interesso e em relação ao que já pensei. Não penso jamais a mesma coisa pela razão de que meus livros são, para mim, experiências, em um sentido que gostaria o mais pleno possível. Uma experiência é qualquer coisa de que se sai transformado” (FOUCAULT, 2013b, p. 289).

“sou um experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais pensar na mesma coisa de antes” (FOUCAULT, 2013b, p. 290).

RESUMO

A pesquisa visa analisar como os processos de fabricação da vida se constituíram diante das novas estratégias do poder, desenvolvidas sob o signo das tecnociências. Isso mostra um cenário de evolução, pois é possível compreender que a vida não está apenas ligada à ordem natural, mas também pode ser artificializada. De modo a estabelecer os limites dessa temática extensa, analisaremos como a filosofia de Michel Foucault, nos seus escritos tardios, contribui, sobretudo, para uma reflexão acerca dos desafios atuais no que diz respeito aos mecanismos biopolíticos e ao progresso das tecnologias médicas no domínio e majoração da vida. Para tanto, parte-se da premissa de que com o advento da governamentalidade neoliberal funcionou um processo de constituição de sociedades empresariais. Este evento não apenas redefiniu a estrutura social, mas também a potencialidade da política, seu papel na vida e a forma de usar os aparatos técnicos, afetando diretamente o homem no que diz respeito a uma maior longevidade, saúde, memória e força. Tais transformações entrelaçam a vida na lógica do poder, tornando-a virtualmente a base de novos saberes e de gerenciamentos econômicos virtualmente ilimitados. À vista disso, a técnica de modelação biológica tornou-se uma possibilidade de pôr fim aos perigos biológicos que ameaçam o homem, conforme possui a capacidade de intervir e recombinar a aleatoriedade do existir. Além disso, nossa vitalidade suscita cuidados que não são apenas estabelecidos pelos órgãos do Estado, mas que o próprio indivíduo desenvolve e aplica em si. A biopolítica neste sentido conquista novos espaços e métodos no sentido de requalificar a conjuntura social e cultural no fomento à melhor qualidade de vida, a reinventar-se na administração dos Estados sem deixar de lado suas preocupações centrais. Desse modo, fica evidente que as novas tecnologias de poder produzem mudanças nos significados e nas tendências da vida, pois, ela é percebida como uma forma biológica que pode ser aperfeiçoada, manipulada e, assim, o indivíduo se torna um produto da política.

Palavras-chave: Michel Foucault. Biopolítica. Governamentalidade. Medicina. Tecnociência

ABSTRACT

The research aims to analyze how the processes of production of life have been constituted in the face of new strategies of power, developed under the sign of technosciences. This shows a scenario of evolution, since it is possible to understand that life is not only linked to the natural order, but can also be artificialized. In order to establish the limits of this extensive theme, we will analyze how the philosophy of Michel Foucault, in his late writings, contributes, above all, to a reflection about the current challenges regarding biopolitical mechanisms and the progress of medical technologies in the domination and augmentation of life. To this end, we start from the premise that with the advent of neoliberal governmentality a process of constitution of entrepreneurial societies has worked. This event has not only redefined the social structure, but also the potentiality of politics, its role in life, and the way of using technical apparatuses, directly affecting man with regard to greater longevity, health, memory, and strength. Such transformations intertwine life in the logic of power, making it the basis of virtually unlimited new knowledge and economic management. In view of this, the technique of biological modeling has become a possibility to put an end to the biological dangers that threaten man, as it possesses the ability to intervene and recombine the randomness of existence. Moreover, our vitality calls for care that is not only established by the organs of the state, but that the individual himself develops and applies to himself. In this sense, biopolitics conquers new spaces and methods in the sense of requalifying the social and cultural conjuncture in the promotion of a better quality of life, reinventing itself in the administration of the States without leaving aside its central concerns. In this way, it is increasingly evident that the new technologies of power produce changes in the meanings and tendencies of life, since it is perceived as a biological form that can be perfected, manipulated, and, thus, the individual becomes a product of politics.

Keywords: Foucault. Biopolitics. Governmentality. Medicine. Technoscience

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAUL: PERSPECTIVAS DE UM CONCEITO.18	
2.1 ESTADO, PODER E SABER: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER.....	19
2.2 DA SOBERANIA À RAZÃO GOVERNAMENTAL.....	24
2.3 A FORMATAÇÃO DOS CORPOS E DA VIDA: NORMALIZAÇÃO E REGULAÇÃO.....	32
2.3.1 Biopolítica e a guerra em nome da vida.....	45
2.4 O LIBERALISMO COMO MODELO SOCIAL DA BIOPOLÍTICA.....	51
3 BIOPOLÍTICA, BIOLOGIA E AS TECNOLOGIAS MÉDICAS.....	61
3.1 RACIONALIDADE BIOPOLÍTICA E OS MECANISMOS DE SEGURANÇA.....	62
3.2 MEDICALIZAÇÃO SOCIAL E A GESTÃO SANITARISTA.....	74
3.3 DOS AVANÇOS DA BIOLOGIA E AS TÉCNICAS MÉDICAS.....	88
4 ONTOLOGIA (BIO) POLÍTICA E TECNOCIENCIA: FABRICAÇÃO DA VIDA NA CONTEMPORANEIDADE.....	97
4.1 NOVOS MECANISMOS BIOPOLÍTICOS: O CÓDIGO DA VIDA.....	98
4.2 TECNOMEDICINA E A NOVA POLÍTICA DA VIDA.....	103
4.2.1 Economia neoliberal e o processo de capitalização do bíos.....	109
4.3 A CONSTRUÇÃO DO CAMPO ANTROPOTECNOLÓGICO E NOVOS MODOS DE FABRICAÇÃO DA VIDA.....	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	135

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, temos assistido ao domínio das novas tecnociências em questões como reprodução, cura, morte e tudo o que está relacionado à existência do homem. O anseio de controlar os processos biológicos da vida está inserido em uma ideia de domínio da natureza, e, com o uso de tecnologias sofisticadas, a fronteira entre a vida natural e a artificial tende a se dissipar. O século XX legou ao XXI um cenário inovador de infinitas possibilidades com relação ao avanço das tecnologias genéticas e especialmente de esta ser aplicada ao humano, redefinindo assim a relação entre *antropos* e *techne*. Isso é perceptível quando analisamos as possibilidades de as novas tecnologias ajudarem a melhorar a qualidade de vida, ao identificar determinados genes responsáveis por diversas doenças, como também com o diagnóstico precoce que viabiliza melhores opções de tratamento.

Em certa medida, os desenvolvimentos tecnocientíficos contemporâneos possibilitam com a constituição de novas ciências como a cibernética, originar um novo modo de olhar o homem e seus processos biológicos, ao poder modificar geneticamente desde antes do próprio nascimento, intervindo diretamente sobre o código genético, corrigindo aquilo que são considerados defeitos biológicos. Essas pesquisas têm sido suscitadas especialmente a partir das condições impostas pela racionalidade neoliberal, que torna o indivíduo um empresário de si, que se autorregula. Assim sendo, a partir da constituição do saber médico, o indivíduo tem nos saberes seu suporte para visualizar diferentes rearranjos de sua corporeidade. Nos últimos anos, diversas empresas farmacológicas investem em pesquisas não apenas para a fabricação de medicamentos, mas sobretudo voltadas para operar sobre as condições de vulnerabilidade que rodeia a existência. Neste sentido, os laboratórios produzem muito mais que fantasias. A fertilização *in vitro*, por exemplo, simbolicamente representa essa junção da ciência e natureza diante do progresso no campo das novas tecnociências.

Dentre estas novas tecnologias, a engenharia genética¹ tem se destacado pelas contribuições que norteiam o mapeamento dos genes, impulsionado pelo projeto Genoma Humano, consegue permear os corpos, seja complementando funções doentes, seja ampliando suas capacidades físicas, de modo a assegurar uma melhor qualidade de vida. Recentemente, os laboratórios têm demonstrado que o homem contemporâneo está prosperando na realização de suas maiores ambições, à medida que as novas tecnologias fomentam o imaginário de que é

¹ Esta é uma das áreas das biotecnologias que está diretamente relacionada com a capacidade de alterar o material genético, sendo várias as possibilidades de sua ação, indo desde a indústria, agricultura como também na medicina.

possível superar as limitações humanas. Por isso, a filosofia tem buscado, nas mais diversas teorias, pensar criticamente sobre como a evolução da ciência e tecnologia pode afetar o homem e a sociedade no presente e futuro.

Esta é uma pesquisa que tem em vista averiguar, a partir do prisma teórico, o modo como a concepção de vida se altera a medida em que avança sobre ela uma mecânica de poder que busca multiplicá-la. Esta inquietação começou a tomar forma durante os encontros do grupo de pesquisa Neobio, a partir da articulação entre problemas decorrentes dos mecanismos biopolíticos relacionados ao desenvolvimento tecnológico, conseguir inserir-se em nossa essência biológica e modificar radicalmente a vida como a conhecemos. O fato de estarmos inseridos em contextos desafiadores, com as possibilidades que as pesquisas genéticas abrem, parece instigar e motivar a busca para compreendermos a dimensão de submissão que se apropria da vida, mas não um simples aspecto, e sim algo mais complexo, o biológico genético.

É evidente que as novas tecnologias permitem uma nova visão da vida, uma forma emergente que se caracteriza por tendências em vê-la no nível molecular em vez do orgânico, otimizando-a por tratar a suscetibilidade em vez da doença e assim, melhorar as capacidades em vez de simplesmente restaurar a saúde. Trata-se do campo biopolítico porque essas mudanças afetam a esfera econômica, que percebe o interesse dos indivíduos em adquirir aparatos que os deixem mais potentes, uma fonte de renda, seja na busca por alterações físicas no corpo, seja nas compras de medicamentos ou nas possibilidades de recombinação genética. Esse é, portanto, um mercado novo que dispõe da vida como potencial matéria-prima virtualmente ilimitada.

À vista disso, temos uma lógica política que encontra no desenvolvimento da tecnomedicina a possibilidade de criar condições de vida e no fim, fabricar novas formas de vida, recombinao material genético de organismos diferentes. A terminologia de biopolítica foi, ao longo do tempo, interpretada de diferentes maneiras. No entanto, Foucault conseguiu definir sua ação, compreendendo-a como o modo como se realiza a governamentalidade moderna, para incentivar, dirigir e administrar as forças sobre os homens, pois já não é mais o indivíduo a decidir sobre a política, e sim ela que decide sobre o homem. Então, Foucault se desloca para o entendimento que a biopolítica se refere a um fenômeno novo que insere a vida biológica e seus processos estrategicamente nos dispositivos de poder.

A partir desse momento, a vida se insere na história, e a história se interessa pela vida, assim, todos os aspectos dos viventes são inseridos no poder como um cálculo. Por conseguinte, a gestão política que se faz da vida serve de base para a perspectiva de saúde, doença e corpo

como um objeto de consumo. A ideia central da ação biopolítica nas análises de Foucault é a vida, seu ponto fulcral, em nome desta se investe em uma série de mecanismos, cálculos e regulações que impossibilitem os riscos que podem desregrar sua vitalidade e força. Por isso, a segurança deve ser buscada mesmo que isso signifique travar uma guerra com a própria vida. Neste sentido, a medicina se desenha como um instrumento que normatiza e administra a vida na administração do Estado, tornando-se um dos campos mais tenazes sobre tudo que representa a vida no planeta.

Por conseguinte, os desenvolvimentos da medicina têm estreita ligação com as novas formas de constituição e os novos empreendimentos sobre a vida. Das quais se substitui as antigas intervenções da cura de doenças (tratamentos que se desenrolavam por muito tempo e nem sempre obtinha grandes resultados) pelos transplantes, pelas adaptações mecânicas, pois, com isso, o tempo que o corpo tende a se recuperar é mais rápido e bem mais eficaz. A essência da medicina estaria nestes pormenores que cercam a existência humana, partindo da intervenção dietética, farmacológica para algo ainda mais radical que é a intervenção dos genes. De modo que esta dinâmica faz da política não apenas uma racionalidade que determina e conduz a ação dos indivíduos na vida pública, mas agora ele se infiltra na vida privada e no destino da espécie.

A transformação da vida biológica como campo de ação do poder foi o marco histórico do mundo moderno, elemento central da cena política a partir da compreensão do corpo como um objeto adaptável, funcional e operacional. Esse contexto gera interrogações que nos fazem refletir: até que ponto essa biopolítica, associada ao progresso das ciências da vida, pode dar ao homem o poder de decidir o futuro da espécie? Neste caso, como antecipar os problemas se não sabemos nem mesmo o que está sendo costurado pelas novas tecnologias? Como as tecnologias médicas redefinem os parâmetros de operação da biopolítica? Em todo caso, parece notório supor que somos levados ao momento que o homem poderá construir sua própria história pelas linhas da engenharia genética.

Ao controlar este tipo de conhecimento, o corpo mantém-se sendo aquele guiado pela natureza, mas é artificializado, buscando aperfeiçoamento e, gradualmente, emancipando-se desta determinação natural a partir do paradigma informacional. Os notáveis resultados advindos do saber médico ajudam a criar muitas expectativas daquilo que pode acontecer nos próximos anos, mas o que é possível notar é uma drástica mudança de sua organização e os mais diversos empreendimentos sobre a vida. Ora, não se trata apenas de ficção imaginar que as tecnologias médicas possam prever certas anomalias nos genes e ainda definir possíveis implicações que a união de dois indivíduos a partir de seus dados genéticos podem gerar em uma nova vida. O objetivo dessa nova medicina é, portanto, saber para prever e intervir através

de seus sofisticados dispositivos para diagnósticos, que além de representar o potencial alcance sobre a organicidade humana, condiciona seu saber para determinar as vidas.

Quando, a partir do tipo sanguíneo do indivíduo, se pode determinar a tendência com que este organismo reagirá diante de determinados alimentos, ou, por exemplo, qual a resistência desse organismo com relação à bebida alcoólica, se constrói uma dimensão nova em como lidamos com nosso corpo. Temos, desse modo, determinadas normativas a seguir e possibilidades de como podemos transformar nosso corpo com estímulos externos para alcançar sua maximização: os alimentos a serem ingeridos, as atividades necessárias, as reposições vitamínicas, enfim, existem determinados padrões de referência ótimos que denotam as condições com que o indivíduo tem cuidado de si. Por isso, há diversas teorizações a respeito do que futuramente poderá ser produzido a partir do conhecimento que se tem do corpo, em especial, com relação à decifração do código genético. Um corpo que ao ser operado pelas tecnologias médicas poderá resultar em um organismo melhorado no sentido de força, mas, simultaneamente, poderia implicar na fabricação de noções de corpo e vida diferentes. Esse imaginário tende a crescer quando observamos as recentes descobertas, científicas e tecnológicas em favor do prolongamento da vida, como a criogenia.

Essas diversas tecnologias da vida representam bem o anseio do homem de dar fim a finitude, aquilo que sempre o limitou diante de um futuro incerto. Sendo assim, poder determinar seus próximos passos parece despontar muitas ambições no horizonte frente as recentes descobertas da cibernética, inteligência artificial, etc. Ainda assim, muitos autores defendem que a subjetividade humana já está sendo reformulada, por isso, já seríamos novos humanos. Isto se deve não necessariamente pelo uso tecnológico como extensão da corporeidade, mas que quando compartilhamos ou usufruímos das experimentações médicas, de medicamentos para melhorar a memória, por exemplo, como também o consumo de alimentos transgênicos, etc. já nos tornamos humanos diferentes.

A partir do problema desta pesquisa, é nosso cerne, averiguar que as noções desenvolvidas em torno do conceito de biopolítica pensada por Foucault, tornara-se imprescindível para analisarmos o modo como a vida foi capturada e fabricada pelo fenômeno técnico político, levantamos algumas hipóteses: 1) as novas tecnologias médicas possibilitam a multiplicação da vida, estando aberta aos aparatos externos; 2) a lógica neoliberal fomenta e dar condições para o desenvolvimento de disposições políticas inovadoras quando se compreende as possibilidades de rentabilidade da vida; 3) ao dispor de instrumentos técnicos sofisticados, a racionalidade biopolítica terá condições propícias para ter mais controle sobre essa capacidade de melhoramento, e assim, otimizar e intervir sobre a vitalidade em vias

diferentes; 4) se antes se preconizava apenas os fenômenos externos ao homem, hoje se vê que todo o *bíós* pode ser administrado; 5) a tecnomedicina deixa de se preocupar com os polos saúde e doença, e age na esfera da suscetibilidade e risco biológico. Ou seja, ao invés de intervir sobre o problema, se elimina sua possibilidade; 6) o fato de as recombinações genéticas acessarem o corpo não o (torna) menos biológico.

De modo a sustentar esta tese e evidenciar essas hipóteses, utilizaremos o seguinte procedimento metodológico: a) pesquisa bibliográfica sobre as implicações do conceito de biopolítica a partir de Michel Foucault, passando pelos conceitos de poder, governamentalidade, poder pastoral, neoliberalismo e medicalização indefinida. Considerando estas questões, o objetivo deste trabalho é analisar como a filosofia de Michel Foucault, em seus escritos tardios, contribui para refletirmos sobre os desafios contemporâneos relacionados aos mecanismos biopolíticos e o avanço das tecnologias médicas no domínio e majoração da vida. Dado que, como a vida foi compreendida frente a racionalidade de um poder que visa multiplicá-la a partir dos saberes, produziu meios eficientes de administrá-la, e encontra na tecnociência novos horizontes de acesso para torná-la mais forte e longa. Assim como visamos identificar, como a constituição desse cenário favorece para a constituição do corpo mais potente, assim como de novas subjetividades.

Destarte, o trabalho está dividido em três partes: no primeiro capítulo, intitulado *Biopolítica em Michel Foucault: Perspectivas de um conceito*, introduzimos conceitos importantes que norteiam a concepção de Foucault sobre a biopolítica, da forma como o poder capitaliza a vida e seus processos, evidenciando sua regulação e possibilidade de administrá-la. Enfatizando, que a biopolítica pôde se exercer devido à junção de saber e o mecanismo de poder como ferramentas ou suportes de sua ação, pois, a modernidade revisitou a necessidade de conhecer, regular os índices de saúde por permitir administrar a multiplicidade².

O segundo capítulo, *Biopolítica, biologia e tecnologias médicas*, enfatizamos reflexões sobre essa construção dos indivíduos e da vida nos moldes da racionalidade biopolítica, que suscita vitalidade, força e eficiência. Sendo assim, é condicionada e

² Agora, como vimos, a vida da espécie se torna centro do poder, então sua saúde, longevidade serão preocupações constantes do Estado, uma vez que uma população forte constitui um Estado mais forte. Neste horizonte, teremos a ascendência de um saber primordial enquanto mecanismo que preserva as forças biológicas do homem, que controla a higiene: a medicina. Para isso, se valerá dos fenômenos que compreendem a multiplicidade da vida humana, os fenômenos de massa, criando mecanismos estatísticos a fim de se adquirir informações precisas sobre as taxas de natalidade, morbidade, violência, obesidade, etc., para regulá-los, prevê-los e controlá-los. Ou seja, quando a medicina se utiliza da capitalização dos dados que acometem a vida humana, terá as condições de agir sobre estes fenômenos, criando condições favoráveis de prolongar a vida. Portanto, seguindo a análise de Foucault, podemos compreender o biopoder como poder que investe na vida da espécie, tem a vida como objeto e utiliza da medicina como técnica política de intervenção, um poder-saber.

administrada pelas vias de saberes como a medicina, que a concebe como um dado biológico que pode ser melhorada e potencializada. Neste sentido, a lógica neoliberal condiz com um novo campo de instrumentalização das condições de vida produzidas pelo mercado.

Por fim, o terceiro capítulo, intitulado *Ontologia (bio) política e tecnociência: fabricação da vida na contemporaneidade*, discute como as possibilidades de transformações tecnológicas se apresentam em cenários inovadores com o conhecimento molecular e os avanços da genética. Contexto esse evidenciado pela forma com que a vida foi compreendida no campo da biologia e das novas tecnociências, fazendo com que sua administração e digitalização fosse mais uma etapa embasada aos moldes da política moderna, que redefinem uma nova perspectiva de compreensão tanto homem como da vida.

A escolha por este tema nos leva a observar a tarefa do fazer filosofia, o percurso pelas diferentes formas de atuação dos mecanismos reguladores e entender as relações destas no espectro filosófico. A utilização dos usos da técnica trouxe certamente novas dimensões na forma como o homem age e interage com os demais. Dado que, traz em si a possibilidade de melhoramento da própria espécie, dando ao homem a chance de romper com determinismos naturais e fazê-lo vislumbrar novas escolhas sobre si mesmo. A compreensão dessa nova forma de concepção da vida e como isso poderá impactar na possibilidade de remodelar a organicidade humana em última instância, perpassa a tese de que é um novo formato de fabricação da vida à luz da racionalidade biopolítica, que é, na verdade, uma racionalidade instrumental.

Enfatizamos, então, que a técnica, inicialmente, tinha um foco muito específico: manipular objetos inanimados, sendo assim, o homem era o sujeito e a natureza, o objeto da técnica. No entanto, com o progresso das técnicas biológicas, essa diferenciação parece não ser tão nítida, pois ela se estende ao campo da vida de forma geral, colocando o homem diante de um poder capaz de modificá-lo e ao mundo. Essa premissa não é para incentivar o pessimismo ou dar esperança sobre o resultado dos avanços que as ciências da vida têm alcançado. Mas de fomentar o debate crítico sobre como as formas de *fazer viver* tem se remodelado, e atualmente sob as condições contemporâneas fomentam de modo mais intenso modos de controle da vida.

Assim sendo, este é um momento complexo na história recente, em razão de sermos desafiados a ser disponibilizados como informação que pode ser alterada. Portanto, o conhecimento que a biologia desenvolveu sobre o homem, coloca-o em posição desafiadora de tudo que até aquele momento sustentava suas concepções, abrindo portas para o campo de possibilidades das novas ciências. Por fim, a tecnomedicina é um potencial poder de inventividade do que até agora pertencia aos feitos da natureza, isso significa que a técnica

impactou toda a estrutura de vida do homem, enquanto alterou não só o mundo, mas sobretudo, o nosso modo de viver.

2. BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT: PERSPECTIVAS DE UM CONCEITO

Neste capítulo introduziremos algumas perspectivas sobre o conceito de *biopolítica* na obra foucaultiana, de modo a obtermos um panorama das características e técnicas de funcionamento dessa racionalidade que estrutura a política moderna³ em torno da vida e das condições que permitam sua multiplicação. A terminologia de *biopolítica*⁴ remonta das pesquisas nos escritos tardios de Michel Foucault, quando o autor buscava entender como os sujeitos se constituíam nas relações de poder-saber⁵ e como os diferentes mecanismos de poder funcionam em nossa sociedade. Em suma, buscando compreender como nossos corpos, comportamentos, condutas, desejos e os discursos científicos estão ligados a uma rede de sistemas de relações que estão em simultâneo, conectados entre si.

Neste contexto, pretendemos mostrar que o conceito de biopolítica na obra desse autor em diferentes momentos esteve associado a elementos como, sexualidade, raça, segurança e governamentalidade⁶, aparecendo pela primeira vez nos escritos foucaultianos sobre a gênese da medicina social, na conferência intitulada *O nascimento da medicina social*⁷. Observamos

³ “Desde que Michel Foucault, si bien no acuñó su denominación, replanteó y recalificó el concepto, todo el espectro de la filosofía política sufrió una profunda modificación. No porque repentinamente hubieran salido de escena categorías clásicas como las de ‘derecho’, ‘soberanía’ y ‘democracia’: ellas continúan organizando el discurso político más difundido, pero su efecto de sentido se muestra cada vez más debilitado y carente de verdadera capacidad interpretativa. En vez de explicar una realidad que en todos los aspectos escapa al alcance de su análisis, esas categorías necesitan ellas mismas el examen de una mirada más penetrante que a un tiempo las deconstruya y las explique” (ESPOSITO, 2006, p. 23).

⁴ O termo biopolítica não foi criado por Michel Foucault, porém, sua concepção com relação a este termo “representa, [...] um ponto de virada crucial. A sua reflexão e o uso do termo biopolítica imprimem uma rotação no eixo de perspectiva. Não se trata apenas da dimensão crítica em relação à forma de governo da vida à qual atribui esse nome, reconstruindo sua genealogia (quando se fala em Foucault não é linear o uso do termo ‘crítica’, apropriado apenas em certa extensão e nos limites de um pensamento da imanência); radicalmente, Foucault reinventa o termo e o problematiza, identificando nele uma modalidade de relação de poder que a autorrepresentação do moderno — jurídica e política — havia deixado na sombra; modalidade onde o objeto ‘vida’ não é uma simples extensão ou variação do exercício do poder, mas é condicionado pelo saber que objetiva governá-lo. A própria vida — portanto a imanência, a facticidade do viver — é o critério e o fim em base aos quais se exercita o poder; isso implica fazer da vida objeto de um juízo político de valor tanto para selecioná-la como para melhorá-la. Com essa virada conceitual, que abre ao olhar analítico uma dimensão opaca e persistente das relações de poder, Foucault oferece à reflexão filosófica, social e política um instrumento conceitual que se revela particularmente esclarecedor para interpretar as novas formas de vida e de poder” (BAZZICALUPO, 2017, p. 35).

⁵ “A transformação dos procedimentos de saber acompanha as grandes mudanças das sociedades ocidentais: é assim que Foucault é levado a identificar diferentes formas de ‘poder-saber’ e a trabalhar sucessivamente sobre a medida (ligada à constituição da cidade grega) sobre a inquirição (ligada à formação do Estado medieval) e sobre o exame (ligado aos sistemas de controle, de gestão e de exclusão próprios das sociedades industriais). A forma do exame será central nas análises que Foucault consagra ao nascimento da governamentalidade e do controle social: ela implica um tipo de poder essencialmente administrativo que ‘impôs ao saber a forma do conhecimento [...]’ (REVEL, 2005, p. 78).

⁶ Cf. FOUCAULT, Michel, *Nascimento da biopolítica*, p. 22.

⁷ Esta conferência faz parte de um compilado de textos reunidos na obra intitulada *Microfísica do Poder* (1979), organizada por Roberto Machado em 1979.

em seguida ao longo do texto que em obras, palestras e entrevistas posteriores o termo reaparece com mais profundidade, é o exemplo do capítulo final de *A vontade de saber* e no curso ministrado em 1976, intitulado *Em defesa da Sociedade*, que o autor apresenta logo na abertura e delinea as formas gerais do poder disciplinar — um poder que se aplica aos corpos pelas técnicas de vigilância, normalizações e pela organização panóptica nas instituições punitivas — e deixa evidente ao final do curso os mecanismos do que ele denomina *biopoder*.

Neste seguimento, Foucault se depara com a questão da *governamentalidade*, poder que desde o fim do século XVI se exerceu por tecnologias da *razão de Estado e policiamento*. Nestes textos, o autor situa a *biopolítica* de modo mais abrangente a partir da análise que faz de que o poder de soberania é sucedido historicamente pelo biopoder — consiste em dois modos básicos: o disciplinamento do corpo individual⁸ e o controle regulatório da população. Nas palestras e textos de 1978, ele desenvolve a genealogia da governamentalidade, enquanto nas palestras e textos de 1979, concentraram-se na análise que fez das formas liberais e neoliberais de governo, fazendo com que o conceito de biopolítica tenha permanecido — apesar do pouco tempo — nos estudos foucaultianos em vários caminhos.

2.1 ESTADO, PODER-SABER: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER

Antes de prosseguirmos, cabe ressaltar que o termo biopolítica foucaultiano não pode ser investigado sem considerar sua crítica da modernidade na construção de uma ontologia do presente⁹. Sendo assim, no percurso de construirmos as bases que fundamentem as teses

⁸ Segundo Foucault, esta modalidade do poder disciplinar se caracteriza essencialmente pelas técnicas de coerção a incidir sobre os indivíduos, esquadrihando o tempo, espaço e os movimentos que tendem a desenvolver certas atitudes, gestos e comportamentos dos indivíduos. O regime das disciplinas “[...] não nascem, com certeza, verdadeiramente no século XVIII — elas se encontram desde há muito tempo nos conventos, nas forças armadas, nas oficinas —, mas Foucault procura compreender de que maneira elas tornaram-se, num determinado momento, fórmulas gerais de dominação” (REVEL, 2005, p. 35). Por isso, é visível os mecanismos de individuação do poder quando age para “[...] vigiar alguém, controlar sua conduta, seu comportamento, suas atitudes, como intensificar sua performance, multiplicar suas capacidades, como colocá-lo no lugar onde ele será mais útil” (FOUCAULT, 1982, p. 36).

⁹ Neste sentido, partiremos da hipótese que há uma aproximação com as formulações de outro autor, notadamente crítico da modernidade, que embora com pontos de distanciamentos são também de certo modo complementares, a medida onde o pensamento de um, nos ajudam a compreender o pensamento de outro. Ambos são autores de uma ressonância forte em suas obras e nossa hipótese é que os traços fundamentais da concepção de técnica em Heidegger se amplia na concepção foucaultiana de biopolítica, e assim, ambos coadunam para discutirmos a partir dessas concepções a condição de existência na contemporaneidade. Apesar de nunca ter escrito nada sobre Heidegger ou relacionado seus escritos a influência deste autor, Michel Foucault, numa entrevista no dia 29 de maio de 1984, diz reconhecer a importância de Heidegger sobre suas pesquisas, inclusive da aproximação que teve com os escritos de Nietzsche. Neste contexto, temos uma declaração de Foucault que pode resguardar tal análise: “Heidegger sempre foi para mim o filósofo essencial. (...) Todo meu futuro filosófico foi determinado por minha

apontadas por Foucault sobre este conceito, recorreremos inicialmente a sua reflexão sobre o poder¹⁰, interessando-se por compreender “Por onde ele passa, e como isso se passa, quais são todas as relações de poder, de que modo se podem descrever algumas das principais relações de poder exercidas em nossa sociedade?” (FOUCAULT, 2006b, p. 73). Em vista disso, analisou seu funcionamento — um conjunto de mecanismos e procedimentos que têm como papel ou função manter o poder, o poder é, portanto, um conjunto de procedimentos. As relações de poder que Foucault se refere são tanto as que o Estado consegue exercer sobre cada indivíduo, como também aquela “[...] que o pai de família exerce sobre sua mulher e suas crianças, o poder que o médico exerce, [...] é o poder que o patrão exerce em sua usina sobre os operários” (FOUCAULT, 2013b, p. 165).

Isso nos faz percebê-lo como algo fluído que percorre as relações humanas, e que, ademais, age como forças que se articulam às formas de saber¹¹. Logo, poder e saber se articulam e se relacionam mutuamente numa multiplicidade de funções, já que “Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 1979, p. 142). Poder, para Foucault, não é uma rede que aprisiona a sociedade e os indivíduos,

leitura de Heidegger” (FOUCAULT, 2006a, p. 703). Como já pontuado, apesar das diferenças, há um ponto fulcral nos pensamentos desses autores, a saber, as reflexões de ambos sobre a modernidade nos permitem empreender um diagnóstico do presente. Para Heidegger vivemos historicamente uma era técnica — que não significa a existência de artefato técnico —, mas que segundo o autor, há algo na técnica que é a incapacidade do homem ocidental de lidar com sua finitude. Então, com Heidegger entendemos que a essência da técnica moderna necessita de um tipo específico de mentalidade, comportamento e a prática biopolítica produz também uma categoria de sujeito, ou seja, se instrumentaliza mecanismos de ação sobre a vida. Diante disso, enfatizamos que biopolítica está ligada à técnica, pois os governos têm nas mãos os dispositivos técnicos (leis, discursos científicos, etc.). Há então uma mudança de uma perspectiva do poder sobre os indivíduos, enquanto se tem um desenvolvimento do saber do indivíduo. Ou seja, o que se ver não é apenas uma mudança de poder, mas uma mudança do saber, onde a vida se insere na história, a história se interessa pela vida.

¹⁰ Cf. DELEUZE, Gilles. *Foucault*, 1988, p. 36.

Cf. LEMKE, T. *Biopolitics — an advanced introduction*, p. 9-10.

Segundo Foucault, o poder é “um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tenta manter — mesmo que não o consigam — justamente o poder. É um conjunto de procedimentos, e é assim e somente assim que se poderia entender que a análise dos mecanismos de poder dá início a algo como uma teoria do poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 04).

¹¹ Foucault enfatiza que saber e conhecimento são distinguíveis, para ele o conhecimento “[...]corresponde à constituição de discursos sobre classes de objetos julgados cognoscíveis, isto é, à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independentemente do sujeito que os apreende, o saber designa, ao contrário, o processo pelo qual o sujeito do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer. A análise arqueológica conduzida por Foucault até o começo dos anos 70 ocupa-se da organização do conhecimento numa época dada e em função de classes de objetos específicos; a análise genealógica que lhe sucede tenta reconstituir a maneira pela qual o saber implica, ao mesmo tempo, uma relação com os objetos de conhecimento (movimento de objetivação) e com o si cognoscente (processo de subjetivação). [...] O saber está essencialmente ligado à questão do poder, enquanto, a partir da idade clássica, por meio do discurso da racionalidade — isto é, a separação entre o científico e o não-científico, entre o racional e o não-racional, entre o normal e o anormal — vai-se efetuar uma ordenação geral do mundo, isto é, dos indivíduos, que passa, ao mesmo tempo, por uma forma de governo (Estado) e por procedimentos disciplinares. A disciplinarização do mundo por meio da produção de saberes locais corresponde à disciplinarização do próprio poder [...]” (REVEL, 2005, p. 77).

são relações entre indivíduos, uma relação que consiste em conduzir a conduta do outro, ou, na verdade, determinar a conduta do outro em função de objetivos que são seus. É, então, um exercício de governo onde se pode determinar a conduta de alguém.

Sua concepção de poder se tornou um marco de como até então se falava do poder, quando ele enfatiza que “o controle¹² da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 80), não opera em um lugar específico e único, mas em múltiplos lugares. De modo geral, o autor defende ser necessário analisar o poder fora do modelo do *Leviatã*, “fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição do Estado; trata-se de analisá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação” (FOUCAULT, 1999, p. 40).

Em *Nascimento da biopolítica*, Foucault destaca que “O Estado não tem essência. O Estado não é um universal, o Estado não é em si uma fonte autônoma de poder. O Estado nada mais é que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” (FOUCAULT, 2008b, p.106). Para ele, as relações de poder estão enraizadas sobre outras relações que se formam pelos próprios indivíduos, que se exerce por mecanismos postos em ação constituídos por tecnologias que agem a partir de certos objetivos. Podemos ter como exemplo, o que Foucault evidencia na obra *Vigiar e Punir (2013)*, onde apresenta o *mecanismo disciplinar*¹³, caracterizado pelas técnicas de coerção que agem a partir do esquadramento do tempo e espaço.

Para isso existia um padrão das disciplinas nas diversas instituições que marcam a estrutura social do que Foucault chama *sociedade disciplinar*¹⁴, que se viu desenvolver em

¹² “O termo ‘controle’ aparece no vocabulário de Foucault de maneira cada vez mais frequente a partir de 1971 – 72. Designa, num primeiro momento, uma série de mecanismos de vigilância que aparecem entre os séculos XVIII e XIX e que têm como função não tanto punir o desvio, mas corrigi-lo, e, sobretudo, preveni-lo [...]” (REVEL, 2005, p. 29). Assim sendo, o termo traz nos escritos de Foucault uma certa ambiguidade, e isso essencialmente pode ser associado “[...] ao fato de que, a partir dos anos 80, Foucault deixa subentender que ele o entende como um mecanismo de aplicação do poder diferente da disciplina. É em parte sobre esse ponto que se efetua a reviravolta programática da História da Sexualidade, entre a publicação do primeiro volume (1976) e aquele dos dois últimos (1984) [...]. A interiorização da norma, patente na gestão da sexualidade, corresponde, ao mesmo tempo, a uma penetração extremamente fina do poder nas malhas da vida e à sua subjetivação. A noção de controle, uma vez tomada independentemente das análises disciplinares, conduz então Foucault, ao mesmo tempo, em direção a uma ‘ontologia crítica da atualidade’ e a uma análise dos modos de subjetivação que estarão no centro de seu trabalho nos anos 80” (REVEL, 2005, p. 30).

¹³ “O segundo mecanismo, a lei enquadrada por mecanismos de vigilância e de correção, [...] o mecanismo disciplinar. [...] vai se caracterizar pelo fato de que no sistema binário do código aparece um terceiro personagem, o culpado, e, ao mesmo tempo, fora, além do ato legislativo que cria a lei e do ato judicial que pune o culpado, aparece toda uma série de técnicas adjacentes, policiais, médicas, psicológicas, que são do domínio da vigilância, do diagnóstico, da eventual transformação dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008a, p. 08).

¹⁴ Aqui se delinea a formação da sociedade capitalista, ao que tange “[...] a necessidade de controlar os fluxos e a repartição espacial da mão de obra, levando em consideração necessidades da produção e do mercado de trabalho, que torna necessária uma verdadeira ortopedia social, para a qual o desenvolvimento da polícia e da vigilância das populações são os instrumentos essenciais” (REVEL, 2005, p. 29).

meados do século XVII, mecanismos baseados na vigilância constante e controle do comportamento. Note-se que “O poder não é a disciplina; a disciplina é um procedimento possível de poder” (FOUCAULT, 2006b, p. 224). Esses mecanismos disciplinares/corretivos utilizavam o *detalhe* como chave para se capitalizar, nada escaparia do poder disciplinar¹⁵, pois, as maquinarias disciplinares operam nos ínfimos detalhes, separando os indivíduos, adestrando-os e classificando-os na norma, em cada particularidade, seja nos gestos, pensamentos e ações para se alcançar efeitos cada vez mais individualizantes, uma verdadeira *ortopedia social*.

Na concepção filosófico-jurídica há uma ideia base que condiz com a perspectiva da Teoria clássica do poder, a de que o poder se manifesta pelo *direito* e a *lei*, isso resulta em um dos pontos de crítica para Foucault, já que significaria uma noção de poder negativo e repressivo¹⁶. Podemos perceber a presença do poder quando se produz discursos em torno da sexualidade¹⁷, porque a partir disso definem lugares onde se pode falar sobre ele, quem detém saber e autoridade para falar. Além disso, se cria restrição para quem não se enquadra nessas determinações de, como pode e em que momento, mas não mais opera pela lei, mas a partir de normas morais e classificação da saúde. Dessa maneira, quando se fundamenta o poder pela lei ele tende a ser negativo, e isso desviaria da real ação do poder.

Dessa forma, o poder não pode ser entendido como fundamentalmente repressivo, que castiga e diz *não*, pois que, “De fato, o poder produz, ele produz domínio de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 2013, p. 161). Em síntese, podemos entender o poder a partir de Foucault sob

¹⁵ Para Judith Revel, a construção do modelo disciplinar que Foucault utiliza em seus escritos teria sido sem dúvidas construído “[...]em torno da experiência que Foucault teve, a partir de 1971 – 72, no interior do GIP (Grupo de Informação sobre as Prisões). É somente entre a publicação de vigiar e punir (1975) e os cursos do Collège de France, de 1978 – 79, que Foucault começa a trabalhar num outro modelo de aplicação do poder, o controle, que trabalha ao mesmo tempo, a descrição da interiorização da norma e da estrutura reticular das técnicas de assujeitamento, a gestão das populações e as técnicas de si. Essa passagem de uma leitura disciplinar da história moderna para uma leitura ‘contemporânea’ do controle social correspondeu, no final dos anos 70, a um nítido engajamento naquilo que Foucault chamou de ‘ontologia da atualidade’” (REVEL, 2005, p. 36).

¹⁶ O filósofo francês acentua ser necessário se desvincular da noção de Estado no modelo do Leviatã, é preciso, “analísá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação” (FOUCAULT, 1999, p. 40), ou seja, é preciso que se desvencilhe do campo da soberania jurídica — que serviu de base para as grandes monarquias — e da instituição do Estado, já que seriam categorias limitadoras para se compreender como se constitui e como se realiza o poder.

¹⁷ “O tema da sexualidade aparece em Foucault não como um discurso sobre a organização fisiológica do corpo, nem como um estudo do comportamento sexual, mas como o prolongamento de uma análise do poder: trata-se, com efeito, de descrever a maneira pela qual, a partir do final do século XVIII, este prolongamento da análise do poder investe, por meio dos discursos e das práticas de ‘medicina social’, sobre um certo número de aspectos fundamentais da vida dos indivíduos: a saúde, a alimentação, a sexualidade, etc. A sexualidade é somente, portanto, num primeiro momento, um dos campos de aplicação do que Foucault chama na época de biopoderes. Um segundo momento, no entanto, Foucault transforma a sexualidade num objeto de pesquisa específico, já que, insistindo no fato de que o poder se articula sempre sobre discursos de ‘veridicção’, isto é, dos ‘jogos de verdade’, as relações com o dizer verdadeiro em nenhum outro campo é tão evidente quanto no da sexualidade: pertencemos a uma civilização na qual se exige aos homens dizerem a verdade a respeito de sua sexualidade para poder dizer a verdade sobre eles mesmos” (REVEL, 2005, p. 80).

alguns aspectos, que o poder não seria essencialmente repressivo porque produz. Além disso, perpassa não apenas pelos dominantes, mas pelos dominados, dado que todas as forças se relacionam mutuamente. Vale ser ressaltado que o fato de Foucault não entender o poder a partir da repressão ou ideologia não significa que ele ignora tal ideia, mas diz Deleuze, “[...] como Nietzsche já havia visto, elas não constituem o combate de forças, são apenas a poeira levantada pelo combate” (DELEUZE, 1988, p. 39).

Uma das principais proposições de Foucault é que o saber está relacionado ao poder, portanto “Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 1979, p. 142). Esse direcionamento que Foucault analisa se deve ao entendimento que o poder é um elemento que consegue explicar os saberes produzidos e como a partir disso somos constituídos numa interrelação entre poder-saber. Isto é, o poder existe relacionado a alguma forma de saber e que ele não é uma entidade absoluta, mas sim, relações que provém de todos os lugares. Isso significa que Foucault não pensa o poder como uma coisa que existe oprimindo os indivíduos, mas algo que se opera capilarmente numa rede que atravessa os vários setores sociais. Na esteira de Deleuze (1988, p. 79 – 80) o poder se exerce como um afeto, pois a força é definida por sua capacidade de afetar e ser afetada por outras forças, determinando se este são afetos ativos ou reativos, se suscita ou se é suscitado. Ainda assim, uma força afetada por outra, não é totalmente passiva nessa relação.

Em razão disso, são relações de força que escapam das teorias tradicionais de poder. Por isso, não haveria monopólio do poder pelo Estado e sim um conjunto complexo de micropoderes que se articulam e funcionam em rede, não existindo ‘o poder’, mas práticas de poder, por isso, devem ser entendido como um procedimento ao invés de um objeto. Na perspectiva de Foucault, o Estado existe não por apoiar-se nas relações de poder, é, na verdade, fundamentado sobre outras formas de poder e através delas o seu poder existe. Logo, ele seria incapaz de ocupar todo o campo de relações de poder, pois opera apenas com base nas relações que já existem na sociedade¹⁸. Dito de outro modo, “O Estado é a superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem no corpo, sexualidade, família, parentesco,

¹⁸ De acordo com Foucault, o poder “[...] deve ser analisado como uma coisa que circula [...]. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem” (FOUCAULT, 1999, p. 35). O funcionamento do poder na perspectiva de Foucault se exerce em rede, e nessas vias não apenas os indivíduos circulam, mas ficam dispostos a serem submetidos ao poder e a exercê-lo, isso significa que os indivíduos “[...] jamais [...] são alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles” (FOUCAULT, 1999, p. 35). Para compreendê-lo são necessários partir dos mecanismos e das formas globais de dominação das quais ele é constituído, fazendo uma análise ascendente do poder. Para que o poder se exerça, só é possível através de instrumentos efetivos, utilizando métodos de observação, técnicas de registros, aparelhos de verificação. Então não se exerce sem “[...]a formação, a organização e sem pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos” (FOUCAULT, 1999, p. 40).

conhecimento, tecnologia” (FOUCAULT, 1999, p. 122). Ora, essa análise que Foucault faz nos permite dimensionar que, mesmo mudando o poder do Estado, não significa que as demais formas de dominação da sociedade mudem em conformidade, então, “se queremos mudar o poder do Estado, é preciso mudar as diversas relações do poder que funcionam na sociedade” (FOUCAULT, 2006a, p. 267).

No final da aula de 1 de fevereiro de *Segurança, Território, População*, Foucault aponta haver três grandes e distintas economias de poder postas em prática no Ocidente. E, “O Estado de justiça teria sido o primeiro grande modelo político que nasceu ‘numa territorialidade de tipo feudal’” (FOUCAULT, 2008a, p.145) e se fundamenta através do princípio da lei, na lógica de legal e ilegal. O segundo modelo representa o Estado administrativo que aparece “numa territorialidade de tipo fronteira, e não mais feudal, nos séculos XV e XVI” (FOUCAULT, 2008a, p. 145). E, por fim, o terceiro grande modelo de economia de poder Ocidental foi consolidado no século XVIII e corresponde ao Estado de governo, aquele que não mais se define por sua territorialidade, mas pelo conjunto da massa da população.

2.2 DA SOBERANIA DO PRÍNCIPE À RAZÃO GOVERNAMENTAL

De início, limitando-nos a seguir algumas observações pertinentes, que em seus estudos durante os anos 1974 a 1979, Foucault dedicou-se a analisar e compreender o processo de instrumentalização da vida nas práticas políticas da modernidade, que, a saber, possuía características específicas de manejo. Segundo ele, há predominância de certos mecanismos ou sistemas de poder que se sobressaem em diferentes momentos nas sociedades ocidentais. Seriam eles, *o mecanismo legal, disciplinar e o dispositivo de segurança*, mas que não podemos dizer que houve a era de cada um desses sistemas. O que se tem é basicamente uma série de edifícios complexos onde o que muda são as técnicas que se aperfeiçoam, é a dominância, ou “mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança” (FOUCAULT, 2008a, p. 11). Conforme Foucault, o mecanismo legal representa o funcionamento de técnicas que reverberou nos séculos XVII-XVIII, o segundo é um sistema que pode ser chamado *moderno* posto em prática a partir do século XVIII e o terceiro é o contemporâneo, cuja problemática iniciou-se bem cedo, mas que

se organiza atualmente a partir de novas formas de penalidade e cálculo do custo das penalidades¹⁹.

Para evidenciar os ponto-chaves de compreensão do sistema jurídico-legal²⁰, Foucault parte da teoria da soberania, onde o aspecto fundamental do *poder soberano* corresponde ao fato de ser atribuído ao monarca o direito de vida e morte de seus súditos. Isto é, o exercício do poder soberano tinha por finalidade a tomada de poder sobre a vida enquanto pode retirá-la e a essência desse poder consiste em sua “[...] natureza descontínua e esporádica — que, inclusive, era a *rationale* para seus excessos” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 36). Na teoria clássica, o soberano detém poder e direito de vida e morte, pois, estes são considerados fenômenos que não são naturais. Dessa forma, a ação direta do poder soberano representava o manejo de um dos instrumentos técnicos que constitui o poder monárquico, administrativo e absoluto que advém da “[...]reativação do direito romano, em meados da Idade Média, que foi o grande fenômeno ao redor e a partir do qual se reconstituiu o edifício jurídico dissociado depois da queda do Império Romano” (FOUCAULT, 1999, p. 30)²¹.

O mecanismo legal ou jurídico predominante na soberania, consistia em “[...] criar uma lei e estabelecer uma punição para os que a infringirem, é o sistema do código legal com divisão binárias entre o permitido e o proibido” (FOUCAULT, 2008a, p. 08), basicamente estabelece um código normativo sobre o qual são ditadas as ações proibidas e punições em caso

¹⁹ Para Michel Foucault “Não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança. Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. Na verdade, vocês têm urna série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança” (FOUCAULT, 2008a, p. 11).

²⁰ A teoria jurídico-política da soberania historicamente desempenhou quatro papéis, “Primeiro, ela se referiu a um mecanismo de poder efetivo, que era o da monarquia feudal. Segundo ela serviu de instrumento, e também de justificação, para a constituição das grandes monarquias administrativas. Depois, a partir do século XVI, sobretudo do século XVII, já no momento das guerras de Religião, a teoria da soberania foi uma arma que circulou num campo e no outro, utilizada num sentido ou no outro, seja para limitar, seja, ao contrário, para fortalecer o poder régio. Vocês a encontram do lado dos católicos monarquistas ou dos protestantes antimonarquistas; vocês a encontram do lado dos protestantes monarquistas e mais ou menos liberais; vocês a encontram também do lado dos católicos partidários do regicídio ou da mudança de dinastia. Vocês encontram essa teoria da soberania que atua entre as mãos dos aristocratas ou entre as mãos dos parlamentares, do lado dos representantes do poder régio ou do lado dos últimos senhores feudais. Em resumo, ela foi o grande instrumento da luta política e teórica em torno dos sistemas de poder dos séculos XVI e XVII” (FOUCAULT, 1999, p. 41).

²¹ Quando Foucault investiga sobre a relação entre vida, morte e o direito ele se remete primeiramente ao direito romano e ao patria potestas que concedia poder absoluto do chefe de família romano sobre a vida dos filhos e escravos. Em seguida Foucault explana sobre uma forma desse poder que se realiza de modo mais moderada enlaçada pelas teorias contratualistas, que concedem ao soberano o poder de dispor tanto da vida como da morte de súditos e inimigos, embora não sendo mais de modo absoluto, mas apenas em situação que a sua existência seja ameaçada de algum modo, “uma espécie de direito de réplica.” (FOUCAULT, 1988, p. 127), ou seja, que apenas reage quando atacado. Por conseguinte, “[...]no direito de soberania, a morte era o ponto em que mais brilhava, da forma mais manifesta, o absoluto poder do soberano” (FOUCAULT, 1999, p. 296).

de desobediência²². Foucault delimita que a soberania se caracterizou pela prerrogativa de *fazer morrer e deixar viver*, “o poder era, antes de tudo, nessa categoria de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 1988, p. 128). Indubitavelmente, em um sistema como da soberania, o monarca agia legitimado e diretamente sobre as coisas, terras e indivíduos. O poder soberano se caracteriza como um poder sobre a vida e morte dos súditos, enquanto era determinante que suas vidas tinham um propósito maior quando utilizadas para a defesa do soberano. A morte foi naquele momento a chave desse poder, ou seja, o soberano detinha o direito de vida e morte dos súditos, enquanto este seria um ato de defesa para sua sobrevivência. Neste sentido, “[...] o súdito não é, de pleno direito, nem vivo, nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro” (FOUCAULT, 1999, p. 286). Assim sendo, tudo depende unicamente do soberano para que o súdito tenha direito de viver ou de morrer, e é justamente por que pode matar que segundo Foucault o poder soberano exerce poder sobre a vida²³.

²² Além disso, “o sistema de poder que a monarquia tinha conseguido organizar a partir do fim da Idade Média apresentava para o desenvolvimento do *capitalismo* dois inconvenientes maiores: 1º) *O poder político tal como ele se exercia no corpo social era um poder muito descontínuo. As malhas da rede eram muito grandes*, um número quase infinito de coisas, de elementos, de condutas, de processos que escapavam ao controle do poder. Se tomarmos, por exemplo, um ponto preciso, — a importância do contrabando em toda Europa até o fim do século XVIII — percebemos um fluxo econômico muito importante, quase tão importante quanto o outro, um fluxo que escapava inteiramente ao poder. E ele era, aliás, uma das condições de existência das pessoas, se não tivesse havido pirataria marítima, o comércio não teria podido funcionar, e as pessoas não teriam podido viver. Bem, em outras palavras, o ilegalismo era uma das condições de vida, mas significava ao mesmo tempo que havia certas coisas que escapavam ou não ao poder e sobre as quais o poder não tinha controle. Portanto, inconvenientes processos econômicos, diversos mecanismos que de algum modo ficavam fora de controle, exigindo o estabelecimento de um poder contínuo, preciso, de algum modo atômico. Passar de um poder lacunar, global, a um poder contínuo, atômico e individualizante que cada um, que cada indivíduo, nele mesmo, no seu corpo, nos seus gestos, pudesse ser controlado em lugar desses controles globais e de massa. O segundo grande inconveniente dos mecanismos de poder, tal como funcionava na monarquia, é que eles eram sistemas excessivamente onerosos. E eles eram onerosos justamente porque a função de poder, — aquilo em que consistia o poder — era essencialmente o poder de arrecadar, de ter o direito e a força de arrecadar qualquer coisa — um imposto, um dízimo, quando se tratava do clero — sobre as colheitas que eram feitas; a arrecadação obrigatória de tal ou tal porcentagem para o senhor, para o poder real, para o clero. O poder era então essencialmente arrecadador e predatório. Nesta medida ele operava sempre uma subtração econômica e, longe, conseqüentemente, de favorecer e estimular o fluxo econômico, ele era perpetuamente seu obstáculo e freio. Onde segunda preocupação, segunda necessidade, encontrar um mecanismo de poder tal que, ao mesmo tempo que controlasse as coisas e as pessoas até nos menores detalhes, na sociedade não fosse oneroso nem essencialmente predatório, — que ele se exercesse no próprio sentido do processo econômico” (FOUCAULT, 1982, p. 34 – 36).

²³ Nesses moldes, o soberano possuía um direito direto e indireto de vida e morte sobre os súditos: direto quando um súdito insurgisse contra o próprio soberano e/ou infringisse suas leis, daí em diante este era utilizado como exemplo, por meio da punição mais grave, a de ter seu corpo supliciado e morto; indiretamente em situações em que o território fosse atacado por inimigos externos, pôr o soberano convocar seus súditos para defender seus domínios. Em síntese, a teoria da soberania é relacionada ao exercício de poder que essencialmente se exercia muito mais sobre a terra e os produtos da terra tendo em vista que se apropria dos bens e riquezas do que sobre os corpos, e se fundamenta a partir dos desígnios do soberano enquanto pessoa física, em que os súditos têm obrigações para com este. Este direito que estruturou o poder soberano foi sendo gradativamente desdobrado e seus mecanismos de poder conheceram mudanças profundas como resultado de transformações históricas como o desenvolvimento científico.

Na soberania, a morte representava um evento que demonstrava o poder do rei por se realizar esporadicamente, e nestas circunstâncias seguia-se um certo ritual de suplício, que “repousa sobre toda uma arte quantitativa do sofrimento [...]. A morte pelo suplício é uma arte de manter a vida no sofrimento, subdividindo-a em ‘mil mortes’ e obtendo, antes que cesse a existência [...]” (FOUCAULT, 2013a, p. 38). Em outras palavras, a teoria da soberania está vinculada a uma forma muito específica de poder que se exerce mais sobre a terra, bens do que sobre os corpos. Além disso, possui obrigações fixas de tributos ao invés de uma vigilância contínua, e finalmente se caracteriza por fundamentar o poder a partir de uma base fixa do soberano, ou seja, a existência física do soberano representa a própria existência do poder.

Entretanto, na passagem do século XVII ao século XVIII, observou-se que os dispositivos²⁴ de poder se ampliam e não mais vai se afirmar apenas enquanto poder de *matar*. Ao ser complementado com um poder que funciona inversamente, passa a se exercer sobre a vida, gerenciando-a, majorando-a²⁵, e que gradualmente vai reestruturando o edifício jurídico que representou a teoria da soberania. Esses novos mecanismos não rompem abruptamente com os mecanismos tradicionais da soberania, mas complementa-os com um novo direito, com isso, “vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287), um poder sobre a vida, o biopoder.

No final da obra *Em defesa da Sociedade* (1999) Michel Foucault expôs o termo biopoder, mas sem aprofundar, realizando posteriormente em *Segurança, Território e*

²⁴ “O termo ‘dispositivo’ aparece em Foucault nos anos 70 e designa inicialmente os operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder. A partir do momento em que a análise foucaultiana se concentra na questão do poder, o filósofo insiste sobre a importância de se ocupar [...] dos mecanismos de dominação: é essa escolha metodológica que engendra a utilização da noção de ‘dispositivos’. Eles são, por definição, de natureza heterogênea: trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes: é assim que Foucault chega a falar, segundo o caso, de ‘dispositivos de poder’, de ‘dispositivos de saber’, de ‘dispositivos disciplinares’, de ‘dispositivos de sexualidade’, etc. [...]. Na verdade, a noção de dispositivo substitui pouco a pouco aquela de episteme, empregada por Foucault, de um modo absolutamente particular, em *As palavras e as coisas* e até o final dos anos 60. Com efeito, a episteme é um dispositivo especificamente discursivo, enquanto o ‘dispositivo’, no sentido que Foucault explorará dez anos mais tarde, contém igualmente instituições e práticas[...]” (REVEL, 2005, p. 39 – 40). Dito de modo mais evidente, Foucault diz que, dispositivo se refere a “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não-dito [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

²⁵ Em sua obra *História da sexualidade: A vontade do saber* (1988), corrobora que o biopoder emerge da passagem do antigo poder de soberania clássica através de uma ruptura, enquanto o poder soberano consistia em um poder de confisco e sua principal característica era o direito de morte. Já o biopoder consiste numa tecnologia de poder que se exerce positivamente, não mais negativa sobre a vida da espécie, uma biopolítica da população. Em seu curso *Em defesa da sociedade* (1999), a passagem da soberania para o biopoder acontece mediante uma complementaridade de técnicas de poder, ao invés de ruptura que encerra um e inicia outro, portanto, não teria acontecido uma substituição, mas uma transformação, assim assinala o autor em um dos momentos da aula dedicados ao biopoder.

População(2008a), referindo-se a uma tecnologia de poder que se desenvolve e centra-se por todas as dimensões da vida, transformando a espécie humana em uma estratégia política aplicada ao governo dos homens, considerada pelo autor como distinto da soberania tradicional²⁶. Com a crescente estrutura do Estado moderno e sua administração, os indivíduos se tornaram então um recurso administrável, enquanto poderia “contribuir para a força do Estado. As vidas, as mortes, as atividades, o trabalho, as misérias e as alegrias dos indivíduos eram importantes por constituírem preocupações cotidianas que se tornavam politicamente úteis” (FOUCAULT, 2008a, p. 153). É uma mecânica de poder que tem, segundo o autor, instrumentos bem particulares, incidindo agora sobre os corpos e suas ações, extraindo do trabalho e do corpo mais do que a riqueza e os bens, “[...] É um tipo de poder que age sobre o indivíduo e os fenômenos coletivos que o afetem, exercendo continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas” (FOUCAULT, 1999, p. 41).

Foucault, então, evidencia que historicamente o *biopoder*²⁷ sucedeu o poder soberano, e as noções de vida e morte tem relações diferentes nesses regimes de poder. A saber, com o poder soberano se *fazia morrer e deixava viver*, com o biopoder o poder terá o direito de intervir para se fazer viver, intervindo “sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 295 – 296). É válido pontuarmos, no entanto, que quando Foucault salienta sobre essa entrada da vida no campo de ação das técnicas políticas “não se trata de pretender que, nesse momento, tivesse sido produzido o primeiro contato da vida com a história” (FOUCAULT, 1988, p. 133). Mas, de um processo que marca a entrada dos fenômenos próprios à vida humana nos cálculos do

²⁶ Doravante, o biopoder cada vez mais tem o direito de investir sobre a vida, para aumentá-la, visto que, controla as eventualidades e cada vez menos é o direito de fazer morrer. Logo, o poder não mais será exercido apenas como instância de ‘confisco’, este será somente uma peça, dentre outras, com funções como as de vigilância, controle, incitação, majoração e organização de forças que lhe são submetidas. Ou seja, “O poder soberano administra a morte e deixa viver, o biopoder administra a vida e deixa morrer” (ARAYA, 2015, p. 43, tradução nossa). Em suma, para o autor há um deslocamento do direito de morte, que passa a se apoiar em um poder “que se exerce positivamente sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

²⁷ Mesmo analisando os livros, entrevistas, conferências e cursos de Foucault, a temática do biopoder se encontra em poucos momentos de sua obra de modo mais consistente sobre a temática. Especificamente podemos situar o primeiro volume da *História da sexualidade I: A vontade do saber*; além na aula do dia 17 de março de 1976 do curso *Em defesa da sociedade* (1999) e algumas passagens dos cursos *Segurança, Território e População* (2008a) e *Nascimento da biopolítica* (2008b). Em *Segurança, Território, População* o autor corresponde biopoder a uma “[...]série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana” (FOUCAULT, 2008a, p. 3).

poder²⁸, ou seja, os fenômenos relacionados ao homem²⁹ começam a ser considerados, enquanto é objetivado um saber que os determine, controle e modifique. É o momento que o homem e os fenômenos que perpassam sua existência, tornam-se objeto e sujeito da nova política que se estrutura no Ocidente:

Na crescente arena do Estado moderno e do seu aparelho administrativo, os seres humanos, num dado domínio, eram considerados um recurso. O indivíduo interessava na medida em que podia contribuir para a força do Estado. As vidas, as mortes, as atividades, o trabalho, as misérias e as alegrias dos indivíduos eram importantes por constituírem preocupações cotidianas que se tornavam politicamente úteis. Às vezes, aquilo que o indivíduo tinha que fazer, do ponto de vista do Estado, era viver, trabalhar e produzir de algum modo; às vezes, ele tinha que morrer a fim de incrementar a força do Estado. O surgimento do indivíduo moderno como um objeto de preocupação política e científica e as ramificações deste fenômeno na vida social constituem, agora, a maior problemática de Foucault (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 153).

Sendo assim, esse novo regime de poder se instala quando surge um fomento à vida, cuidado da população, que se multiplica como preocupações do Estado. Entretanto, quando a vida se torna um elemento da política, algo a ser administrado, não significou que resultasse em uma diminuição da violência. Porque, na verdade, o cálculo e gestão da vida implicam

²⁸ A vida sempre “[...] fez pressão sobre a história, sobretudo através das epidemias e da fome, mas só quando estas foram relativamente controladas é que a vida começou a ser objeto de saber, e a espécie vivente, tomada como uma força que se pode modificar e repartir de maneira ótima, tornou-se objeto de intervenção. Quando o biológico incide sobre o político, o poder já não se exerce sobre sujeitos de direito, cujo limite é a morte, mas sobre seres vivos, de cuja vida ele deve encarregar-se. Se a irrupção da vida na história, por meio das epidemias e fome, pode ser chamada de bio-história, agora trata-se de biopolítica — a vida e seus mecanismos entram nos cálculos explícitos do poder e saber, enquanto estes se tornam agentes de transformação da vida” (PELBERT, 2011, p. 57, grifos do autor).

²⁹ Foucault, posteriormente à publicação de uma das obras marcantes de sua trajetória, *As palavras e as coisas*, explica que seu objetivo foi “[...] Mostrar de quais peças e quais pedaços o homem foi composto no final do século XVIII e no início do século XIX. Tentei caracterizar a modernidade dessa figura, e o que me pareceu importante foi o seguinte: não foi tanto por se ter tido uma preocupação com o ser humano que se teve a ideia de conhecê-lo cientificamente, mas, ao contrário, foi por se ter construído o ser humano como objeto de um saber possível que, em seguida, desenvolveram-se todos os esquemas morais do humanismo contemporâneo” (FOUCAULT, 2016, p. 152). No dizer de Deleuze, “para que o homem apareça como composto específico, é preciso que suas forças que se esquivem à da representação e, inclusive, a destituam. Essas novas forças são as da vida, do trabalho e da linguagem, visto que a vida descobre uma ‘organização’, o trabalho uma ‘produção’, a linguagem uma ‘filiação’ que os situa fora da representação. *Essas forças obscuras da finitude não são a princípio humanas*, mas entram em relação com as do homem para reduzi-las à sua própria finitude e comunicar-lhes uma história, que ele, posteriormente, faz sua. Então, nessa nova formação histórica (do século XIX), é justamente o homem que é composto pelo conjunto das forças componentes ‘sorteadas’. Mas, se imaginarmos uma terceira extração, ou lance, as forças do homem entrarão em relação com outras forças ainda, de maneira a compor uma coisa ainda, que não será mais Deus, nem o homem: dir-se-ia que a morte do homem se concatena com a de Deus, para formar novos compostos. Em suma, a relação das forças componentes com o lado de fora não deixa de provocar variações na forma composta, sob outras relações, ao sabor das novas composições” (DELEUZE, 1988, p. 95). E segue reiterando Deleuze que, “O homem é uma figura de areia entre uma maré vazante e outra montante — isso deve ser entendido literalmente: ele é uma composição que só aparece entre duas outras, a de um passado clássico que a ignorava, a de um futuro que não a conhecerá mais. Não cabe mais alegria, nem choro. Não se diz, correntemente, que as forças do homem já entraram em relação com outras forças, as da informação, que compõem com elas uma coisa diferente do homem, sistemas indivisíveis ‘homem-máquina’, com as máquinas de terceira geração? Uma união com o silício, mais do que com o carbono?” (DELEUZE, 1988, p. 95 – 96).

necessariamente, em nome da necessidade de sobrevivência, expor à morte populações inteiras³⁰, pois somente dessa forma será possível assegurar e garantir condições viáveis de sobrevivência. Para Foucault havia um modelo de soberania coerente ao modo de governo do soberano e outro que servirá às práticas da racionalidade governamental que são específicas da modernidade.

No primeiro modelo que se refere à soberania clássica teria por característica a forma singular que o soberano mantinha relação com seus súditos, onde “o objetivo do exercício do poder vai ser, evidentemente, manter, fortalecer e proteger esse principado” (FOUCAULT, 2008a, p.122). Conforme afirma o autor francês, podemos compreender que o biopoder é um poder que se aplica globalmente à população, como também à vida e aos vivos, enquanto faz surgir “a questão biológica e médica das ‘populações’ humanas, com suas condições de vida, de moradia, de alimentação, com sua natalidade e mortalidade, com seus fenômenos patológicos (epidemias, endemias, mortalidade infantil)” (FOUCAULT, 2006b, p. 09). Desta maneira, deveríamos afirmar de acordo com Araya (2015, p. 41) que o biopoder é uma nova forma de Estado que veio de uma transformação, nas estruturas do Estado soberano para a estrutura biopolítica.

A mutação tecnológica desse diagrama no ocidente não se deu apenas com o desdobramento de invenções tecnológicas, mas igualmente como tecnologia política. Esta pode ser analisada a partir de dois polos que até início do século XIX permaneceram separados, mas passaram em seguida a unir-se formando uma grande tecnologia de poder: o primeiro polo corresponde à disciplina³¹, “o mecanismo de poder pelo qual chegamos a controlar no corpo social até os elementos mais tênues pelos quais chegamos a atingir os próprios átomos sociais, isto é, os indivíduos” (FOUCAULT, 1982³², p. 36), buscando potencializar as forças do corpo. Posteriormente aliam-se a novas tecnologias de poder que visam a população³³, operando por

³⁰ Cf. FOUCAULT, Michel, *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, p. 129.

³¹ “A disciplina procede da organização de indivíduos no espaço, requerendo, portanto, uma delimitação específica do mesmo. Uma vez estabelecido, este esquema permite uma distribuição segura dos indivíduos a serem disciplinados e supervisionados. Numa fábrica, tal procedimento facilita a produtividade; numa escola, assegura comportamento disciplinado; numa cidade, reduz o risco de multidões perigosas, vagabundos a esmo, ou doenças epidêmicas” (RABINOW, 1999, p. 42).

³² Utilizamos o texto traduzido disponibilizado na biblioteca virtual da Unesp da conferência que Foucault realizou na Universidade da Bahia intitulada *Les mailles du pouvoir*, publicada em 1982 no v. 5 da revista *Barbárie*.

³³ Foucault traz então que a mecânica básica dessa tecnologia de poder “Não é certamente governar, mas melhorar a sorte das populações, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde. E o instrumento que o governo vai se dar para obter esses fins, que, de certo modo, são imanentes ao campo da população, será essencialmente a população, agindo diretamente sobre ela por meio de campanhas ou também indiretamente, por meio de técnicas que vão permitir, por exemplo, estimular, sem que as pessoas percebam muito, a taxa de natalidade, ou dirigindo nesta ou naquela região, para determinada atividade, os fluxos de população. É a população, portanto, muito mais que o poder do soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. [Ela aparece] como consciente, diante do governo, do que

controle reguladores que através das práticas governamentais buscam garantir o fortalecimento e saúde para todos os indivíduos, uma biopolítica da população:

[...] o poder já não exerce desde fora, nem de cima, mas como que por dentro, pilotando nossa vitalidade social de cabo a rabo. Não estamos mais às voltas com um poder transcendente, ou mesmo repressivo, trata-se de um poder imanente, produtivo. Um tal biopoder não visa barrar a vida, mas se encarrega dela, intensifica-a, otimiza-a. Daí também nossa extrema dificuldade em resistir, já mal sabemos onde está o poder e onde estamos nós, o que ele nos dirá e o que dele queremos, nós próprios nos encarregamos de administrar nosso controle, e o próprio desejo se vê inteiramente capturado nessa dinâmica anônima (PELPART, 2008, p. 01).

Posto isso, o poder conseguiu chegar tão profundo na vida e cerne da subjetividade humana como nunca. O ponto central é que o poder não mais se exerce apenas esporadicamente sobre sujeitos, como ocorria na soberania, mas que se exerce continuamente sobre a população, enquanto “[...]um grupo de seres vivos que são atravessados, comandados, regidos, por processos de leis biológicas”. (FOUCAULT, 1982, p. 37). O que fica nítido neste contexto é que quando se relaciona poder e indivíduos, esta relação não deve ser baseada apenas em sujeição, onde se subtraem bens, riquezas. Mas que se exerce sobre indivíduos, constituindo-se como entidade biológica, quando se entende que essa população pode ser uma “[...] máquina de produzir tudo, de produzir riquezas, de produzir bens, de produzir outros indivíduos, etc.”. (FOUCAULT, 1982, p. 37).

Quando o conjunto dos indivíduos é descoberto pelo poder, isso significa que se descobre a possibilidade de um corpo adestrável, fazendo com que os procedimentos políticos transformem o modo como até então o poder se efetuava. Daí se observará o aparecimento de “problemas como o do habitat, o das condições de vida numa cidade, o da higiene pública, o da modificação da relação entre natalidade e mortalidade” (FOUCAULT, 1982, p. 37). Em suma, se outrora apenas os sujeitos jurídicos eram objetos do poder enquanto seria retirado os bens, agora a vida e o corpo entram no domínio do poder, o poder investe sobre corpos e população.

Contudo, toda essa transformação que o Ocidente assistiu de uma virada do poder sobre as condições de vida humana não significou que houvesse o desaparecimento das práticas mortíferas da soberania. O que se verá é uma reconfiguração perante esse novo poder, onde as

ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer. O interesse como consciência de cada um dos indivíduos que constitui a população e o interesse como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais do que a compõem, é isso que vai ser, em seu equívoco, o alvo e o instrumento fundamental do governo das populações. Nascimento de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas” (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

guerras serão travadas não mais em nome do soberano, mas em nome da vida³⁴. De todo modo, essa nova mecânica de poder, operou positivamente para o desenvolvimento e advento do capitalismo, “[...] que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos³⁵” (FOUCAULT, 1988, p. 132).

2.3 A FORMATAÇÃO DOS CORPOS E DA VIDA: NORMALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

No curso de 1973, *A sociedade Punitiva* (FOUCAULT, 2015, p. 217), Foucault acentua que a problemática sociedade feudal era com relação à realização de seus indivíduos, a fixação destes a uma terra sobre o qual o príncipe exerceria seu poder. No caso da sociedade capitalista não é tanto fixar os indivíduos em um local, mas o de tomá-los numa engrenagem temporal que faz com seus corpos e vidas estejam assujeitados ao tempo de produção, ao lucro e numa crescente individuação. As técnicas de individualização associam-se no conjunto de seu exercício com as técnicas de controle que o autor chama *poder pastoral*³⁶.

É um poder que não se exerce sobre um território, mas sobre um rebanho, sobre a multiplicidade em movimento, onde as perspectivas morais e material se relacionam com “o controle que pode exercer sobre a si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e maneira de agir” (FOUCAULT, 2008a, p. 1164). Um poder de origem religiosa que visa controlar a vida dos homens, e isto exigirá a assimilação de certos modos de

³⁴ Sendo assim, “O regime do biopoder, ao atrelar à sua lógica de realizações a vida, também possui controle sobre a morte (quem deve ou pode morrer) e a vida dos indivíduos. Ao colocar o biológico sob sua regulação, o poder político dos governos já não compreende os indivíduos como sujeitos de direito, mas como vidas que devem permanecer dispostas e submetidas à sua gestão” (MIRANDA, 2013, p. 57).

³⁵ “Em outras palavras, as tecnologias disciplinadoras precederam o capitalismo moderno; segundo o argumento de Foucault, elas fazem parte das suas condições. Sem o recurso às técnicas disciplinadoras para sujeitar os indivíduos, incluindo os arranjos espaciais necessários e apropriados para a tarefa, as novas demandas do capitalismo teriam sido obstruídas. De maneira paralela, o capitalismo teria sido impossível sem a fixação, o controle e a distribuição racional de populações com base num conhecimento estatístico. O crescimento e a disseminação de mecanismos disciplinadores de saber e poder precederam o crescimento do capitalismo tanto no sentido lógico quanto temporal. Embora estas tecnologias não tenham causado o surgimento do capitalismo, foram os pré-requisitos para o seu sucesso” (RABINOW, 1999, p. 42).

³⁶ “De acordo com Foucault, o poder pastoral se espalhou e se multiplicou para além da instituição da Igreja Católica nos séculos XVI e XVII. Em uma forma secularizada, ele foi de importância histórica decisiva para a formação do Estado moderno, que se apoia na produção de saber racional sobre o indivíduo e a população como um todo. A especificidade dessa forma moderna de governo — o governo de seres humanos, em contraste com o governo das almas — consiste na reflexão a respeito das condições, dos objetos e dos objetivos do governo. Foucault analisa a aparição de uma ‘razão política’ autônoma em várias etapas. [...] Seu ponto de partida pode ser encontrado nos tratados a respeito das ‘artes de governo’ e da razão de Estado, escritos nos séculos XVI e XVII, seguidos pela emergência da ciência da polícia e pelo surgimento do liberalismo no século XVIII, chegando até a renovação dos conceitos liberais de sociedade e de Estado no século XX” (LEMKE, 2017, p. 19).

comportamentos e de conduta. As técnicas pastorais se remetiam a um direcionamento da consciência dos indivíduos, isso posto, incitava-os para falarem sobre si, para confessarem sobre si, sobre aquilo que há de mais íntimo no indivíduo. Então, “essa relação obrigatória de si para consigo em termos de verdade e de discurso obrigatório, creio que ela é um dos pontos fundamentais do poder pastoral, sendo aquilo que faz dele um poder individualizante” (FOUCAULT, 2006b, p. 53).

Na estrutura desse poder pastoral, aquele que governa atua simbolicamente como um pastor e, em simultâneo, mantém uma relação de obediência e docilidade com os indivíduos (rebanho), porque esse exercício de poder encontra sua forma de ação sobre um rebanho que está sempre em movimento e nunca estagnado. Sua principal tarefa é “velar pela salvação de todos, apenas operando sobre cada elemento em particular, cada ovelha do rebanho, cada indivíduo, não somente para obrigá-lo a agir dessa ou daquela maneira” (FOUCAULT, 2006b, p. 52), mas, que, por outro lado, pudesse conhecê-lo, desvendá-lo, “a fazer aparecer sua subjetividade e visando a estruturar a relação que ele estabelece consigo próprio e com sua própria consciência” (FOUCAULT, 2006b, p. 52).

Quando este mecanismo de poder é colocado em prática, as instituições que operam na sociedade terão meios para intensificar seu alcance de controle tanto por meio da objetivação dos comportamentos como a partir também da construção da subjetividade dos sujeitos³⁷. Dado que “[...] o pastor dirige todo o rebanho, mas ele só pode dirigi-lo bem enquanto não haja uma só ovelha que lhe possa escapar” (FOUCAULT, 2008a, p. 172). Neste sentido, é um mecanismo centralizador e eficiente na administração da conduta de cada indivíduo, um poder que cuida e zela do rebanho e se manifesta num dever. Destarte, o poder feudal não necessitava dessa economia individualizante de poder, assim como a monarquia e seu aparelho administrativo também não, dado que esses poderes “atuavam sobre toda a cidade ou sobre grupos, territórios, categorias de indivíduos” (FOUCAULT, 2006b, p. 53). Foucault então situa que a partir do século XVIII, de modo um tanto inesperado e até mesmo paradoxal, nas sociedades capitalistas e industriais como nas modernas formas de Estado, ver surgir “a necessidade de procedimentos,

³⁷ O “termo ‘subjetivação’ designa, para Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade. Os ‘modos de subjetivação’ ou ‘processos de subjetivação’ do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos — o que significa haver sujeitos somente objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência” (REVEL, 2005, p. 82). Seria, então, “pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores: esta é a questão que coloca, por exemplo, As palavras e as coisas ao interrogar essa constituição segundo a modalidade específica do conhecimento científico, visto que se trata de compreender como o sujeito pôde, numa certa época, tornar-se um objeto de conhecimento e, inversamente, como esse estatuto de objeto de conhecimento teve efeitos sobre as teorias do sujeito como ser vivo, falante e trabalhador” (REVEL, 2005, p. 84).

de mecanismos, essencialmente procedimentos de individualização que o pastorado religioso havia posto em prática” (FOUCAULT, 2006b, p. 54), ou seja, é necessário emergir o modo de funcionamento desse poder com novas demandas:

Durante os séculos XVIII e XIX europeus, presenciou-se toda uma reconversão, toda uma transposição do que haviam sido os objetivos tradicionais do pastorado. Fazia-se frequentemente que o Estado e a sociedade moderna ignoram o indivíduo. Quando observamos um pouco mais atentamente, ficamos surpresos, pelo contrário, com a atenção que o Estado dispensa aos indivíduos; surpreendem-nos diante de todas as técnicas criadas e desenvolvidas para que o indivíduo não escape de forma alguma ao poder, à vigilância, ao controle, ao sábio, à reeducação nem à correção. (FOUCAULT, 2006b, p. 54).

Foucault acentua que o poder pastoral, enquanto uma *arte de governar*, deu base para o desenvolvimento da *biopolítica*, servindo não apenas de modelo, mas também a quem se destina seu exercício, isto é, na construção de um indivíduo servil e obediente. À vista disso, o autor acredita que “O Estado moderno (ocidental) é o resultado de uma combinação complexa do poder ‘político’ e do poder ‘pastoral’” (LEMKE, 2017, p. 17). Por essa razão, os mecanismos que operam na atualidade teriam se desenvolvido a partir das técnicas pastorais, presentes na constituição dos sujeitos nas sociedades ocidentais³⁸. Posto isso, se antes o poder soberano detinha poder de morte ou de vida sob os súditos, os novos mecanismos se caracterizam como um poder que preserva a vida e deixa morrer. É, portanto, um poder exercido nunca fixo em alguém que o represente, um poder ao mesmo tempo, diverso, mas que tem na vida seu cerne e investe para além das individualidades, no conjunto dos indivíduos.

Ademais, para Michel Foucault, a modernidade foi o local da virada do poder em direção à vida, partindo de dois polos que ao final do século XIX unem-se formando tecnologias de poder que caracterizam a racionalidade política desde então. Tais polos constituíam-se como duas mecânicas, uma que diz respeito à espécie humana e o outro que se centrou sob o corpo como objeto administrável. Este último, sobre o qual nos debruçaremos a seguir, refere-se ao que o autor chama de poder disciplinar exposto de modo mais abrangente em *Vigiar e Punir* (2013a). Esta é uma tecnologia de poder que atua adestrando o corpo assegurando sua eficiência com procedimentos bem particulares, novos instrumentos de ação como as disciplinas do corpo, e por certo uma aparelhagem completamente distinta, incompatível com a soberania, por utilizar

³⁸ Um ponto central da abordagem genealógica presente na obra de Foucault consiste em entender justamente a formação dos sujeitos, então é válido pontuarmos que para o autor o poder constitui a subjetividade e sujeição dos indivíduos, por isso ele enfatiza que “Deve-se tentar estudar o poder não a partir dos termos primitivos da relação, mas a partir da própria relação na medida em que ela é que determina os elementos sobre os quais incide [...]”. (FOUCAULT, 1999, p. 319), então, ao invés de se questionar o “[...] que puderam ceder de si mesmos ou de seus poderes para deixar-se sujeitar, deve-se investigar como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos”. (FOUCAULT, 1999, p. 319).

muito mais do que coerções materiais³⁹. Definindo assim, “[...] uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve, ao mesmo tempo, fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita” (FOUCAULT, 1999, p. 42), constituído sob quatro operações: seleção, normalização⁴⁰, hierarquização e centralização.

Seguindo os apontamentos de Foucault, o poder disciplinar é “com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo” (FOUCAULT, 2013a, p. 143). Nessa perspectiva, simboliza um poder que se aplica aos corpos através de vigilância, punições normalizadoras e pela organização panóptica das instituições punitivas e corretivas. A predominância do *mecanismo disciplinar* se caracteriza pelo surgimento no sistema binário do código de um novo personagem, o *culpado*. Em vista disso, surgirá uma série de técnicas adjacentes, policiais, médicas, psicológicas, que fazem parte do domínio da vigilância, correção, diagnóstico e eventualmente da transformação dos indivíduos:

Na sociedade disciplinar, segundo Michel Foucault, investiu-se no corpo são para o Estado. Um corpo útil e dócil para o qual foi gestada uma biopolítica da população. Era preciso cuidar do corpo, de sua consciência, por meio dos serviços de saúde estatais, do saneamento das cidades e assistência aos operários. Ser vivo era ser produtivo, e todo ser produtivo devia ter seu corpo cuidado pelos chefes da fábrica, da escola, da família, do hospital, da cidade. A política passava a ser a condição de acesso a permanecer vivo: era preciso atingir o Estado, por governo ou influência, para governamentalizá-lo (PASSETTI, 2003, p. 43).

Verifica-se que a *anátomo-política*⁴¹ é a tecnologia própria desse período e corresponde ao conjunto de procedimentos que buscam a eficácia física do corpo, indispensável

³⁹ Em *Segurança, Território, População*(2008a) Foucault destaca que a disciplina se exerce sobre o corpo individual. Porém, não é o indivíduo o primeiro dado que a disciplina se exerce, pois, a disciplina “[...]só existe na medida em que há uma multiplicidade e um fim, ou um objetivo, ou um resultado a obter a partir dessa multiplicidade. A disciplina escolar, a disciplina militar, a disciplina penal também, a disciplina nas fábricas, a disciplina operária, tudo isso é uma determinada maneira de administrar a multiplicidade, de organizá-la, de estabelecer seus pontos de implantação, as coordenações, as trajetórias laterais ou horizontais, as trajetórias verticais e piramidais, a hierarquia, etc. E, para uma disciplina, o indivíduo é muito mais uma determinada maneira de recortar a multiplicidade do que a matéria-prima a partir da qual ela é construída” (FOUCAULT, 2008a, p. 16).

⁴⁰ “Para Foucault, ‘normalização’ é um sistema de intervalos mensuráveis, graduados de forma precisa e sutil, nos quais os indivíduos podem ser distribuídos ao redor de uma norma que organiza esta distribuição controlada e que é também o seu resultado. Um sistema de normalização está em oposição a um sistema legal ou de poder pessoal; não há pivôs fixos a partir dos quais se fazem julgamentos e se impõem vontades” (RABINOW, 1999, p. 44).

⁴¹ Toda essa anatomia política que simbolizou o domínio do mecanismo disciplinar investia “[...]sobre as escolas, os hospitais, os lugares de produção, e mais geralmente sobre todo espaço fechado que possa permitir a gestão dos indivíduos no espaço, sua repartição e sua identificação. O modelo de uma gestão disciplinar perfeita está proposto por meio da formulação benthaminiana do ‘panóptico’, lugar de enclausuramento onde os princípios de visibilidade total, de decomposição das massas em unidades e de sua reordenação complexa segundo uma hierarquia rigorosa permitem submeter cada indivíduo a uma verdadeira economia do poder: numerosas instituições disciplinares — prisões, escolas, asilos — possuem ainda hoje uma arquitetura panóptica, isto é, um espaço caracterizado, de uma parte, pelo enclausuramento e pela repressão dos indivíduos, e, de outra, por um abrandamento do funcionamento do poder” (REVEL, 2005, p. 36).

à época, pois, se necessitava regular o tempo, espaços e ações dos indivíduos, disciplinando o corpo para poder obter docilidade e aptidão ao trabalho que o sistema de produção almejava. Neste contexto, por meios específicos, o poder disciplinador conseguiu efetivar um domínio sobre os corpos individuais que lhe permitiu a extração de força, energia voltadas para atividades produtivas e, em simultâneo, impõe uma condição de docilidade política. A tecnologia disciplinar se instaurou nas mais diversas instituições: hospitais, prisões, escolas, casernas, quartéis, oficinas e fábricas, máquinas disciplinares que “permitem apreender o indivíduo, saber o que ele é, o que ele faz, o que se pode fazer dele, ou onde é preciso colocá-lo, como situá-lo entre os outros” (FOUCAULT, 2006b, p. 55).

Deste modo, desenvolveu-se uma certa política das coerções sobre o corpo, de forma que cada gesto, comportamento são calculados, medidos para se conseguir maximizar as forças do corpo, isso porque, “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2013a, p. 133). Nesta maquinaria as técnicas disciplinares tornam os corpos dóceis, ou seja, é um corpo passível de ser submetido e aperfeiçoado como se almeja. Tais técnicas disciplinares trouxeram uma nova roupagem para que o corpo fosse objetivado e fosse pensado como algo que se extrai saberes, que se pode assujeitar de modo que se opere como se quer⁴². Segundo Roberto Machado (1979, p. 19), a grande importância estratégica que as relações de poder disciplinares desempenham se deve ao fato que estas são positivas quando entendemos essas relações como uma tecnologia empregada, que o poder produz individualidade e o indivíduo é produtor do poder e saber.

Segundo Foucault (2013a, p. 31), esse momento de predomínio das disciplinas simboliza o momento em que nasce uma arte do corpo humano, não mais pautada unicamente no aumento de suas habilidades, nem apenas na sua sujeição, mas visa formar uma relação onde se encontre no mesmo mecanismo a potencialidade de tanto torná-lo mais obediente quanto útil. A figura do soldado no final do século XVIII foi importante nesse processo, em razão de representar algo que poderia ser construído, “[...]de um corpo inapto, poder-se construir a máquina necessária; a postura é corrigida gradativamente; uma coação calculada percorre

⁴² Dessa forma, “produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento” (FOUCAULT, 2013a, p. 167). Tão logo, a escola, os hospitais, a ciência e a família foram centrais para atuação de técnicas de poder que utilizam do controle para assujeitar os sujeitos, visto que o corpo somente é útil ao poder quando é assujeitado (dócil) e produtivo. Segundo Foucault, “Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado)” (FOUCAULT, 2013a, p. 29).

lentamente cada parte do corpo, dominando-o, tornando-o maleável, sempre pronto [...]” (REID, 2008, p. 135, tradução nossa)⁴³. Nota-se, então, que as técnicas disciplinares transformaram os corpos em autômatos rotineiramente corrigidos, assim sendo, desapareceu o *camponês* e surge o *soldado*. As diferentes técnicas disciplinares gradualmente foram sendo ajustadas e aplicadas a toda estrutura social a partir do modelo militar⁴⁴ que permitiu “uma nova forma de pensar sobre a organização social e moldou o amplo desenvolvimento de técnicas pelas quais os regimes modernos aprenderam a governar as sociedades” (REID, 2008, p. 68, tradução nossa)⁴⁵.

Para que funcionasse este sistema disciplinar com todo seu aparato de técnicas e procedimentos era necessário o funcionamento de algo que permitisse solidificar as punições, um critério que unificasse as operações, e “este critério era a ‘sanção normalizadora’”⁴⁶(DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 174). A isto Foucault caracteriza como uma espécie de micropenalidade que faz com que os diversos setores da vida sejam incluídos pelo poder. Resulta-se em toda uma sistemática de micropenalidades, por exemplo, do tempo nos locais de trabalho, dos discursos (insônia, tagarelice), da correção do corpo em seus gestos e atitudes, da execução das atividades, o modo como os indivíduos se comportavam e como agiam, da sexualidade, etc.

Frisa-se que, apesar da disciplina se exercer sobre o corpo dos indivíduos, este não é, segundo Foucault, o primeiro dado sobre o qual ela se exerce. Já que a disciplina “só existe enquanto há uma multiplicidade e um fim, ou um objetivo, ou um resultado a obter a partir dessa multiplicidade” (FOUCAULT, 20008a, p. 16). Então, quando se observa o funcionamento da disciplina escolar, militar, penal, fabril, a disciplina opera essencialmente buscando administrar, organizar, coordenar a multiplicidade, em razão disso, “[...] disciplinar

⁴³“an inapt body, the machine required can be constructed; posture is gradually corrected; a calculated constraint runs slowly through each part of the body, mastering it, making it pliable, ready at all times [...]” (REID, 2008, p. 135).

⁴⁴ De acordo com Reid, “Foucault considerava que as formas tradicionais de sujeição envolviam apenas a extração do produto do trabalho, a exploração dos corpos pelos seus excedentes. O poder disciplinar, por outro lado, é mais do que isso. Seu objetivo é assegurar e regular o procedimento correto pelo qual o corpo realiza seu trabalho como um fim em si. Nesse sentido, Foucault voltou a se concentrar nas inovações ocorridas no domínio da organização militar — centralmente nas especificações feitas nas mesmas ordenanças militares do final do século XVIII sobre como disparar uma arma, que eram meticolosas em detalhar como o corpo e a arma interagem” (REID, 2008, p. 70, tradução nossa).

⁴⁵ “a new form of thinking about social organisation that shaped the broad development of techniques by which modern regimes learnt to govern societies” (REID, 2008, p. 68)

⁴⁶ A função normalizadora parte da “premissa de que todos os indivíduos são formalmente iguais. Isto conduz a uma homogeneidade inicial a partir da qual se estabelece a norma de conformidade. Porém, uma vez posto este aparelho em movimento, há uma diferenciação e uma individuação cada vez mais sutis, que separam e organizam os indivíduos objetivamente” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 175).

o indivíduo é muito mais uma determinada maneira de recortar a multiplicidade do que a matéria-prima a partir da qual ela é constituída” (FOUCAULT, 2008a, p. 16). Nestes termos, se estabelece uma associação entre técnica e as novas máquinas, que essencialmente constitui um novo diagrama de relações de forças, onde os corpos precisam aprender a estarem dispostos e a disposição das novas máquinas. A relação técnica e corpo torna-se fundamental e, quanto mais corpos preparados para operar as máquinas: corpo-soldado (novas armas); corpo-operário (novas engrenagens), corpo-hospitalar (novas cirurgias, remédios, etc.), mais toda essa modificação no cerne do poder torna a expansão completa da relação corpo-máquina.

Se a disciplina condicionou a constituição de um conjunto de sujeitos disciplinados, agora o poder se interessa em saber como administrar a população e gerir os fenômenos que constituem o conjunto de viventes como preocupações políticas. Para tanto, em meados do século XVIII e início do século XIX, o segundo polo do biopoder começa a se fundamentar quando se centra no corpo-espécie, corpo visto como fundamento dos processos biológicos naturais da vida. Haja visto ser necessário aprimorar o processo de disciplinarização, administrar o conjunto de indivíduos e rastrear os campos de ação que possam garantir melhor produção e eficiência do crescimento da sociedade. Tais procedimentos complementarão a ação sobre o indivíduo e marca, segundo Foucault, uma profunda transformação nos mecanismos de poder. Trata-se de uma *biopolítica* da espécie humana, dado que, os novos objetos de saber criados a partir dessa mecânica se destinam ao controle específico dos fenômenos que se relacionam com espécie humana, resultado do surgimento de um novo elemento: a população, já que, apenas essa noção conseguirá abarcar a dimensão que até aquele momento não fora capitalizado pelos saberes⁴⁷:

Temos que ter atenção a um aspecto que é tratado secundariamente nas análises sobre a biopolítica: as formas de racionalização do controle dos sujeitos se tornam científicas. Não apenas pela perspectiva da medicalização, assunto que está claro; mas do saber científico que em geral em sua relação com a população o planejamento social da vida em conjunto (ARAYA, 2015, p. 40, tradução nossa)⁴⁸.

Após a morte de Foucault, Gilles Deleuze publicou o livro intitulado *Foucault*, obra marcante na trajetória desse autor e que nos chama a atenção, dentre outros pontos, para o termo

⁴⁷ “[...]enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos, ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável” (FOUCAULT, 2008a, p. 27).

⁴⁸ Hay que prestar atención a un aspecto que suele tratarse secundariamente en los análisis sobre la biopolítica: las formas de racionalización del control de los sujetos se vuelven científicas. No sólo desde la perspectiva de la medicalización, asunto que está claro; sino del saber científico en general en su relación con la planeación social de la vida biológica en su conjunto (ARAYA, 2015, p. 40).

*diagrama*⁴⁹, usado pelo autor para dimensionar a extensão de poder trabalhada pelo francês. Para Deleuze, Foucault desenvolveu uma analítica do poder como representação do fenômeno que configura um conjunto de forças relacionadas umas às outras e que dispõem de meios como os saberes⁵⁰ ou mesmo as tecnologias de poder para se exercerem no interior das instituições e ações sobre o conjunto dos indivíduos. Neste sentido, Deleuze enfatiza que “O poder de ser afetado é como uma *matéria* da força, e o poder de afetar é como uma *função* da força” (DELEUZE, 1988, p. 79). Com isso, as categorias de poder são as determinações que caracterizam qualquer categoria de ação e com qualquer suporte para se realizar e afetar a multiplicidade:

Assim, *Vigiar e Punir* define o Panóptico pela pura função de impor uma tarefa ou um comportamento quaisquer a uma multiplicidade qualquer de indivíduos, sob a única condição de que a multiplicidade seja pouco numerosa e o espaço limitado, pouco extenso. Não se consideram nem as formas que dão objetivos e meios à função (educar, tratar, punir, fazer produzir), nem as substâncias formadas sobre as quais se aplica a função (‘presos, doentes, escolares, loucos, trabalhadores, soldados’...). E, com efeito, o Panóptico, no fim do século XVIII, atravessa todas essas formas e aplica-se a todas essas substâncias; é nesse sentido que ele é uma categoria do poder, pura função disciplinar. Foucault o chamará então *diagrama*, função que se ‘deve destacar de qualquer uso específico’, como de toda substância especificada. (DELEUZE, 1988, p. 80).

Quando se incidiu essa nova tecnologia de poder, a *biopolítica*, em que o foco de sua ação e manejo não será mais o corpo-individual, mas o corpo-população, teremos um novo *diagrama*⁵¹ de poder, ou como diria Deleuze, uma nova organização de forças que possuem funções específicas nesse regime biopolítico, que seria gerir e administrar a vida em sua dimensão biológica. Evidencia-se que a biopolítica se centra na máxima de fazer a vida ser prolongada, será sua preocupação com o provimento do corpo espécie, “o corpo transpassado

⁴⁹ “As relações de forças, móveis, evanescentes, difusas, não estão do lado de fora dos estratos, mas são o seu lado de fora. [...] Poder-se-ia crer, à primeira vista, que o diagrama é monopólio das sociedades modernas: *Vigiar e Punir* analisa o diagrama disciplinar como sendo o que substitui os efeitos da antiga soberania por um enquadramento imanente ao campo social. Mas não é nada disso, cada formação histórica estratifica é que remete a um diagrama de forças como a seu lado de fora” (DELEUZE, 1988, p. 91).

⁵⁰ “[...]o poder não pode disciplinar os indivíduos sem produzir igualmente, a partir deles e sobre eles, um discurso de saber que os objetiva e antecipa toda experiência de subjetivação. [...] Tratar-se-á, por consequência, de analisar não somente a maneira pela qual os indivíduos tornam-se sujeitos de governo e objetos de conhecimento, mas também a maneira pela qual se acaba por exigir que os sujeitos produzam um discurso sobre si mesmos — sobre sua existência, sobre seu trabalho, sobre seus afetos, sobre sua sexualidade, etc. — a fim de fazer da própria vida, tornada objeto de múltiplos saberes, o campo de aplicação de um biopoder” (REVEL, 2005, p. 78).

⁵¹ Podemos entender o diagrama de várias maneiras, embora ambas se articulem, como “[...] a apresentação das relações de força que caracterizam uma formação; é a repartição dos poderes de afetar e dos poderes de ser afetada; é a mistura das puras funções não-formalizadas e das puras matérias não-formadas” (DELEUZE, 1988, p. 80). “É sempre do lado de fora que uma força é afetada por outras ou afeta outras. Poder de afetar ou de ser afetado, o poder é preenchido de maneira variável, conforme as forças em relação. O diagrama, enquanto determinação de um conjunto de relações de forças, jamais esgota a força, que pode entrar em outras relações e dentro de outras composições. O diagrama vem de fora, mas o lado de fora não se confunde com nenhum diagrama, não cessando de fazer novos ‘lances’” (DELEUZE, 1988, p. 96).

pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos” (FOUCAULT, 1988, p. 131). Esse conceito abrangerá a complexidade da questão que envolve o fenômeno da regulação da população, a partir de um movimento em que a vida biológica se converte em objeto do saber político, de modo que seja possível produzi-la e a administrá-la. É nesse aspecto fundamental que Foucault acentua o fato que a vida e a história do homem se conectam profundamente, porém, “[...] A história do homem não continua simplesmente a vida, nem tampouco se contenta em reproduzi-la, mas a retoma, até certo ponto, podendo exercer sobre o seu processo alguns efeitos fundamentais” (FOUCAULT, 2016, p. 382 – 383).

Os mecanismos de poder que se evidenciam com isso se caracterizam justamente pelo aparecimento da população⁵² enquanto problema político, “[...] como problema a um só tempo científico e político, como problema ontológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 292 – 293). Logo, ocupar-se-á de modo a regular e controlar as taxas de natalidade, a higiene (esgoto, drenagem de pântanos, limpeza urbana, etc.), as morbidades (epidemias), o gerenciamento da saúde, da sexualidade⁵³. O dispositivo da sexualidade é o elemento sobre o qual Foucault visualiza uma conexão que engloba a dimensão tanto disciplinar, quanto biopolítica, pois, o poder se realiza de forma tanto individualizante como massificante sobre cada indivíduo e sobre a população. Enquanto, individualiza o controle, por meio das taxas de

⁵² Quando se visualiza os efeitos desses processos a partir da ação dos mecanismos de saber, como a estatística e a demografia, se tem a constatação dos efeitos que os padrões alterados de uma certa normalidade pode provocar na sociedade, principalmente no momento em que as grandes cidades estavam sendo desenvolvidas, que envolvia diversos processos como o acúmulo de pessoas, fazendo com que se necessitasse de medidas preventivas para o manejo e cuidado com a sobrevivência dessa sociedade ao que se refere às epidemias, por exemplo. É neste cenário desafiador que a administração do Estado cria, a partir de um saber, uma cartilha política de intervenções que atuasse no controle e regulação de tal efeito causado, já que “entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública [...]”, pois, existe “[...] toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções [...] investindo sobre a sexualidade dos seres humanos” (FOUCAULT, 1988, p. 29). Outros exemplos que constituíram problemas que até hoje é perceptível podem ser usados para ilustrar melhor, como os problemas causados pela falta de higiene nas cidades, que para sanar tais problemas foi criada políticas sanitárias para se encontrar saídas que garantissem um melhor padrão de vida e moradia, por isso se investiu na organização dos espaços, regulação de cemitérios, cuidado com a salubridade da água, combate as epidemias, endemias. Esses problemas são alguns problemas que se intensificaram com o surgimento das grandes cidades e coube ao Estado demandar um conjunto de ações que em seguida resultaram nas chamadas políticas de regulamentação, por isso uma das vias de ação da governamentalidade biopolítica é a regulamentação. Então os agentes do Estado tiveram livre acesso mesmo nos espaços de esfera privada por tornar-se preciso cuidar e higienizar a cidade; a saúde da população é o objeto de controle do Estado para que não se irrompa em uma epidemia global, então os doentes não mais terão “o direito sobre seu próprio corpo, o direito de viver, de estar doente, de se curar e morrerem como quiserem” (FOUCAULT, 1979, p. 96).

⁵³ “[...] se a sexualidade foi importante, foi por uma porção de razões, mas em especial houve estas: de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente (e os famosos controles, por exemplo, da masturbação que foram exercidos sobre as crianças desde o fim do século XVIII até o século XX, e isto no meio familiar, no meio escolar, etc., representam exatamente esse lado de controla disciplinar da sexualidade); e depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população. A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” (FOUCAULT, 1999, p. 300).

natalidade, fluxos de doenças que são efeitos recombinantes na produção de efeitos sobre o conjunto populacional. Em outras palavras, a sexualidade é segundo Foucault o domínio que se exerce poder sobre a vida de dois modos, a anátomo-política e a biopolítica, esses poderes articulam-se e reforçam-se em torno da sexualidade. Nesse viés, o dispositivo da sexualidade torna-se um dos domínios em que se tem como perceber a ação estratégica de ambos *diagramas* de poder. Haja visto que se tem a partir dele a possibilidade de acessar o corpo em vias de individualidade e de controle, como regular, por exemplo, o fluxo de doenças, as taxas de natalidade, morbidade. Assim, higiene, saúde pública, segurança⁵⁴ serão categorias específicas desse novo exercício de poder.

Este contexto o autor classifica como *limiar da modernidade biológica*, caracterizando-se como o momento em que se faz da espécie humana objeto no jogo de estratégias políticas do Estado, sendo assim, no capítulo final do livro *História da Sexualidade I—A vontade de saber*, Foucault faz uma observação importante: “O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política” (FOUCAULT, 1988, p. 134). Porém, frente à implicação da vida biológica nos cálculos do poder, o homem torna-se um “animal em cuja política sua vida de ser vivo está em questão”, é justamente este limiar que a vida adentra os cálculos de poder que o autor entende por biopolítica. A vida no contexto biopolítico simboliza uma redução dos sujeitos a uma vida disponível ao poder, para tanto, não há espaço para constituição de subjetividade.

Essa lógica do poder torna a vida e tudo que compreende a espécie como uma coisa que pode ser disponibilizada, instrumentalizada, controlada através da produção de saberes diversos como, a Demografia, Estatística e Medicina Sanitária, porque “O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva” (FOUCAULT, 1988, p. 134). Temos desse modo a predominância dos *mecanismos de segurança*, que insere os fenômenos de uma população numa série de acontecimentos prováveis que podem ser medidos e administrados. Assim, “em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir” (FOUCAULT, 2008a, p. 09).

Neste cenário, a saúde da população enquanto preocupação resultou na construção políticas públicas de prevenção das doenças, bem-estar, regidos por profissionais da saúde que

⁵⁴ Segundo Bigo (2008, p. 96, tradução nossa) a segurança estaria relacionada com a normalidade e liberdade e se difere da soberania e disciplina por ser um cálculo de custos dentro de toda uma série de eventos prováveis.

introduzem campanhas em prol da medicalização da população, em ações de higiene pública⁵⁵ e procedimentos com base científica, constituídos por saberes como, o saber médico, registros, exames e relatórios, identificando níveis de conduta e normalidade⁵⁶ dos fenômenos coletivos. Para Foucault, a instauração tanto da disciplina como da biopolítica da população se efetivou pela incidência de uma sociedade de normalização⁵⁷ que se instituiu como espaço onde cruza a norma disciplinar e a norma regulamentadora⁵⁸.

Podemos destacar que, o autor classifica a biopolítica a partir de três domínios: 1) a questão da natalidade, da mortalidade e da longevidade, ou seja, é preciso fazer a vida se estender ao máximo a partir da qualidade da higiene pública; 2) a partir do problema da velhice e dos acidentes e doenças, surgiram as instituições de assistência, os seguros, as poupanças; 3) por fim, a preocupação com o espaço e com a organização da cidade. Sendo assim, os domínios da biopolítica foram sendo ampliados, já não é mais apenas mapear os fenômenos controlando-os por políticas de natalidade, por exemplo, mas se observou que para fazer viver, o poder do Estado precisa intervir no meio em que os indivíduos vivem, então inicia uma preocupação com a cidade, com as condições de moradia da população⁵⁹. Logo, podemos inferir que o Estado moderno se tornou o responsável por gerir a população e, em simultâneo, administrar a vida

⁵⁵ De modo geral, os mecanismos regulamentadores da biopolítica não suprimiram as disciplinas — assim como a disciplina não extinguiu os mecanismos da soberania —, dado que “[...] os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos reguladores da população, são articulados um com o outro.” (FOUCAULT, 1988, p. 299), se trata apenas de ajustes realizados diante de um novo fator capitalizado pela biopolítica, a população. Neste sentido, Foucault identifica o momento em que o biológico reflete no político, viver é campo de reflexão e intervenção dos cálculos do poder. Por ser um poder que atua garantido e promovendo a vida, terá como uma de suas implicações a norma, haja vista que, torna-se necessário a existência de mecanismos reguladores, contínuos e também corretivos, pois, como explicita Foucault, uma sociedade normalizadora é justamente o resultado da tecnologia de poder que se centra vida.

⁵⁶ Os parâmetros de normalidade resultam de tecnologias de poder que focaliza a vida e podemos vislumbrar, por exemplo, quando Foucault evidencia sobre a história da sexualidade, em que tais parâmetros apresentam para a sociedade o que seria a forma normal e ideal, cumpre falar sobre não, como algo que condena ou tolera, mas se deve gerir, regular e fazer funcionar numa variável padrão de se administrá-lo. Então, Foucault analisa que o poder-saber quando se destina as práticas sexuais de modo a modelá-las e aperfeiçoá-la, por isso não basta que se constitua um padrão de normalidade, deve o processo biopolítico formular um padrão de valor ideal.

⁵⁷ A norma é o elemento que consegue intervir tanto no nível do corpo-individual quando na população de uma sociedade, é por isso que o autor enfatiza ser a normalização aquilo que configura as sociedades modernas. A sociedade de normalização é para Foucault (1999, p. 302), uma sociedade onde se cruza a norma disciplinar e a norma regulamentadora. O mundo moderno é constituído por um vasto conjunto de normativas que regem a vida, ações e condutas dos indivíduos e o tecido social na totalidade, além das normas sociais como as leis de mercado, existem também as normas técnicas sobre a produção e consumo que mede e regula a qualidade do que será consumido pela população, normas políticas que regulam as esferas sociais a níveis de intervenção estatal.

⁵⁸ Cf. FOUCAULT, Michel, *Vigiar e Punir*, p. 177.

⁵⁹ Sobre isso vai ser introduzido “não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência” (FOUCAULT, 1999, p. 291). Os mecanismos de seguridade e de assistência, além de “seus objetivos de racionalização econômica e de estabilização política, têm efeitos individualizantes” (FOUCAULT, 2006b, p. 55), fazem com que todo indivíduo, assim como seu comportamento e existência, mas também “da vida, da existência não apenas de todos, mas de cada um, um acontecimento que é pertinente, necessário mesmo, indispensável para o exercício do poder nas sociedades modernas” (FOUCAULT, 2006b, p. 55), afinal, o indivíduo foi uma aposta primordial do poder.

dessa população. Para tanto, apodera-se de estimativas, estatísticas e dados de tudo que condiciona estruturas a melhorar de forma geral a saúde populacional.

Daí por diante, cada vez mais contundentes são os avanços nos domínios da vida pelo poder, dos quais se investem em políticas públicas para promoção da vida e da saúde. Neste cenário, o Estado e a medicina — enquanto um saber que possibilita as ferramentas de ampliação do poder sobre a vida — adéquam-se à racionalidade de modo a potencializar a vida:

Contrariamente ao poder soberano que fazia morrer e deixava viver a biopolítica articula a anátomo-política constitutiva do poder disciplinar com outros dispositivos de controle, no qual a eficiência do poder se mede pela sua capacidade de introduzir sistematicamente o corpo nos cálculos do governo, a vida passa a ser gerida, do nascimento à sua morte, esquadrihada: imigração, emigração, saúde, lazer, habitação, sexualidade, longevidade, procriação, etc., os processos biológicos em suas várias manifestações passam ao controle da biopolítica. Toda a realidade passa a ser organizada a partir de um novo objetivo de modo que a multiplicidade dos homens sofre um controle não apenas individual, mas de conjunto. (MIRANDA, 2013, p. 58)

Podemos observar a partir dessas considerações que com regulação biopolítica se visou constatar e calcular os padrões das variáveis concernentes à vida, buscando encontrar soluções, tratamentos para tudo o que pudesse fazer com a vida pereça. Os dois processos decisivos que a diferenciam da noção de política em geral enquanto formas de exercer poder e domínio sobre os sujeitos são *normalidade* e *anormalidade*. Porque basicamente, quando se põe em evidência os parâmetros que sustentam a vida, aquilo que a ameaça, seu estado ótimo, utiliza-se de vários critérios, e um deles considera a construção de valores do normal e anormal. Este parâmetro de normalidade biológica permite que seja possível verificar em um conjunto populacional o que é uma incidência comum e o que é incomum a partir dos critérios de normal ou anormal.

A medicina nesse contexto se exerce como um poder-saber com relação à normalidade dos indivíduos, contudo, por ser um mecanismo que rege as condições de vida dos indivíduos, esses padrões não ficam restritos aos parâmetros físico-biológicos. Logo, o que se ver é a construção de padrões em vários âmbitos de práticas sociais do que é normal ou não, como nas práticas sexuais, relações de trabalho, formas de vestir, do que comer, como se comportar, pensar. Dito de outro modo, as ações humanas são normalizadas a partir de valores a incidir sobre elas, então, “cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” (FOUCAULT, 1988, p. 27), isto é, não se julga o sexo, apenas se administra.

De fato, o mecanismo biopolítico se exerce pela condição de normalidade/anormalidade, não excluindo ou proibindo certas práticas sociais, mas

administrando e enfatizando qual a forma ideal, ou seja, não se analisa uma prática social no contexto biopolítico como uma prática que não deva existir, se é ou não virtuosa, mas como funciona e como os indivíduos se conectam a ela. Nesse prisma, a biopolítica adentra a esfera da regulamentação que Foucault trata como uma *tecnologia de segurança*, porquanto, busca-se administrar e controlar os fenômenos de massa para ser possível intervir e prevenir a vida do perigo. À vista disso, a regulamentação da população lida com a vida dos indivíduos através de estratégias e recursos técnicos⁶⁰.

O pilar que possibilitou o surgimento dessa série de mecanismos disciplinares e regulamentadores foi, segundo o autor, devido à transformação do direito político no século XIX, embora isso não signifique que o direito da soberania de fazer morrer desapareça ou entre em desuso. Para Foucault, “à velha mecânica do poder de soberania escapavam muitas coisas, tanto por baixo quanto por cima, no nível do detalhe e no nível da massa” (FOUCAULT, 1999, p. 298). Anátomo-política e biopolítica seriam *diagramas* de poder complementares, em que o primeiro termo se caracteriza pela disposição de investimentos políticos que recai sobre a individualidade dos corpos, caracterizado pela incidência das técnicas disciplinares em uma crescente individualização.

O segundo termo o autor utiliza de modo mais amplo para se referir a uma tecnologia de poder que se caracteriza pelos mecanismos reguladores a incidir sobre a população, embora ambos conceitos são usados pelo autor para identificar o modo como houve uma transformação do poder soberano com procedimentos de uma forma de poder que consiste fundamentalmente

⁶⁰ Na analítica de poder em Foucault o autor não trabalha como superações de uma forma de poder para outra, assim, por exemplo, a soberania não desaparece quando há predomínios de estratégias do biopoder, assim como a disciplina não é superada quando surge a governamentalidade biopolítica. Por biopolítica, o autor entende como a maneira que se teve em vista racionalizar os problemas da prática governamental imposta pelos fenômenos próprios da população, já governamentalidade é um termo usado por Foucault para conciliar as táticas, estratégias, instituições, procedimentos da tecnologia de poder que realiza a biopolítica do Estado, atuando estrategicamente sobre as ações humanas buscando governar e manter tal conduta sobre os indivíduos. Essas duas noções fazem parte do escopo de análise nas discussões do último Foucault, especialmente no curso Nascimento da biopolítica (2008b). Neste curso Foucault reflete sobre a arte de governar como governo dos homens e exercício da soberania política, afinal, “arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer, propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-ser do Estado tornar-se ser. O dever-ser do governo deve se identificar com o dever-ser do Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 06).

em *fazer viver*,⁶¹ um poder que capitaliza a vida e o vivo⁶². Para ele, os mecanismos da disciplina e biopolítica se articulam como engrenagens que se reforçam como técnicas postas em prática, ao passo que a vida adentra os procedimentos dessa nova racionalidade política, dado que, “a biopolítica não deixa de utilizar os mecanismos de controle do poder disciplinar, porém, ela lhes dá um maior alcance, alarga suas possibilidades de atuação, seu manejo e efetividade” (MIRANDA, 2013, p. 55).

2.3.1 Biopolítica e a guerra em nome da vida

Como dito anteriormente, no curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (1999, p. 145) diz que, em sua análise há inicialmente uma categoria de Estado de justiça que corresponderia a uma sociedade de tipo jurídica ou legal, quando este já não mais se enquadra nas estruturas sociais, surge outra categoria de Estado, o administrativo, que corresponde a uma sociedade de disciplinas e em seguida esses mecanismos são ampliados num tipo de Estado de governo, que diferente dos demais não pode ser mais ser definido por sua territorialidade, mas pela massa da população. Este é o objeto no centro das questões políticas nesse tipo de Estado.

Para Foucault, esta nova face do Estado e dos mecanismos que o compõem, marcam uma transformação profunda na forma como até então operava o poder nos moldes da soberania, que tinha por imperativo o *fazer morrer, deixar viver*. A guerra exercida em nome do rei produziu diversos acontecimentos de ordem política e social, implicando sempre na conversão da vida em favor do poderio administrativo do rei. Nos moldes em que predominam

⁶¹ Pelbart evidencia que quando Foucault trata do ‘fazer viver’ como característica do biopoder é revestido de duas formas principais: “a disciplina e a biopolítica. A primeira, já analisada em *Vigiar e punir*, data do século XVII, e surge nas escolas, hospitais, fábricas, casernas, resultando na docilização e disciplinarização do corpo. Baseada no adestramento do corpo, na otimização de suas forças, na sua integração em sistemas de controle, as disciplinas o concebem como uma máquina (o corpo-máquina), sujeito assim a uma anátomo-política. A segunda forma, a biopolítica, surge no século seguinte e mobiliza outro componente estratégico, a saber, a gestão da vida, incidindo já não sobre os indivíduos, mas sobre a população enquanto população, enquanto espécie. Está centrada não mais no corpo-máquina, porém no corpo-espécie — é o corpo atravessado pela mecânica do vivente, suporte de processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a longevidade — é a biopolítica da população” (PELBART, 2011, p. 56).

⁶² Para simplificar os apontamentos de Foucault podemos dizer que no poder soberano a figura do rei ocupava local de poder baseado no direito de morte que o soberano detinha, mas que, em geral, era realizado para a punição daqueles que não obedeciam à lei, ou seja, os indivíduos sofriam punições severas em situações que significassem o rompimento do contrato que sustentou o poder do soberano sobre os súditos, como a morte supliciada. Contudo, mediante as novas configurações sociais ocasionadas pelo acelerado processo de industrialização das sociedades modernas, essas técnicas de poder que facilmente controlavam os indivíduos começam a ser restringidas e limitadas. Para Foucault este é o ponto central para que uma nova mecânica de poder pudesse ganhar espaço, por conta justamente da ineficácia do poder de morte da soberania, que vai sendo gradualmente otimizado por novas técnicas de governo e mudam radicalmente de contorno.

o dispositivo biopolítico, o imperativo vigente é o inverso *fazer viver, deixar morrer*. Pode parecer uma mudança simples, mas em todo caso, segundo Foucault, esta inversão provocou uma reconfiguração dos sistemas de mecanismos de poder que até então vigoravam nas sociedades. E, as guerras agora não mais são travadas em nome do rei e de sua soberania territorial, mas em nome da soberania biológica, da existência sadia de uma população.

O problema da guerra é um problema da política na modernidade abordado por Foucault quando estendia sua análise sobre o poder disciplinar ao biopolítico e em torno do fenômeno da governamentalidade. Em sua obra *Vigiar e Punir (2013a)* o autor desenvolve inicialmente como as ciências militares e os demais instrumentos de correção operam para o disciplinamento dos corpos individuais e em *História da sexualidade I*, o autor relaciona a guerra e biopoder. As reflexões de Foucault sobre a guerra — concebida como constitutiva de tipos específicos de relações de poder —, parte de uma análise ampla sobre as novas formas que esta assume nas sociedades a partir do desenvolvimento dos regimes biopolíticos em torno da regulação da população.

Toda essa organização em torno da vida suscitou um aparato de mecanismos que a compreendem em sua totalidade biológica e busca-se otimizá-la, protegê-la a todo custo, mesmo que implique eliminar sua própria população. É declarado uma guerra às raças, então se de fato observou-se o surgimento de um poder que investe na vida, objetivando geri-la, como então explicar tantas mortes em nome da vida? Este ponto foi central nas pesquisas de Foucault, porque evidenciou que a premissa de matar para continuar existindo que sustentou as táticas de combate tornou-se também um princípio estratégico dos Estados, porém, “a existência em questão já não é aquela — jurídica — da soberania, é outra — biológica — de uma população” (FOUCAULT, 1988, p. 129), significa antes de tudo combater as impurezas e a aniquilação da espécie.

Segundo Reid (2008, p. 76. tradução nossa), a guerra tradicionalmente funcionava como meio de resolver disputas territoriais entre soberanos, já num contexto biopolítico onde o poder se exerce no nível da vida, a guerra ocorre a partir da perspectiva de luta entre populações, enquanto representam a espécie. Desse modo, a participação da população na guerra é entendida como um ato positivo de afirmação da vida, ou seja, quando a vida entra na ordem do poder, teremos simultaneamente novas formas de guerras. Sendo assim, a problemática da guerra é, em geral, um problema de como alcançar e exercer o poder sobre a vida.

Dentre outros aspectos, para Foucault isso resulta do fato de, a partir do século XVII, a guerra foi constituída e se desenrola sob uma divisão binária, uma guerra das raças em que o corpo social se movimenta pela articulação entre uma raça e uma sub-raça, de modo que “esse

discurso da luta das raças [...] vai ser recentralizado e tornar-se justamente o discurso do poder, de um poder centrado, centralizado e centralizador” (FOUCAULT, 1999, p. 72). Isto condiz com a estrutura de um discurso que promove o combate a ser travado entre duas raças, mas não de forma binária, a ideia aqui é que se entende uma raça como verdadeira, aquela que tem o poder e a norma, e os demais são os grupos que não estão na norma e justamente por isso trazem risco para sobrevivência do patrimônio biológico dessa raça *verdadeira*.

Temos aqui, então, um novo cenário, não é “[...] ‘Temos de nos defender contra a sociedade’, mas, ‘Temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contra-raça que estamos, sem querer, constituindo’” (FOUCAULT, 1999, p. 73). As sociedades modernas, a partir do século XX, são constituídas por um mecanismo paradoxal, em que suas práticas de morte podem ser realizadas sobre si própria, seus elementos, seus produtos, uma espécie de “[...] racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 1999, p. 73). Segundo o autor, enquanto a vida se torna um objeto de cuidado e administrável, cada vez mais se faz urgente pensar estratégias de proteção dessa vida, mesmo que isso signifique a perda de outras vidas. O autor evidencia, então, que a morte não desaparece quando os mecanismos do tipo guerreiro da soberania⁶³ vão se reinventando, afinal, com essa nova mecânica de poder se estabeleceu também um novo tipo de relação: a biológica, fator este determinante para a reativação e validação da morte em nome da vida:

Quando o diagrama de poder abandona o modelo de soberania para fornecer um modelo disciplinar, quando ele se torna ‘biopoder’, ‘biopolítica’ das populações, responsabilidade e gestão da vida, é a vida que surge como novo objeto do poder. Então, o direito renuncia cada vez mais ao que constituía o privilégio do soberano, ao direito de causar a morte (pena de morte), mas paralelamente permite mais e mais hecatombes e genocídios: retomando o velho direito de matar, mas, ao contrário, em nome da raça, do espaço vital, das condições de vida e de sobrevivência de uma população que se julga melhor, e que trata seu inimigo não mais como o inimigo jurídico do antigo soberano, mas como um agente tóxico ou infeccioso, uma espécie de “perigo biológico” (DELEUZE, 1988, p. 99).

Neste sentido, os mecanismos de poder da soberania podem ser invocados em diversas situações em que a vida de uma dada população está em jogo, em função disso, seu paradoxo é denominado *racismo de Estado*, fator característico dos Estados modernos⁶⁴, pois, “não há

⁶³ Anteriormente, em situações em que o soberano fazia valer seu direito de fazer morrer, os corpos eram supliciados sob os olhos do público, o poder disciplinar, se manifesta quando utiliza seus mecanismos para correção do corpo nas prisões. Na obra *Vigiar e Punir* atestamos como essa transformação do regime político da soberania se reconfigura num regime disciplinar através justamente das práticas penais. Sendo assim, não houve, por assim dizer, uma superação total dessa prática baseada pelo fazer morrer, o que se ver com as disciplinas é uma ação mais engajada das práticas corretivas.

⁶⁴ O biopoder teria sido segundo Foucault o responsável por introduzir o racismo nos mecanismos do Estado tornando-se indispensável para o funcionamento moderno do Estado, “Basta evocar algumas características do

funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições não passe pelo racismo” (FOUCAULT, 1999, p. 304). Esse termo *racismo de Estado* é usado por Foucault como um mecanismo reclamado no sistema biopolítico para atuar no que pode ser percebido como uma *guerra de raças*, dado que a ideia de uma pureza de raça se tornou algo a ser conquistado de modo a extinguir as anormalidades e não contaminar a raça pura. A ideia de raça é entendida por Foucault “como mecanismo integrante das lógicas operacionais e analíticas de uma forma de poder e de política que se biopolitiza enquanto toma o ser humano como objeto do poder e da política”⁶⁵ (DILLON, 2008, p. 178, tradução nossa). Conceitualmente, Foucault define *racismo de Estado* do seguinte modo:

É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder (FOUCAULT, 1999, p. 304 - 305).

O *racismo de estado* insere no biopoder uma estrutura de proteção da vida que se converte em um poder de morte, isso viabiliza a função de eliminar os que representam risco à sobrevivência dos demais. Em função disso, se legitima a morte do outro, entendido como um perigo biológico que precisa ser eliminado⁶⁶. Palladino (2008, p. 118, tradução nossa) enfatiza que a maximização do potencial biológico de uma população por meios eugênicos levanta questões importantes sobre o lugar que a morte ocupa na ordem biopolítica. Ora, para se evidenciar as qualidades biológicas de uma população distinguem-se os grupos e eventualmente elimina qualquer perigo que possa diminuir a qualidade de vida dessa população. Assim, quanto

racismo: um corte entre o que deve viver e o que deve morrer; a consigna de que para viver é preciso fazer morrer, mas o que era uma injunção guerreira, torna-se biológica (a morte do outro, da raça ruim, inferior, degenerada, é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, mais pura); trata-se de eliminar, não os adversários, mas os perigos, em relação à população e para a população” (PELBERT, 2011, p. 58).

⁶⁵ “mechanism integral to the operational and analytic logics of a form of power and politics which is biopoliticised in as much as it takes human being in the form of species life as the referent object of power and politics” (DILLON, 2008, p. 178).

⁶⁶ “Tornar a vida viva é, portanto, um negócio letal porque a promoção da existência da espécie parece estar ameaçada por todos os lados, não apenas por fenômenos alternativos de existência, mas também pelo perigo que a existência da espécie sempre parece representar a si mesma, principalmente por ser resistente à injunção biopolítica de fazer viver. Pois, nem toda vida pode viver se a própria vida deve ser promovida. Alguma vida é inimiga da vida e deve ser exterminada se não puder ser corrigida e reformada. A vida é assim. [...]” (DILLON, 2008, p. 177, tradução nossa).

mais as espécies impuras desapareçam e as anormalidades sejam eliminadas, haverá menos degenerados na espécie e isto significa o fortalecimento biológico da população:

[...]a biopolítica se preocupa com a regulação e promoção da vida como existência da espécie, e porque a vida da existência da espécie é uma multiplicidade mutável de poder/saber, em que o tecnocientífico se conecta com o governamental, então a vida da espécie deve ser testada, ordenada e classificada para que a sua existência seja promovida. A existência de algumas espécies, por exemplo, não é passível de promover a existência de outras espécies. Nem todas as existências de espécies podem ser promovidas no mesmo grau. A existência de algumas espécies pode até ser considerada incompatível à promoção da existência das espécies. A biopolítica, portanto, requer mecanismos para diferenciar a existência das espécies [...]. Assim, enquanto o projeto de fazer viver a vida requer um deixar morrer, muitas vezes também um assassinato ativamente promovido, a necropolítica é então a outra face da biopolítica. É precisamente aí que entra a raça para Foucault. A raça é um desses mecanismos pelos quais a biopolítica julga a vida com o propósito não apenas de dizer como a vida deve ser promovida, mas também qual vida deve ser destituída de poder e desprivilegiada nessa causa. A raça é uma tecnologia governamental tanto quanto uma ideologia cultural e política biologizada. (DILLON, 2008, p. 195, tradução nossa)⁶⁷.

Então, o que se tem é um mecanismo que age selecionando e eliminando os anormais e degenerados com a justificativa de garantir a defesa e fortalecimento da sociedade. A peculiaridade está primordialmente no fato do *racismo* se exercer numa sociedade, mas não apenas sobre inimigos externos, mas a capacidade de agir sobre si mesma, seus próprios elementos, tendo por princípio que quanto mais as espécies impuras desapareçam e as anormalidades sejam eliminadas, “menos degenerados haverá em relação à espécie, mas eu — não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie — viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar” (FOUCAULT, 1999, p. 305).

O cuidado com a vida, implica necessariamente no uso da morte para se garantir melhores condições de existência de uma população. A vida na estrutura biopolítica tem de acordo com Dillon (DILLON, 2008, p. 170, tradução nossa)⁶⁸ uma história que acompanha as mudanças raciais, as implicações do que é ser uma coisa viva, biológica e natural. Sendo assim,

⁶⁷ “because biopolitics concerns itself with the regulation and promotion of life as species existence, and because the life of species existence is a changing manifold of power/knowledge, in which the techno-scientific is wedded to the governmental, then species life must be assayed, sorted and classified if its existence is to be promoted. Some species existence is, for example, not amenable to the promotion of species existence. Not all species existence is promotable to the same degree. Some species existence may even be said to be antipathetic to the promotion of species existence. Biopolitics therefore requires mechanisms to differentiate species existence in ways that will usefully inform how it must best govern in order to pursue its vocation of promoting species life. Hence, while the project of making life live requires a letting die, often also an actively promoted killing, necropolitics is the other face of biopolitics. This is precisely where race comes in for Foucault. Race is one of those mechanisms by which biopolitics adjudicates life for the purposes not only of saying how life is to be promoted but also which life has to be disempowered and disenfranchised in that cause. Race is a governmental technology as much as it is a biologised cultural and political ideology” (DILLON, 2008, p. 195)

⁶⁸ “the life of biopolitics has a history, and that history tracks changing racial as well as biological accounts of what it is to be a living thing. The history of the one was always closely associated, and even sometimes fully conflated with, the other” (DILLON, 2008, p. 170)

existe uma associação entre eles de modo muitas vezes a serem confundidos. Quando Foucault evidencia sobre um mecanismo de tirar a vida, ele não fala simplesmente de um assassinato direto, mas também se refere ao assassínio indireto, como “o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns, risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 1999, p. 306).

Evidencia-se que, o objetivo do biopoder seja produzir e potencializar a vida, porém, *fazer viver* nessa lógica biopolítica pode tornar-se de certo modo letal. Em razão disso, se faz guerra às vidas que porventura não se enquadrem nas normatizações do modelo de vida biopolitizada, nos modos como se deve viver, a partir do entendimento que a biopolítica compreende a vida. Sendo assim, fazer viver significa na mesma medida fazer morrer. Esse mecanismo é então, “a condição para que se possa exercer o direito de matar. Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo *racismo*” (FOUCAULT, 1999, p. 306). Em síntese, Foucault se depara com um paradoxo na *História da sexualidade I*, compreender como o surgimento de uma forma de poder preocupada em administrar a vida pode levar a uma intensificação da guerra entre e dentro das sociedades.

Para Foucault, o que explicaria tal paradoxo é a mudança na orientação do poder para o exercício de controle sobre a vida ao invés da tradicional afirmação do direito de morte que faz com que formas cada vez mais bárbaras da guerra se tornem expansivas nas sociedades modernas⁶⁹. Assim, com o desenvolvimento das técnicas biopolíticas, os regimes modernos proporcionam uma nova forma de mobilização à guerra, pois o que está em questão é a existência biológica de uma população. Se tradicionalmente a guerra funcionava como mecanismo da resolução de conflitos entre soberanos, no contexto de caracterização biopolítica em que se exerce ao nível da vida populacional, ela se realiza para uma luta entre populações, em um ato positivo de afirmação da vida.

Dillon (2008, p. 168, tradução nossa) pontua que, essa guerra biopolítica pela vida não seria então acidental. Visto que, a biopolítica quando busca seu projeto de *fazer viver* se depara com um problema que é a própria vida. Este percurso de buscar incansavelmente relações de poder apropriadas para sua compreensão se traduz na paz biopolítica através da obsessão com a segurança. Isto significa que “a paz é escrita como guerra biopoliticamente por discursos de segurança. Para multiplicar a vida, ela precisa ser assegurada. Proteger a vida é uma guerra

⁶⁹ Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, p. 129.

contínua contra tudo o que ameaça a vida”⁷⁰(DILLON, 2008, p. 168, tradução nossa). Assim, para a biopolítica a vida se torna um problema permanente de segurança.

2.4 O LIBERALISMO COMO MODELO SOCIAL DA BIOPOLÍTICA

Como tornar a vida segura e administrar a multiplicidade? Estas e outras implicações em como se administra, regula e fortalece a vida da população como acabamos de observar são anseios da máxima biopolítica. Posto isso, Foucault analisa a racionalidade liberal⁷¹ como terreno fértil para o desenvolvimento dessa nova governamentalidade, por suscitarem o cuidado não apenas com a questão econômica, mas que se estende sobre a vida. Foucault ressalta que estaria tentando perceber no liberalismo “uma forma de reflexão crítica sobre a prática governamental. Essa crítica pode vir do interior ou do exterior, pode apoiar-se em tal teoria econômica ou referir-se a tal sistema jurídico sem laço necessário ou unívoco” (FOUCAULT, 2016, p. 463).

Desse modo, na obra intitulada *Nascimento da biopolítica*⁷², fruto do curso da cadeira de *História dos Sistemas de Pensamento* que Michel Foucault ministrou entre 1978 e 1979 no *Collège de France*, o autor analisa como o liberalismo otimiza a gestão das populações, por isso foi condição de inteligibilidade para o surgimento da biopolítica, enquanto as características do liberalismo constituíram o quadro geral para o desenvolvimento da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política⁷³:

⁷⁰ “Peace is written as war biopolitically through discourses of security. To make life live it has to be secured. Securing life is a continuous war Against whatever threatens life. Life is thus a permanent security problem for biopolitics” (DILLON, 2008, p. 168).

⁷¹ Cf. FOUCAULT, Michel. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*, p. 466.

“O liberalismo deve ser analisado então como princípio e método de racionalização do exercício do governo — racionalização que obedece, e é essa a sua especificidade, a regra interna da economia máxima. Enquanto toda racionalização do exercício do governo visa maximizar seus efeitos diminuindo o máximo possível o custo entendido no sentido político tanto quanta no sentido econômico, a racionalização liberal parte do postulado de que o governo (trata-se, é claro, não da instituição ‘governo’, mas da atividade que consiste em reger a conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais) não poderia ser sua própria finalidade. Ele não tem em si sua razão de ser, e sua maximização, ainda que nas melhores condições possíveis, não deve ser seu princípio regulador. Nisso, o liberalismo rompe com essa ‘razão de Estado’ que, desde o fim do século XVI, havia procurado na existência e no fortalecimento do Estado o fim capaz de justificar uma governamentalidade crescente e de regular seu desenvolvimento” (FOUCAULT, 2008b, p. 432).

⁷² Segundo Duarte (2008, p. 06) com o curso *Nascimento da biopolítica* deu uma guinada em seus estudos, pois investigou e deu as primeiras noções ou dimensões de como se dariam as novas formas de controle biopolítico, que não mais estariam “sob o eixo dos exageros do poder soberano estatal, mas agora segundo o eixo flexível das economias de mercado influenciadas pelo neo-liberalismo econômico da chamada Escola de Chicago” (DUARTE, 2008, p. 6).

⁷³ “O governo liberal não visa a salvação em outro mundo, e nem se empenha em aumentar o bem-estar do Estado. Ao invés, ele vincula a racionalidade de governo a um objeto exterior — a sociedade civil — e a liberdade dos

Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade - antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental -, e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo e que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica (FOUCAULT, 2008b, p. 30).

Revel (2005), por seu turno, diz que por liberalismo devemos entender um “[...]exercício do governo que não somente tende a maximizar seus efeitos, reduzindo ao máximo seus custos, sobre o modelo da produção industrial, mas que afirma arriscar-se sempre a governar demais” (REVEL, 2005, p. 26). Foucault expõe na aula de 10 de janeiro de 1979, que o liberalismo introduziu uma nova categoria de cálculo para o governo, a adoção de uma nova arte de governar no século XVIII, que se caracteriza como “uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar” (FOUCAULT, 2008b, p. 06). A pretensão do autor com relação a sua interpretação do liberalismo é partir do entendimento que ele seria uma razão governamental, isto é “[...] racionalidade que são postos em ação nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é conduzida por meio de uma administração estatal” (FOUCAULT, 2008b, p. 437). Essa análise parte de dois exemplos sobre os quais o autor tece comentários e análises, o liberalismo alemão e o liberalismo americano da Escola de Chicago, pois, em ambos, o liberalismo teria se apresentado em um contexto definido de uma crítica da irracionalidade, própria do excesso de governo ⁷⁴.

indivíduos é considerada como um parâmetro para a ação governamental. A arte liberal de governo toma a sociedade, e não o Estado, como seu ponto de partida [...]” (LEMKE, 2017, p. 20).

⁷⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, p. 437.

Neste caso, o excesso na Alemanha se deu pelo “regime de guerra, o nazismo, mas, para além disso, um tipo de economia dirigista e planificada oriunda do período de 1914 – 1918 e da mobilização geral dos recursos e dos homens; foi também o ‘socialismo de Estado’. Na verdade, o liberalismo alemão do segundo pós-guerra foi definido, programado e até, em parte, aplicado por homens que, a partir dos anos 1928-1930, haviam pertencido à Escola de Friburgo (ou que, pelo menos, tinham sido inspirados por ela) e tinham se exprimido mais tarde na revista *Ordo*. [...] O ordoliberalismo, trabalhando sobre os temas fundamentais da tecnologia liberal de governo, procurou definir o que poderia ser uma economia de mercado, organizada (mas não planejada nem dirigida) no interior de um quadro institucional e jurídico, que, de um lado, proporcionaria as garantias e as limitações da lei e, de outro, garantiria que a liberdade dos processos econômicos não produzisse distorção-social. Foi ao estudo desse ordoliberalismo, que havia inspirado a opção econômica da política geral da RFA, na época de Adenauer e Ludwig Erhard, que a primeira parte do curso foi consagrada” (FOUCAULT, 2008b, p. 437 – 438). Com relação ao neoliberalismo americano diz que sua análise parte de alguns aspectos, “o que é posto, em geral sob o signo da Escola de Chicago e também se desenvolveu em reação a esse ‘governo demais’ que representavam, a seu ver, desde Simons, a política do New Deal, a planificação de guerra e os grandes programas econômicos e sociais apoiados na maior parte do tempo, no pós-guerra, pelas administrações democratas. Como no caso dos ordoliberais alemães, a crítica feita em nome do liberalismo econômico insiste no perigo que representaria a inevitável seqüência: intervencionismo econômico, inflação dos aparelhos governamentais, superadministração, burocracia,

O conceito de liberalismo, apresentado por Foucault como uma racionalidade política moderna, mostra uma arte de governo procedimental cujo objetivo é regular os indivíduos em suas atitudes, ações e reações. É relevante para compreender o surgimento da biopolítica, pois está incluso em um grupo de reflexões que se criou visando estabelecer um método racional de governar e administrar os indivíduos de maneira mais eficiente. Desse modo, fica evidente que “o liberalismo rompe com a ‘razão de Estado’ que, desde o final do século XVI, buscara na existência e no reforço do Estado o objetivo suscetível de justificar uma governamentalidade crescente e de regular seu desenvolvimento” (FOUCAULT, 2016, p. 460). É nesse contexto que a eminência de um Estado normalizador, deve ser entendida como um momento no qual a racionalidade econômica, como no liberalismo, determina o âmbito político e os fenômenos próprios das populações. Assim sendo, enquanto os sujeitos estão aceitando uma perspectiva de liberdade, eles estão sendo incorporados a um modelo de governo, de controle, um sujeito governável⁷⁵.

Sendo assim, com o liberalismo surge a ideia de que a sociedade não pode ser completamente administrada, uma vez que a estrutura do mercado tem sua própria regulação. A partir dessa lógica de eficiência no mercado frente ao seu autogoverno, é possível compreender também que a sociedade só pode obter mais ganhos e se desenvolver se houver menos intervenção governamental. Desse modo, caberia ao governo intervir, diz Foucault, na base dos interesses, já que ele tem interesse pelos interesses, enquanto, “os jogos de interesses tornem tal indivíduo ou tal coisa, ou tal bem, ou tal riqueza ou tal processo, em interesse para os indivíduos ou para todos os indivíduos ou para os interesses afrontados de tal indivíduo com o interesse de todos, etc.” (FOUCAULT, 2008b, p. 74). Logo, o Estado é entendido como instrumento que pode intervir sempre que necessário para garantir máxima eficiência nas condições de concorrência econômica, já que, as relações que são próprias do mercado constituirão “um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são erradas” (FOUCAULT, 2008b, p. 45).

enrijecimento de todos os mecanismos de poder, ao mesmo tempo que se produziriam novas distorções econômicas, indutoras de novas intervenções. Mas o que chamou a atenção nesse neoliberalismo americano foi um movimento totalmente oposto ao que encontramos na economia social de mercado da Alemanha: enquanto esta considera que a regulação dos preços pelo mercado – único fundamento de uma economia racional — é, de per si, tão frágil que precisa ser sustentada, arranjada ‘ordenada’ por uma política interna e vigilante de intervenções sociais (que implicam auxílio aos desempregados, cobertura das necessidades de saúde, política habitacional, etc.), esse neoliberalismo americano procura, em vez disso, ampliar a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a campos não exclusivamente ou não primordialmente econômicos” (FOUCAULT, 2008b, p. 438 – 439).

⁷⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*, p. 460.

Governar um Estado tenderá, então, a reformular uma economia ao nível do Estado, mantendo um certo de controle sobre cada sujeito, de modo a guiá-los individual e coletivamente, sempre alerta e atento. Por economia, Foucault entende aquilo que está “absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população em sentido amplo” (FOUCAULT, 2006b, p. 294). A economia é utilizada na estrutura dos Estados modernos para fomentar críticas com relação ao modo como a racionalidade de governo deve atuar individualmente e, em simultâneo, sobre a população, afinal, o mercado poderá operar para normatizar, regradar e controlar a conduta da multiplicidade⁷⁶.

A razão de Estado, segundo observa Foucault durante um seminário em Vermont, em 1982, não se remete “à sabedoria de Deus, à razão, nem às estratégias do príncipe. Ela se relaciona ao Estado, à sua natureza e à sua racionalidade própria” (FOUCAULT, 2006b, p. 299). Isto posto, o autor acentua que a tese de que a finalidade do governo seja fortalecer o Estado, tem implicações que são necessárias abordar por acompanhar o desenvolvimento da racionalidade política moderna. Segundo ele, quando da passagem para a modernidade⁷⁷ a antiga arte de governar localizada sob a figura do soberano vai desaparecendo e governar é entendido como algo diferente de reinar, governar “[...] segundo o princípio da razão de Estado é fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se fortalecer diante de tudo o que pode destruí-lo” (FOUCAULT, 2008b, p. 06).

Diante disso, se tornou necessário a constituição de um novo modo de governar, de uma arte de governar que tem sua própria racionalidade⁷⁸. É justamente sobre esse aspecto que

⁷⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*, p. 462.

⁷⁷ Segundo Lemke, Foucault evidencia em suas palestras que o “[...] o Estado moderno (ocidental) é o resultado de uma combinação complexa de poder 'político' e 'pastoral'. Enquanto a primeira deriva da polis grega e se organiza em torno de direitos, universalidade, espaço público, etc., a segunda é um conceito religioso cristão que se concentra na orientação integral dos indivíduos. É uma forma individualizante de poder que está intimamente ligada à produção da verdade” (LEMKE, 2017, p. 13). Por isso, “o poder pastoral se espalhou e se multiplicou para além da instituição da igreja cristã nos séculos XVI e XVII. De forma secularizada, teve importância histórica decisiva para a formação do Estado moderno, que se apoia na produção de conhecimento racional sobre o indivíduo e a população como um todo. A especificidade dessa forma moderna de governo — o governo dos seres humanos, em contraste com o governo das almas — consiste na reflexão sobre as condições, os objetivos e os objetivos do governo” (LEMKE, 2017, p. 14).

⁷⁸ Rabinow infere que em meados do século XVI “apareceram uma série de tratados sobre a 'arte de governar'. Eles não estavam preocupados com as tradicionais questões da natureza do Estado, nem como o príncipe poderia salvaguardar da melhor maneira possível o seu poder (embora estes tópicos não estivessem ausentes por completo); suas abrangências eram muito mais amplas. De fato, lidavam com quase tudo: falavam diretamente sobre como 'governar um domicílio, almas, crianças, uma província, um convento, uma ordem religiosa, ou uma família'. Através destes tratados, a reflexão política foi tacitamente alargada para incluir quase todas as formas da atividade humana, desde as menores comoções da alma às maiores manobras militares; cada atividade demandava, a partir da sua própria especificidade, uma reflexão sobre como poderia ser melhor levada a cabo” (RABINOW, 1999, p. 39).

o autor emprega o termo *governamentalidade*⁷⁹, que como aponta Estela Scheinvar “[...] advém como um imperativo à existência da população, tendo como princípio a intensificação da liberdade na ordem” (SCHEINVAR, 2011, p. 146). É, então, uma nova mentalidade que permite conduzir a conduta dos indivíduos política, social e economicamente. No curso *Segurança, Território, População (2008a)*, Foucault diz que a governamentalidade é um fenômeno que reúne uma multiplicidade de mecanismos que se transformam em um governo da vida, não mais do território, de onde se obtém uma complexificação dos mecanismos de poder. Essa razão governamental moderna tem predisposições diferentes nos modos e princípios que a regem, é uma mudança não só de ação, mas do próprio modo como se pautava o governar na teoria filosófica clássica. Governar nessa nova razão de estado é uma forma de conduzir o outro, conduzir sua própria conduta, mas, de maneira calculada, com estratégias e engrenagens de poder sobre a melhor forma de conduzir as ações da população⁸⁰, “O governo se opõe muito claramente à soberania” (FOUCAULT, 2008a, p. 130).

Sendo assim, buscou-se definir qual seria a melhor forma de governar uma população, e mais ainda, que poderiam ser os mecanismos e/ou estratégias que podem garantir isso? Essa nova arte de governo liberal⁸¹ tem a sociedade ao invés do Estado como base inicial, por isso Foucault se questiona, “Por que alguém deve governar? Ou seja: o que torna o governo necessário e que fins ele deve buscar em relação à sociedade para justificar sua própria existência?” (FOUCAULT, 2008b, p. 319). Para Foucault, o liberalismo⁸² deve ser considerado quadro geral da biopolítica, porque a partir do liberalismo surge a questão de como os sujeitos

⁷⁹ Para Foucault, “[...] a governamentalidade implica práticas sistemáticas e reguladas de governo e também aponta para elementos de cálculo ou para um conhecimento racional dos entes a serem governados. Em segundo lugar, o governo não visa moldar diretamente as ações de atores individuais ou coletivos, mas sim uma determinação indireta e reflexiva de possíveis opções de ação” (LEMKE, 2017, p. 18).

⁸⁰ Neste caso, “[...] se trata precisamente, no Estado de polícia, para os que governam, de considerar e encarregar-se não somente das diferentes condições, isto é, dos diferentes tipos de indivíduos com o seu estatuto particular, não somente de encarregar-se disso, mas encarregar-se da atividade dos indivíduos até em seu mais tênue grão” (FOUCAULT, 2008b, p. 10).

⁸¹ “Foucault considera o liberalismo como uma arte específica de governar que deve ser distinguida do universo político da disciplina e do mundo da soberania. O governo liberal não visa a salvação em outro mundo, nem se esforça para aumentar o bem-estar do estado. Em vez disso, vincula a racionalidade do governo a um objeto exterior — a sociedade civil — e a liberdade dos indivíduos é considerada um critério crítico para a ação governamental” (LEMKE, 2017, p. 14).

⁸² “O liberalismo introduz uma racionalidade de governo que difere tanto dos conceitos medievais de dominação quanto da razão de Estado do início da modernidade: a ideia de uma natureza da sociedade que constitui a base e a fronteira da prática governamental. Esse conceito de natureza não é uma ideia tradicional ou algo remanescente dos tempos pré-modernos; ao contrário, marca uma importante ruptura histórica na história do pensamento político. Na Idade Média, o bom governo é entendido como parte da ordem natural criada pela vontade de Deus. A razão de Estado rompe com essa ideia de natureza, que limitava a ação política e a incorporava em um continuum cosmológico. Em vez disso, a razão estatal propõe a artificialidade de um ‘leviatã’ — o que provoca a acusação de ateísmo. Com os fisiocratas e a economia política, a natureza reaparece como ponto de referência para a ação política” (LEMKE, 2017, p. 42).

podem ser governados. Diferente da era clássica da soberania, seu controle não se baseia no controle através do território, de fronteiras fechadas, pelo contrário, está livre de tal forma de domínio, “na medida em que se efetiva o controle das populações através da articulação da segurança e da liberdade, e mais precisamente como a articulação da segurança como liberdade de circulação”⁸³ (BIGO, 2008, p. 96, tradução nossa).

Deste modo, o âmbito político seria, segundo Rogério Seixas, embasado na soberania, “ou, pelo menos, utiliza-se de um tipo de soberania regulada biopoliticamente, intervindo de maneira direta na vida da população, apresentando como pano de fundo a questão: como *governar bem e pouco*” (SEIXAS, 2011, p. 343). Assim, não há como pensar os problemas biopolíticos fora do quadro da racionalidade política, que evidentemente a partir disso se tornaram intensos e desafiadores, o que fez com que fossem necessários o estabelecimento de tecnologias ou mecanismos de *segurança*⁸⁴ que caracterizam as formas liberais de governo. De acordo com Thomas Lemke, “Foucault concebe o liberalismo não como uma teoria econômica ou uma ideologia política, mas como uma arte específica de governar os seres humanos” (LEMKE, 2017, p. 42).

Em correlato a concepção de Foucault, Duarte expõe que a biopolítica pode se constituir plenamente somente a partir do momento “em que as técnicas de governo foram projetadas para além do universo mental e institucional da soberania em seu sentido clássico e centralizador, o qual limitava a atuação do Estado” (DUARTE, 2011, p. 59). Com a tecnologia biopolítica não vai se tratar mais de impor aos homens uma lei, mas consiste essencialmente em servir a uma prática governamental que dispõe sobretudo da utilização bem mais de táticas do que das leis de modo a ter melhores condições e estratégias de governo. A soberania como prática biopolítica acontece enquanto a vida jurídica e política está sob decisão⁸⁵, decide-se em diversos aspectos da existência qual vida merece ser vivida, colocando parâmetros e limites dos saberes, para que “a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder

⁸³ “as it is brought into effect controlling populations through the articulation of security and liberty, and more precisely as the articulation of security as freedom of circulation” (BIGO, 2008, p. 96).

⁸⁴ Essa noção, segundo Lemke, “não se origina nas palestras de Foucault sobre governamentalidade, mas já estava presente em seu trabalho anterior. Foucault a utiliza quando introduz o conceito de biopolítica em suas palestras no Collège de France de 1976 e no primeiro volume de *A História da Sexualidade* (1980b). Nesses textos Foucault identifica uma nova forma de poder que difere do poder soberano” (LEMKE, 2017, p. 42). Além disso, “Dois anos depois, em suas palestras no Collège de France em 1978 e 1979, Foucault retoma a noção de ‘tecnologias de segurança’. Aqui, porém, ele discute o tema da biopolítica em um referencial teórico diferente que vai além de seu interesse inicial pelos processos de disciplinamento e regulação dos corpos. A biopolítica agora também se refere aos processos de subjetivação e formação do Estado” (LEMKE, 2017, p. 42).

⁸⁵ “Um exame da situação do estado de exceção nas tradições jurídicas dos Estados ocidentais mostra uma divisão — clara quanto ao princípio, mas de fato muito mais nebulosa — entre ordenamentos que regulamentam o estado de exceção no texto da constituição ou por meio de uma lei, e ordenamentos que preferem não regulamentar explicitamente o problema.” (AGAMBEN, 2004, p. 22).

soberano” (AGAMBEN, 2002, p. 14). Esse modelo de governo biopolítico utilizar-se-ia de “um certo número de meios, esta ou aquela finalidade” (AGAMBEN, 2002, p. 14), o que evidenciará uma melhor administração do conjunto dos vivos, dado que, com a soberania, a finalidade está em si, diferente do governo com sua finalidade nas coisas sobre as quais ele se dirige.

Nesse viés, entendemos que na modernidade o surgimento da população como preocupação política, teria sido para Foucault (2008a, p. 90) um elemento fundamental para a dinâmica do poder dos Estados, porque se estabeleceu uma razão de governo preocupada em fazer viver, logo, cada seguimento da existência entrará no cálculo. Dar-se-á, então, uma avaliação de onde se aplicará tal recurso que esteja disponível, a partir, por exemplo, do saber estatístico. Este atua como recurso que orienta a ação governamental, seja para o cuidado com a saúde da população, ou ainda em como “impedir a emigração, atrair imigrantes, beneficiar a natalidade [...], que também vai definir quais são as produções úteis e exportáveis, os objetos a serem produzidos” (FOUCAULT, 2008a, p. 90). Enfim, se nutrirá de toda uma preocupação política para o controle da população e da vida em geral, garantindo que eficiência e força produtiva conforme o que convier.

O surgimento da noção de população nasce justamente como um elemento importante das preocupações políticas ao longo do século XVIII, dado que, “estava ligada ao aparecimento da estatística como saber de Estado, que permitiu colocar a economia como um problema não mais restrito ao interior da família” (AUGUSTO, 2011, p. 21). Mas, que se entende que esta possui uma lógica e regularidade própria que pode ser anotada, medida, modificada, regulada em suas eventualidades. Posto isso, Foucault corrobora ser a população bem mais que o poder soberano que surge como fim e instrumento do governo, já que os indivíduos se constituem como sujeitos de necessidades, aspirações, mas que por isso mesmo se torna também objeto do governo. A população será então considerada “um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural” (FOUCAULT, 2008a, p. 92).

Neste contexto, há uma descoberta da população como conjunto de viventes que têm como particularidade seus traços biológicos e patológicos, entendidos como administráveis, assim sendo, a governamentalidade biopolítica representaria, “[...] uma grande ‘medicina social’ que se aplica à população a fim de governar a vida: a vida faz, portanto, parte do campo do poder” (REVEL, 2005, p. 27). Neste íterim, Veiga-Neto (2011, p. 38) acentua que, é mais produtivo compreender liberalismo e neoliberalismo⁸⁶ como modos de vida, *ethos*, uma

⁸⁶ Michel Foucault destaca que o neoliberalismo americano se desenvolveu em circunstâncias bem específicas a partir de três elementos principais que se apoiou, “[...]primeiro, é claro, a existência do New Deal e a crítica ao

maneira de ser e de estar no mundo, ao contrário do que comumente tentar compreendê-los como ideologias que sustentam e justificam o capitalismo. Quando Foucault estuda a governamentalidade, ele está preocupado em pensar “no exame de práticas, maneiras de fazer, modos de aplicação do governo, seu desenvolvimento e refinamento sucessivo e o saber vinculado a seu exercício” (FOUCAULT, 2013b, p. 100). Segundo defende Duarte em seu artigo intitulado *Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno*, o “neologismo da governamentalidade opera, portanto, como instrumento heurístico para a investigação da racionalidade das práticas de controle, vigilância e intervenção governamental” (DUARTE, 2011, p. 55), além disso, opera também sobre os fenômenos que englobam a população que funciona como recurso de análise das práticas de governo liberal.

Para Foucault, o exercício do governo está além do Estado, já que o governo é uma racionalidade política que se desenvolve e se realiza pelas *artes de governar* a fim de governar⁸⁷ os homens, pois são os homens os governados. A governamentalidade trabalhada por Foucault representa o “estudo das tecnologias de poder, em suas relações materiais e na medida em que criam saberes ou possibilitam a emergência de novos saberes na relação com essas técnicas de poder” (GALLO, 2011, p. 379). Quando Foucault se depara com as *artes de governar*, ele analisa historicamente como evoluiu a partir do século XVI e construíram-se as formas

New Deal e a essa política que poderíamos chamar, grosso modo, de keynesiana, desenvolvida a partir de 1933 – 34 por Roosevelt. [...] O segundo elemento é, evidentemente, o plano Beveridge e todos aqueles projetos de intervencionismo econômico e de intervencionismo social elaborados durante a guerra. Todos esses elementos tão importantes que poderíamos chamar, se vocês quiserem, de pactos de guerra, esses pactos pelos termos dos quais os governos [...] diziam às pessoas que acabaram de atravessar uma crise econômica e social muito grave: agora pedimos a vocês para darem a sua vida, mas prometemos que, feito isso, vocês manterão seus empregos até o fim dos seus dias. Todo esse conjunto de documentos, todo esse conjunto de análises, de programas, de pesquisas me parece, salvo engano, aliás, que é a primeira vez, afinal que nações inteiras fizeram a guerra a partir de um sistema de pactos, que não eram simplesmente os pactos internacionais de aliança entre potência e potência, mas uma [espécie] de pactos sociais segundo os quais [elas] pediam para fazer a guerra e dar a vida, portanto — um certo tipo de organização econômica, de organização social, em que a segurança [...] seria assegurada. [...] terceiro elemento de contexto, estão evidentemente todos os programas sobre a pobreza, a educação, a segregação, que se desenvolveram na América desde a administração Truman até a administração Johnson e através desses programas, claro, o intervencionismo de Estado, o crescimento da administração federal, etc.” (FOUCAULT, 2008b, p. 299).

⁸⁷ Segundo o autor francês, a palavra governar antes mesmo de possuir significado político é um termo que abrange um grande domínio semântico, que segundo ele, “[...] se refere ao deslocamento no espaço, ao movimento, que se refere à substância material, à alimentação, que se refere aos cuidados que se pode dispensar a um indivíduo e à cura que se pode lhe dar, que se refere também ao exercício de um mando, de uma atividade prescritiva, ao mesmo tempo, incessante, zelosa, ativa, e sempre benévola. Refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir. E, enfim, refere-se a um comércio, a um processo circular ou um processo de troca que passa de um indivíduo a outro. Como quer que seja, por todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. Quando se fala da cidade que se governa, que se governa com base nos tecidos, quer dizer que as pessoas tiram sua subsistência, seu alimento, seus recursos, sua riqueza, dos tecidos” (FOUCAULT, 2008a, p.164).

modernas de gerir a população, a *biopolítica*. Por isso, o conceito de Governamentalidade referir-se à racionalização da prática administrativa do Estado no exercício da soberania política. Mitchel Dean propõe, então, que o “estudo da governamentalidade é um modelo de crítica da racionalidade política, na medida em que se propõe/tem em vista investigar algumas das silenciosas condições prévias sob as quais nós podemos pensar e agir politicamente” (DEAN, 2010, p. 59).

Nesse quadro histórico, Foucault acentua que inicialmente há o ‘governo das coisas’, que faz *jus* aos aspectos que compreendem a materialidade da vida dos homens, os meios necessários para sua existência, “Logo ‘governar’, no sentido de sustentar, de alimentar, de proporcionar subsistência” (FOUCAULT, 2008a, p. 163). Para o autor, o bom governo implica agir através de uma boa conduta, então o governo pode se referir à conduta no sentido propriamente moral do termo. Nessa razão governamental, o governo é segundo Foucault, algo que manipula interesses, sendo “[...]no fundo, aquilo por intermédio do que o governo pode agir sobre todas as coisas que são para ele, os indivíduos, os atos, as palavras, as riquezas, os recursos, a propriedade, os direitos, etc.” (FOUCAULT, 2008b, p. 61). Em outras palavras, o governo se caracteriza por lidar com estes fenômenos que são interesses ou o meio que o indivíduo determina, seja a riqueza, ou coisas que também interessam aos demais indivíduos.

Será finalidade do governo desenvolver meios, técnicas que faça com que a população venha a se multiplicar, dado que, gerir a população significa bem mais que simplesmente gerir e administrar os fenômenos ao nível de resultados globais, mas gerir nos detalhes e com profundidade. Assim, um Estado de governo não mais se definiria por seu território, “mas por uma massa: a massa da população, com seu volume, sua densidade, o território sobre o qual ela se estende, mas que não é dela senão um componente” (FOUCAULT, 2006a, p. 305).

E, segundo Foucault, é esse Estado de governo que se apoia sobre a população que corresponderia a existência de uma sociedade controlada e disponibilizada pelos dispositivos de segurança. Sendo assim, de acordo com Dean, (2010, p. 128) deve-se entender que essa noção de população foi elaborada, a partir de um processo gradual, técnico e também teórico, residindo no desenvolvimento da estatística e pesquisas de censo que definem como se lida e regula essa multiplicidade.

Em suma, quando falamos de biopolítica em Foucault como uma nova mecânica de poder dos Estados modernos, estamos nos referindo a um momento em que o ser humano adquire uma existência biológica frente ao poder, dado isso adquire também uma existência política. Verifica-se que os mecanismos regulamentadores se voltam para a multiplicidade dos homens e fazem parte das relações de poder-saber tendo em conta a manipulação dos

fenômenos vitais que transformam os corpos individuais em massa global. A multiplicidade dos homens é então afetada por processos de conjuntos próprios da vida, uma vez que, leva-se em conta os processos biológicos do homem-espécie, em que atualmente os instrumentos dos quais a medicina dispõe, provocam efeitos não controláveis, fazendo com que a espécie humana adentre em um vasto campo de probabilidades imensuráveis.

3. BIOPOLÍTICA, BIOLOGIA E AS TÉCNICAS MÉDICAS

Neste capítulo, aspiramos analisar como a biopolítica em sociedades marcadas pelas novas modalidades de poder e partindo da premissa do cuidado com a vida, faz com que saberes como a medicina seja condicionada a tornar-se mecanismo que reflete a máxima biopolítica de otimização e padronização da vida na contemporaneidade. Neste sentido, o primeiro subtópico problematiza o modo como os mecanismos de segurança⁸⁸ suscitaram o medo e proteção que o Estado pode garantir para o fortalecimento da vida, o que representaria os manejos característicos de uma sociedade nova que se apresenta onde a vida se torna um cálculo da própria política. Desde o momento que o ser humano adquire uma existência política, a vida biológica é capitalizada e se torna objeto de exercícios governamentais⁸⁹.

O segundo subcapítulo, no que lhe concerne, fará uma análise das premissas e análises importantes deixadas por Foucault, nos quais salienta a importância que a ciência médica tem adquirido como mecanismo de ação biopolítica, e como representa os avanços no campo da administração da vida e melhoramento do homem⁹⁰. Neste sentido, ilustraremos como Foucault situou a medicina como ciência própria da administração do Estado, que para além de curar doentes se tornou uma ferramenta que detém influência significativa e cada vez mais totalizante na vida dos sujeitos⁹¹.

Trata-se de compreender que a racionalidade política moderna incide sobre um elemento essencial e característico que é a vida. Ela demarca e conjuga o papel que a vida humana vem adquirindo como “recurso” útil na lógica do governo instrumental das populações. Neste contexto, a medicina se torna um saber que dita as regras correlatas a administração da vida,

⁸⁸ Thomas Lemke enfatiza que Foucault considera os mecanismos de segurança “como contrapartida da liberdade liberal e como condição para sua existência. Os mecanismos de segurança destinam-se a assegurar e proteger a naturalidade permanentemente ameaçada da população, bem como as suas próprias formas de autorregulação livre e Foucault distingue analiticamente entre normas legais, mecanismos disciplinares e tecnologias de segurança” (LEMKE, 2011, p. 47, tradução nossa).

⁸⁹ “É nesse campo, literalmente ‘inventado’ pelos saberes médicos, que Foucault inicia a sondagem tanto da potência produtiva, positivizante do poder sobre a vida, como daquela enigmática ambivalência entre norma interna natural e normalização que está no âmago da biopolítica. Medicina, clínica e psiquiatria desempenham uma função de organização social decisiva, fornecendo, além de técnicas de controle da população frente a emergências epidemiológicas ou a pragas sociais como o alcoolismo, também instrumentos de classificação que não possuem um caráter individualizante, mas estatístico, de grupos, de populações [...] de risco, a serem marginalizadas ou corrigidas de maneira funcional pela saúde pública” (BAZZICALUPO, 2017, p. 42).

⁹⁰ “De um ponto de vista filosófico, o seu traço mais significativo é a imanência, é justamente a força imanente da vida, a sua potência ontológica, a sua normatividade que o saber sobre a vida — a biologia — insere no quadro epistêmico, iluminando uma nova condição humana: o fato que é vivente” (BAZZICALUPO, 2017, p. 46).

⁹¹ “A natureza incontestada — técnica, competente e imbuída de autoridade — dos saberes médicos sobre a vida permite a esses discursos ‘verídicos’ orientarem as condutas cotidianas, modificar os hábitos sexuais, a vida reprodutiva. Essas práticas claramente terapêuticas são exemplos de uma área de poder que nunca diz não, mas sempre sim à vida” (BAZZICALUPO, 2017, p. 42).

por isso Foucault demonstra como o saber medical teve influência sobre as políticas públicas de controle/regulação de problemas relativos à questão da população. O saber médico já emana sobre cada aspecto da existência, se expandindo e se tornando cada vez mais operante sobre os seres, de modo que, já não é possível falar da vida humana — ou não-humana — sem utilizar o saber médico como parâmetro nas políticas estatais⁹². Por fim, pontuaremos algumas considerações sobre os avanços no campo da biologia e da técnica que representam também um fortalecimento e desenvolvimento de novos mecanismos de ação sobre a vida na estrutura emergente dos biopoderes⁹³. Dado que, atualmente, o avanço das tecnologias médicas leva o século XXI a presenciar o aprimoramento do controle dos processos vitais do corpo e da mente e deixando cada vez mais contundente a face da tecnologia biopolítica e disponibilidade dos corpos ao poder.

3.1 RACIONALIDADE BIOPOLÍTICA E OS MECANISMOS DE SEGURANÇA

No pensamento foucaultiano, o termo biopolítica é utilizado efetivamente para “abarcar as estratégias específicas e contestações sobre as problematizações da vitalidade humana coletiva, morbidade e mortalidade, sobre as formas de conhecimento, regimes de autoridade e práticas de intervenção que são desejáveis, legítimas e eficazes” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 28). O autor francês evidenciou um fato que continua explícito, o de que a vida

⁹² “O controle social passa não somente pela justiça, mas por uma série de outros poderes laterais (as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas; a gestão dos corpos e a instituição de uma política da saúde; os mecanismos de assistência, as associações filantrópicas e os patrocinadores, etc.) que se articulam em dois tempos: trata-se, de um lado, de constituir populações nas quais os indivíduos serão inseridos — o controle é essencialmente uma economia do poder que gerencia a sociedade em função de modelos normativos globais integrados num aparelho de Estado centralizado [...], trata-se igualmente de tornar o poder capilar, isto é, de instalar um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo e a gerir sua existência. Esse duplo aspecto do controle social (governo das populações/governo pela individualização) foi particularmente estudado por Foucault no caso do funcionamento das instituições de saúde e do discurso médico do século XIX, mas também na análise das relações entre a sexualidade e a repressão no primeiro volume da História da Sexualidade (A vontade de saber)” (REVEL, 2005, p. 29 – 30).

⁹³ “No anexo ao livro de sua autoria sobre Michel Foucault — intitulado *L'homme tend à libérer en lui la vie, le travail et le langage* —, Gilles Deleuze apresenta um esquema de três formas força, para usar seu jargão, que são *grosso modo* equivalentes às três *epistemes* de Foucault. Na forma clássica, *infinidade e perfeição* são as forças que moldam os seres; os seres possuem uma forma pela qual eles se empenham. E a tarefa da ciência é descrever corretamente essas formas de uma maneira enciclopédica. Na forma moderna, *finitude* estabelece um campo de vida, trabalho e linguagem dentro do qual o Homem aparece como um ser distinto, que é tanto o sujeito quanto o objeto de seu próprio saber, um saber que nunca está completo por sua própria estrutura. Finalmente, nos dias de hoje, um campo do *surhomme*, que eu prefiro chamar de após-homem [*afterman*], no qual a finitude, enquanto empiricidade, dá lugar a um jogo de forças e formas que Deleuze classifica de *fini-illimité*. Nesta nova constelação os seres não possuem nem uma forma aperfeiçoada, nem uma opacidade essencial. O melhor exemplo deste finito-ilimitado é o DNA: uma infinidade de seres pode surgir, e surgiu, a partir das quatro bases que constituem o DNA” (RABINOW, 1999, p. 135 – 136)

e os seres vivos são instrumentos das novas lutas políticas e estratégias econômicas, do qual, empreende-se, que “Se o pastorado perdeu, em sua forma estritamente religiosa, o essencial de seus poderes, ele encontrou no Estado um novo suporte e um princípio de transformação” (FOUCAULT, 2006b, p. 55).

Dessa maneira, ao final do primeiro volume da *História da Sexualidade I* (1988) Foucault apontou que o homem moderno é um animal político cuja vida, enquanto ser vivo, está em questão, posto que, ao invés de realizar a política, foi construído por ela. Essa sentença marca profundamente os desdobramentos resultantes de uma tecnologia de poder que submete os viventes aos procedimentos de biopoderes que agem sobre os traços biológicos e patológicos da população, tornando mais complexo visualizar as teias que rodeiam o homem-espécie. Técnicas de poder foram criadas e colocadas em funcionamento para organização dos espaços, para higienização das cidades e para o estabelecimento de políticas sanitárias, que objetivam o controle de determinados estratos sociais em nome da segurança do conjunto da população. Assim fica mais evidente quando se fala do poder do rei, das instituições e agora mais recente da administração da vida por parte da medicina.

Neste viés, Foucault utiliza o curso de 1979 (*Nascimento da Biopolítica* (2008b) dentre outros aspectos para analisar a crítica neoliberal sobre a ação excessiva do Estado sobre vida das pessoas, partindo da lógica do mercado para regular como o Estado pode orientar a vida dos sujeitos. Não obstante, o autor acredita que ao invés de inibir a ação do Estado, se produz liberdade, mas por uma nova arte de governar que consegue redimensionar e adentrar a vida de cada indivíduo⁹⁴. Foucault estaria preocupado em compreender as formas complexas pelo qual o mecanismo que ele intitula *governamentalidade*, “postula domínios do comportamento humano governados por seus próprios interesses, como os da ‘economia’, da ‘sociedade’ e, mais genericamente, da ‘vida’”⁹⁵ (DILLON, 2008, p. 183, tradução nossa). Essa tomada da vida e como ela se insere nos cálculos do poder é evidente desde o momento que a política — que antes era baseada no sistema jurídico da soberania — reconfigura-se em um sistema de múltiplas formas de governo, onde há a incidência de variadas *artes de governar* que não mais estão embasadas sobre a ordem jurídica.

⁹⁴ “pode-se dizer que a liberdade de comportamento no regime liberal, na arte liberal de governar, essa liberdade de comportamento está implicada, e convocada tem-se necessidade dela, vai servir de reguladora, mas para tanto tem de ser produzida e ter de ser organizada. Logo, a liberdade no regime do liberalismo não é um dado, a liberdade não é uma região já pronta que se teria de respeitar, ou se o é, só o é parcialmente, regionalmente, neste ou naquele caso, etc. A liberdade é algo que se fabrica a cada instante. O liberalismo não é o que aceita a liberdade. O liberalismo é o que se propõe fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la com, bem entendido, [todo o conjunto] de injunções, de problemas de custo que essa fabricação levanta” (FOUCAULT, 2008b, p. 88).

⁹⁵ “[...]postulates governed domains of human behavior for their own interests, such as those of the ‘economy’, of ‘society’ and, more generally, of ‘life’” (DILLON, 2008, p. 183).

Neste íterim, marcam a renovação na esfera política, a que Foucault chama *governamentalidade*, sendo “um conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análise e reflexões, os cálculos e as técnicas que permitem exercer essa forma bem específica, embora complexa, de poder que tem por alvo principal a população [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 143). No curso *Segurança, Território, População* (2008a), o autor destaca o terceiro mecanismo de poder que ele intitula de *dispositivo de segurança* ou de controle, segundo ele distinto do *mecanismo legal* ou *jurídico* e do *disciplinar* em que se predomina as práticas confessionais.

Com o dispositivo de *segurança*⁹⁶ aparece ao invés do infrator da regra a figura do *culpado*, que além de atos jurídicos de punição utiliza-se sobre ele técnicas adjacentes como, a medicina, psicologia, polícia que mantém sob os indivíduos vigilância constante, diagnóstico e a possibilidade de transformar este indivíduo culpado. O dispositivo de segurança procura, em todo caso, “[...]criar um ambiente em função de acontecimentos ou de série de acontecimentos, ou de elementos possíveis, série que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável” (FOUCAULT, 2008a, p. 27). Sendo assim, existe uma gestão técnica da vida, uma organização que calcula através de diversas variáveis que se relacionam aos custos e probabilidades destas variáveis.

Destarte, os *mecanismos de segurança* são característicos desse governo da vida que moldou e estruturou as sociedades modernas e, tanto Foucault como Deleuze, esboçam uma premissa importante para sistematizar esta temática, a de que a *sociedade disciplinar* precedeu a *sociedade de controle*⁹⁷ a qual se realiza por novas relações de poder e saberes. Deleuze evidencia tal tese e desenha um esboço desse novo formato nas sociedades de controle em sua obra *Conversações* (2013), e Foucault denota tal hipótese, embora não tão evidente, ao analisar a governamentalidade liberal no curso *Nascimento da biopolítica* (2008b). Para Gilles Deleuze, as sociedades disciplinares tiveram seu apogeu em meados do século XX, recorrendo aos espaços de confinamentos onde o indivíduo é a todo momento esquadrihado, ou seja, ele

⁹⁶ “Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio será, portanto, aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, efeitos de massa a agir sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tomar causa, do outro” (FOUCAULT, 2008a, p. 28).

⁹⁷ “Como se sabe, la sociedade de control está unida al desarrollo de las máquinas digitales o informáticas, y ya no de las energéticas. Est tecnología permite um domínio más perfecto porque el control resulta aún más invisible – y, por tanto, más perfecto – que el realizado dentro la sociedade disciplinaria, en donde la vigilância era descontinua porque se circunscribía a las instituciones de encierro” (GARCÍA, 20017, p. 158).

sempre ocupa espaços fechados e em cada um deles tem suas próprias regras e manutenção de técnicas corretivas.

Deleuze destaca quando expõe a respeito das sociedades de controle em seu *Post-scriptum* que, “[...] a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexprimível como são emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (DELEUZE, 2013, p. 221). O autor indicava, então, que a sociedade de controle era marcada por modulação constante do tempo, indefinição de limites, porque o essencial “não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha [...]. A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’” (DELEUZE, 2013, p. 222).

Com efeito, como podemos entender a diferença que há entre esses dois modelos de sociedade? Seguindo a ótica desses autores seria pela forma como se gere a *multiplicidade*. Foucault, por exemplo, diz que na sociedade disciplinar, a *multiplicidade* é disposta em um processo de individualização e detalhamento, onde os sujeitos são confinados em determinados ambientes, ocupa funções determinadas e nada escapa ao poder, desde os gestos, hábitos e pensamentos, tudo está sob os olhos do poder.

Com a predominância dos mecanismos de segurança, lida-se com a multiplicidade dos fenômenos que provém da vida do conjunto de indivíduos enquanto população que nessa nova estrutura de governo aparece como novo objeto da política. A saber, há três eixos que norteiam a diferença desses dois regimes de poder a partir do modo como funcionam: o espaço, o acontecimento e a norma⁹⁸. Para Deleuze nos regimes disciplinares busca-se assujeitar os indivíduos separadamente, em espaços demarcados, já nos regimes de controle o foco não é mais o indivíduo, mas os efeitos de massa relacionados com a coletividade pelo movimento contínuo que os fenômenos se manifestam numa população:

É um jogo incessante entre as técnicas de poder e o objeto destas que foi pouco a pouco recortando no real, como campo de realidade, a população e seus fenômenos específicos. É a partir da constituição da população como correlato das técnicas de poder que podemos ver abrir-se toda uma série de domínios de objetos para saberes possíveis. E, em contrapartida, foi porque

⁹⁸ “O vocabulário de Foucault, a noção de norma está ligada àquela de ‘disciplina’. Com efeito, as disciplinas são estranhas ao discurso jurídico da lei, da regra entendida como efeito da vontade soberana. A regra disciplinar é, ao contrário, uma regra natural: a norma. As disciplinas, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, ‘definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização’ [...]” (REVEL, 2005, p. 65). Sendo assim, a norma corresponderia diretamente com o surgimento de um biopoder, ou seja, “[...]de um poder sobre a vida e das formas de governamentalidade que a ela estão ligadas: o modelo jurídico da sociedade, elaborado entre os séculos XVII e XVIII, sucumbe a um modelo médico, em sentido amplo, e assiste-se ao nascimento de uma verdadeira ‘medicina social’ que se ocupa de campos de intervenção que vão bem além do doente e da doença. O estabelecimento de um aparelho de medicalização coletiva que gere as ‘populações’ por meio da instituição de mecanismo de administração médica, de controle da saúde, da demografia, da higiene ou da alimentação, permite aplicar à sociedade toda uma distinção permanente entre o normal e o patológico e impor um sistema de normalização dos comportamentos e das existências, dos trabalhos e dos afetos [...]” (REVEL, 2005, p. 65).

esses saberes recortavam sem cessar novos objetos que a população pôde se constituir, se continuar, se manter como correlativo privilegiado dos modernos mecanismos de poder (FOUCAULT, 2008a, p. 102-103).

Por conseguinte, o progresso dos recursos dessa sociedade de controle é que torna a norma uma característica marcante dos mecanismos tanto disciplinares como nas sociedades de controle, embora siga modelos de funcionamento opostos. Nas sociedades disciplinares, a norma aparece para classificar e, ao mesmo tempo, ordenar como os sujeitos serão classificados para a ação das disciplinas corretivas, que buscam alcançar metas já determinadas. Por exemplo, o corpo do operário na fábrica deve ser normatizado para executar a sua função com maestria, otimizando o seu tempo e produtividade. No caso de sociedades em que se predomina os aparelhos de segurança, não há a ocorrência de um padrão que necessite ser definitivo, porque, os fenômenos produzem efeitos na coletividade, assim cada fenômeno tende a ser considerado normal ou não conforme o efeito coletivo a ser alcançado⁹⁹, eis o retrato da *regulamentação*:

[...]no caso da população tem-se algo bem diferente de uma coleção de sujeitos de direito diferenciados por seu estatuto, sua localização, seus bens, seus cargos, seus ofícios; [tem-se] um conjunto de elementos que, de um lado, se inserem no regime geral dos seres vivos e, de um lado, se inserem no regime geral dos seres vivos e, de outro, apresentam uma superfície de contato para transformações autoritárias, mas refletidas e calculadas (FOUCAULT, 2008a, p. 98).

Nesta perspectiva, com o surgimento da governamentalidade liberal se tornou possível uma identificar novas configurações nas práticas de governo, além disso, pôs em xeque a ideia de um Estado centralizado, forte e totalizante, dessa forma, as estratégias biopolítica iniciais do século XVIII “[...] diziam respeito ao controle da doença e da saúde. Tais estratégias forneciam um modelo para muitas outras problematizações que atuavam em termos da divisão do normal e do patológico” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 49). A partir disso, se conjuga para um regime cada vez mais de regulação, porquanto, vale-se das preocupações com o perigo que podem assolar a população, mas não mais pelo entendimento de que o Estado precisa gerir excessivamente a vida das pessoas, apenas garantir as condições necessárias para manter sempre forte e operante a população.

Por conseguinte, o liberalismo enquanto arte governamental terá um elemento intrigante de sua razão de ser. No tanto em que se interessa pelos interesses, se torna também

⁹⁹ “A disciplina tem essencialmente por função impedir tudo, inclusive e principalmente o detalhe. A segurança tem por função apoiar-se nos detalhes que não vão ser valorizados como bons ou ruins em si, que vão ser tornados como processos necessários, inevitáveis, como processos naturais no sentido lato, e vai se apoiar nesses detalhes que são o que são, mas que não vão ser considerados pertinentes, para obter algo que, em si, será considerado pertinente por se situar no nível da população” (FOUCAULT, 2008a, p. 60).

gestor de liberdade, mas essa liberdade, “Não é o ‘sê livre’ que o liberalismo formula. O liberalismo formula simplesmente isto: vou produzir-te algo com o qual se pode ser livre. Vou fazer com que sejas livre de ser livre” (FOUCAULT, 2008b, p. 94). Diante dessa ênfase do autor, concluímos que para existir essa nova razão de governo se tem a necessidade de prover a liberdade, pois é a produção das condições de liberdade que condiciona sua existência. É nesse ponto que surge o jogo entre a liberdade e segurança nas práticas governamentais, dado que se torna uma meta garantir a proteção dos indivíduos e população diante dos perigos que possam cercear sua liberdade. Nessas condições teremos indivíduos altamente moldáveis que são constituídos a partir das condições de perigo que marcam sua existência e denotam a necessidade de ações que intensifiquem a proteção desse eminente perigo, em razão disso, “O liberalismo estimula o medo do perigo[...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 97).

Já o neoliberalismo no que lhe concerne surge da crítica ao intervencionismo que visa criar liberdade na troca do mercado, ou seja, que definia a liberdade a partir do Estado, assim propunha que “a liberdade do mercado deveria antes ser o princípio organizador e regulador do Estado, o Estado deveria ser vigiado pelo mercado” (FOUCAULT, 2008b, p. 154 – 155). O neoliberalismo é do ponto de vista político “uma cobertura para uma intervenção generalizada e administrativa do Estado, intervenção tanto mais pesada e quanto mais se mascarar sob os aspectos de um liberalismo” (FOUCAULT, 2008b, p. 180).

Nesses termos, a governamentalidade objetiva conduzir a conduta dos homens e pensá-los como empreendedores de si através do desenvolvimento da lógica do mercado, como uma matriz normativa que atua sobre o Estado como sobre a subjetividade¹⁰⁰. O neoliberalismo situa-se sob o signo de uma vigilância e intervenção permanente e não sob o *laissez-faire*, assim, o governo neoliberal não é um governo econômico, mas um governo intervencionista sobre a sociedade:

A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não é uma sociedade de supermercado – uma sociedade empresarial. O *homo oeconomicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção. (FOUCAULT, 2008b, p. 201).

¹⁰⁰ “A disciplina tem essencialmente por função impedir tudo, inclusive e principalmente o detalhe. A segurança tem por função apoiar-se nos detalhes que não vão ser valorizados como bons ou ruins em si, que vão ser tornados como processos necessários, inevitáveis, como processos naturais no sentido lato, e vai se apoiar nesses detalhes que são o que são, mas que não vão ser considerados pertinentes, para obter algo que, em si, será considerado pertinente por se situar no nível da população” (FOUCAULT, 2008a, p. 60).

A economia não seria, apenas e tão somente, uma análise histórica de processo, mas sim uma análise da racionalidade estratégica dos indivíduos, e a ordem do mercado seria, portanto, algo construído e implementado e não uma mão invisível. Nas condições que o neoliberalismo se encontra, tratava-se de uma volta ao *homo oeconomicus*, que na concepção clássica representava o homem da troca, o parceiro no processo de troca. Contudo, na estrutura neoliberal o *homo oeconomicus* se torna “um empresário, e um empresário de si mesmo, [...] sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (FOUCAULT, 2008b, p. 311), isto representa, de acordo com o autor uma mudança profunda na concepção do *homo oeconomicus* e a ideia desse sujeito de interesses irá possibilitar o entrelaçamento entre os mecanismos do biopoder e ser em simultâneo, força motriz de seu funcionamento.

Quando o autor considera o sujeito como *homo oeconomicus* isso “não implica uma assimilação antropológica de todo comportamento, qualquer que seja, a um comportamento econômico” (FOUCAULT, 2008b, p. 345), mas, que só se pode agir sobre o sujeito, a torná-lo governável, dado que, ele é *homo oeconomicus*. Sendo assim, o *homo oeconomicus* é a interface do governo e do indivíduo. Esse sujeito que interessa a si mesmo simboliza um modo de vida que se tornou a base da ativação constante da tecnologia biopolítica, com um modo de pensar, agir e de existir do qual se tornou fundamental uma conduta econômica. Contudo, isso não quer dizer que todo indivíduo seja um homem econômico. Foucault descreve o *homo oeconomicus* como aquele sujeito que aceita a realidade, “é aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros” (FOUCAULT, 2008b, p. 396). Do ponto de vista da teoria do governo, seria um tipo de sujeito que não se deveria mexer, uma vez que, ele tende a ser parte importante do governo, é o sujeito altamente governável.

Como já apontado, a figura do *homo oeconomicus* representa o indivíduo moderno como um empreendedor de si mesmo, aquele que é seu próprio capital, que faz da sua existência uma forma de ser operante, dessa forma, nutre uma relação nova com a economia por se tratar de um indivíduo que responde a estímulos do mercado. Na esteira de Lazzarato (2013, p. 145) o *homo oeconomicus* estaria enquadrado no contexto de uma bioeconomia. Este se torna um modelo de sujeito produzido diariamente pelas técnicas biopolíticas, visto que, esse modo de vida é que fundamenta e sustenta as relações de poder, as técnicas sobre os diversos aspectos da vida de cada sujeito.

Foucault diz que os indivíduos se tornaram agentes econômicos que precisam expandir suas potencialidades para competir no mercado, ou seja, para ter as habilidades profissionais

necessárias para o trabalho. A ação do governo se pautará nesse contexto por um ordenamento econômico, onde tenta-se aplicar esta análise econômica a toda uma série de objetos, “[...]campos de comportamentos ou de condutas, que não eram comportamentos ou condutas de mercado: tentativa, por exemplo, de aplicar a análise econômica ao casamento, à educação dos filhos, à criminalidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 365), porque esta configuração de um governo que respeita a especificidade econômica, resulta em um governo que poderá administrar toda a sociedade.

Neste sentido, Foucault evidencia as distinções entre o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano, este último em especial o autor se dedica para analisar seus desdobramentos. No geral, ordoliberalismo fundamentou-se na busca por demarcar o que seria uma economia de mercado, tomando por base o quadro jurídico e institucional, organizadamente, para que pudesse garantir limitações da lei e liberdade econômica eficientemente¹⁰¹. O neoliberalismo americano consiste em “toda uma maneira de ser e pensar. [...] É também uma espécie de foco utópico sempre reativado. É também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica” (FOUCAULT, 2008b, p. 301). Há, segundo Foucault, dois elementos importantes na concepção neoliberal americana: a teoria do capital humano¹⁰² e o programa de análise sobre a delinquência e criminalidade.

Deste modo, deve as subjetividades serem prontamente condicionadas a este modelo vigente, ou seja, o neoliberalismo representa uma governamentalidade que buscar conduzir a conduta dos homens, estes pensados como capital humano, empreendedores de si mesmos, buscando suas conquistas:

O capital humano, no linguajar neoliberal, não possui gênero, sexualidade, raça ou qualquer outra posição subjetiva. Porém, é claro, o neoliberalismo se intersecciona com poderes existentes de estratificação, marginalização e estigmatização, reconfigurando e reafirmando esses poderes. A necessidade de marcação desse sujeito ‘sem rosto’, na contramão do que é defendido pelos teóricos neoliberais, é essencial para se ressaltar as disparidades estruturais e os efeitos diferenciados que atingem mais determinados segmentos do que outros. E que interseccionam vulnerabilidades

¹⁰¹ Corrobora o autor francês, que “enquanto essa economia considera que a regulação dos preços pelo mercado, [único fundamento de uma economia racional], é tão frágil a ponto de ter de ser sustentada, acomodada, ‘ordenada’ por uma política interna e vigilante de intervenções sociais (implicando ajuda aos desempregados, cobertura das necessidades de saúde, uma política de habitação, etc.), o neoliberalismo americano busca, antes, estender a racionalidade do mercado, os esquemas de análise propostos por ela e os critérios de decisão por ela sugeridos a domínios não exclusivamente ou não em primeiro lugar econômicos. Assim, a família e a natalidade, a delinquência e a política penal” (FOUCAULT, 2016, p. 465).

¹⁰² Foucault enfatiza que o interessante da teoria do capital humano, “é que essa teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico” (FOUCAULT, 2008b, p. 302).

e violências no discurso e na prática da ‘cidadania sacrificial’ vigentes na racionalidade neoliberal (BROWN, 2018, p. 54).

Na obra *Governmentality: Power and rule in modern Society*, Mitchel aponta que o liberalismo busca “estabelecer normas de governo derivadas da população no que se refere às suas concretas relações econômicas com os processos que vão lidar com a produção de recursos necessários para o seu sustento e prosperidade” (DEAN, 2010, p. 144). Com efeito, o grande lema do liberalismo seria, segundo Foucault, viver perigosamente, e isso significaria que os indivíduos são condicionados a experimentar cotidianamente situações de perigo, sua existência perpassa o perigo¹⁰³. Neste jogo há vários imperativos como, resguardar e zelar para que “a mecânica dos interesses não provoque perigo nem para os indivíduos, nem para a coletividade — devem corresponder estratégias de segurança que são, de certo modo, o inverso e a própria condição do liberalismo” (FOUCAULT, 2008b, p. 89). Assim, Foucault destaca que a liberdade e segurança estariam incrustadas na nova razão governamental.

Nesse prisma, Duarte aponta que a determinação de padronização do comportamento de indivíduos e população já não dependeriam somente de uma atuação governamental administrativa do Estado, dado que, o “próprio mercado econômico de concorrência também pode perfeitamente se encarregar disso, atuando de maneira ágil, descentralizada e bastante eficaz como instância de produção de subjetividades” (DUARTE, 2010, p. 263). No curso *Nascimento da biopolítica*, Foucault (2008b, p. 224) enfatiza que a economia liberal é uma economia submetida, de um lado, pela arbitragem espontânea dos consumidores de bens e serviços e de outro, à arbitragem que concerne ao Estado, assegurando a liberdade¹⁰⁴ e eficiência do mercado. Se analisarmos pontualmente, fica evidente que, na soberania clássica o

¹⁰³ Para Foucault, o liberalismo se insere justamente num mecanismo que lhe permite “a cada instante, de arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno da noção de perigo. No fundo, se de um lado (e o que eu lhes dizia na última vez) o liberalismo é uma arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses, ele não pode — e é esse o reverso da medalha —, ele não pode manipular os interesses sem ser, ao mesmo tempo, gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade, do jogo segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possíveis expostos aos perigos” (FOUCAULT, 2008b, p. 90).

¹⁰⁴ “O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças às quais podemos *ser livres, vocês veem que se instaura, no cerne dessa prática liberal*, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la. O liberalismo, no sentido em que eu o entendo, esse liberalismo que podemos caracterizar como a nova arte de governar formada no século XVIII, implica em seu cerne uma relação de produção/destruição [com a] liberdade [...]. É necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc” (FOUCAULT, 2008b, p. 87).

príncipe é aquele que diz não ao desejo de todo indivíduo, pois, o que lhe interessa são suas próprias aspirações, agora os que governam procuram saber como dizer sim aos desejos.

Dean deixa evidente que, de um lado, ao utilizar os recursos da teoria da soberania e da economia, “o liberalismo buscará equilibrar o imperativo biopolítico de otimização da vida da população contra os direitos do sujeito jurídico-político e as normas de um governo econômico” (DEAN, 2010, p. 62). Boarman em seu texto intitulado *Apostle of a Humane Economy: remembering Wilhelm Röpke*, observa que uma economia de mercado pressupõe um programa econômico e um tipo específico de Estado, que consiga traçar exatamente a linha no ponto central daquilo que é sua função executar e ao que não lhe condiz. Entretanto, por outro lado, “abstém-se de toda interferência externa de sua esfera [...] cuja tarefa não é nem de tomar parte no jogo, nem para prescrever os seus movimentos para os jogadores, que é melhor totalmente imparcial e incorruptível” (BOARMAN, 1999, p. 83). Nessa perspectiva, essa seria a representação do Estado que não existiria sem uma verdadeira e real economia de mercado, afinal como diz Foucault (2008b, p. 181) o problema do neoliberalismo consiste em saber como se poderia regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado.

Grosso modo, a biopolítica teria emergido como estratégias advindas especialmente da mentalidade liberal e em seguida se aprofundam com o desenvolvimento do neoliberalismo, construindo assim não apenas um tipo de específico de sociedade, mas de homem com certos valores determinados. Nessa estrutura, López-Ruiz diz que a vida humana se torna “um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital — entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real a uma empresa capitalista” (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 18). Essa arte de governar o outro, gerir sua vida é o manejo da biopolítica, já que, para se realizar, necessita organizar, conhecer e controlar a vida de modo a torná-la útil a seus interesses, ou seja, quanto mais se organiza um conhecimento da vida, da população, daquilo que a potencializa, do que a diminui melhor será para manejá-la e transformá-la. Isto significa para o autor a “Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la” (FOUCAULT, 2008a, p. 95), já que, todo indivíduo age a partir do desejo.

Dessa forma, quando o Estado se constitui de novas bases que sustentem seus domínios na regulação da vida, uma de suas preocupações será justamente garantir a segurança da população. Porque esta necessita que o Estado organize mecanismos a fim de controlar possíveis efeitos danosos contra sua segurança, tais como os mecanismos militares e jurídicos,

mas também seguro-saúde, seguro-desemprego, vigilância policial, etc. São dispositivos que “trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser, portanto, aquilo em que se faz a circulação”. (FOUCAULT, 2008a, p. 28). Essa premissa de segurança se remete a qualquer evento que represente perigo ou ameaça à vida dos indivíduos, e a instituição de confiabilidade que toma para si, a responsabilidade de estruturar tais mecanismos é o Estado que age a partir de relações estabelecidas por saberes que potencializam e dão autonomia para a realização de estratégias de cuidado com a vida da população.

Nesse aspecto, a população não pode ser entendida apenas como agrupamento de indivíduos, ela surge no contexto de ordenamento bem específico da existência de uma espécie, trata-se, então, de “traçar o comportamento dos grupos de indivíduos e como eles estão expostos a eventos da vida, através da análise estatística, análise de probabilidade, comportamento de mercado, distribuição e gerenciamento de risco, entre outros dispositivos”. (DILLON, 2008, p. 183, tradução nossa)¹⁰⁵. O processo de securitização da vida necessita, segundo Foucault, de estratégias preventivas dos perigos a que a vida está submetida, seja protegendo o interesse político coletivo, “contra os interesses individuais. Inversamente, a mesma coisa: será necessário proteger os interesses individuais contra tudo o que puder se revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do interesse coletivo” (FOUCAULT, 2008a, p. 89).

Ademais, no fim do século XX, quando a segurança e o risco se tornaram práticas regulatórias no domínio da vida, “a população é comumente dividida em grupos de risco cujas propriedades de risco se tornam um novo foco de atenção científica: aceitação do risco, aversão ao risco, risco objetivo, risco subjetivo, risco social, determinação de risco e assim por diante”¹⁰⁶ (DILLON, 2008, p. 183, tradução nossa). Os perigos não são poucos, já que se abre um leque de possibilidades, desde as doenças até o desemprego, assim, há na relação que se estabelece entre Estado e população uma espécie de pacto de segurança.

A biopolítica contemporânea, como função político-administrativa, pode ser compreendida como o poder do Estado de cuidar da população, voltado para os perigos que rodeiam a existência humana. Isto é, para que o pacto seja válido, o Estado deve demonstrar que, em qualquer situação de ameaça à vida, haverá uma ação rápida, prática e eficaz de

¹⁰⁵ “[...]of profiling the objective behaviour of cohorts of individuals, and how they are exposed to life events, through statistical analysis, probability analysis, market behaviour, distribution and risk management among other devices” (DILLON, 2008, p. 183).

¹⁰⁶ “the population is commonly divided into risk pools whose risk properties become a new focus of scientific attention: risk embracing, risk aversion, objective risk, subjective risk, social determination of risk and so on” (DILLON, 2008, p. 183).

combate. Portanto, se a disciplina, diz Foucault (FOUCAULT, 2008a, p. 60) tinha essencialmente a função de impedir tudo, inclusive e principalmente o detalhe, a segurança, por outro lado, busca se apoiar nos detalhes que serão agora processos necessários, até mesmo inevitáveis, situados a partir de então ao nível da população. Neste aspecto, todo aparato criado para diagnosticar e tratar as adversidades da vida pelos procedimentos de *fazer viver* simbolizam uma nova política exposta pelo novo significado de homem-espécie.

A economia política refere-se a todo método de governo que assegura a prosperidade de uma determinada nação, é, na verdade, aquilo que possibilitou assegurar a autolimitação da razão governamental. Com a economia política e o princípio limitativo, na prática, governamental, ocorre uma substituição importante, afinal, se a soberania política se exerce sobre os sujeitos de direito, é estes que aparecem também como uma população que deve ser administrada pelo governo, e “[...] É aí que a linha de organização de uma ‘biopolítica’ encontra o seu ponto de partida” (FOUCAULT, 2008b, p. 30). A economia de mercado não subtrai nada do governo, pelo contrário, ela indica a referência pelo qual se define as regras que guiam as ações de governo, assim, “É necessário governar devido ao mercado. E, nessa medida, vocês veem que a relação definida pelo liberalismo do século XVIII é inteiramente invertida” (FOUCAULT, 2008b, p. 165).

Nos termos foucaultianos, com o surgimento da governamentalidade liberal houve uma reconfiguração das práticas de governo, sendo essa nova governamentalidade sujeita as técnicas disciplinares, não que as tenha extinguido, porque, na verdade, essa possível superação da sociedade disciplinar pela sociedade de controle nunca é completa. A governamentalidade liberal pôs em xeque a ideia de um Estado centralizado, forte e totalizante e a partir disso se conjuga para um regime cada vez mais de regulação, porque se vale das preocupações com o perigo que podem assolar a população, embora não mais pelo entendimento de que o Estado precisa gerir excessivamente a vida das pessoas, mas de garantir as condições necessárias para manter sempre forte e saudável a população. Verifica-se, conforme o autor, ao final do século XVIII, o desdobramento da medicina enquanto um saber foi sendo introduzida como um mecanismo que deve cumprir a função de estabelecer políticas higiênicas, além de coordenar “tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população” (FOUCAULT, 1999, p. 291).

Esse desenho criado por Foucault para evidenciar o irrompimento desse novo poder é constituído a partir de sua atuação equânime sobre o homem como espécie, produzindo meios de assegurar sua existência e continuidade, tomando como base saberes como a medicina, que

se desenvolve nesse contexto como uma espécie de guia prático que define os limites e circunstâncias que tornam a vida segura:

Além da estatística, a gestão da vida no corpo social coaduna com uma evolução da medicina, voltada para a prevenção da saúde, para a higienização e para a saúde pública, esta última com ações sobre os indivíduos e o meio ambiente coordenadas pelo olhar estatístico e epidemiológico. Em relação à área da saúde em geral e à medicina em particular, estas se inserem como um saber e um poder que incidem de forma imperiosa sobre o corpo e a população, sobre o organismo e os processos biológicos proporcionando, assim, efeitos disciplinares e reguladores. Consequentemente, os médicos penetram paulatinamente nas mais diversas esferas de poder, ao ampliar seu raio de ação inicialmente terapêutico, agora também para direções administrativas e politicamente privilegiadas, caracterizando-se como um importante exercício de poder até a época atual: o poder médico. (CANDIOTO; D'ESPÍNDULA, 2013, p. 39)

A partir disso, a vida da espécie enquanto um conjunto vivo de traços biológicos se torna ponto central nas estratégias de poder, teremos neste horizonte a ascendência a medicina, como um saber que preserva as forças biológicas do homem, que controla a higiene, os fenômenos de massa e assim cria condições favoráveis de prolongar e dar condições de existência à população. Este saber, ao ser incorporado na administração dos Estados, centra-se nos fenômenos que afetam a população, não se restringindo sobre o corpo doente, mas age também sobre o corpo sadio.

3.2 MEDICALIZAÇÃO INDEFINIDA E A GESTÃO SANITARISTA

O campo do saber médico tem se expandindo para todos os aspectos da existência, afinal, a medicina refere-se a tudo que é farmacológico e produzido pelo conhecimento médico. Quando a política se volta à saúde desenhou-se um fenômeno importante, a *politização da vida*, referindo-se ao momento em que o Estado investiu sobre os diversos aspectos da vida, utilizando para isso, medidas e mecanismos regulatórios sobre os indivíduos, com eficiência sobre “o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência” (FOUCAULT, 1988, p.135). Sendo assim, evidentemente não é possível pensar em saúde, sobrevivência se não a partir das determinações e empreendimento do saber médico sobre toda vida existente. A pandemia do (Covid-19), por exemplo, representa um momento marcante de como a história é narrada a partir das grandes intervenções da medicina (bio-história), em que ilustrou o uso contínuo da segurança como ferramenta de proteção das

populações. Salienta-se, que este exemplo representa uma situação político-médica na utilização da vacina, que foi propriamente resultado da alta capacidade técnica da medicina em proteção da vida, ou seja, uma situação onde a intervenção de uma política-médica determinou os rumos que a história humana tomaria.

A dimensão do pensamento médico trouxe uma nova maneira de organizar as coisas a partir da distinção do que é normal e o anormal, um pensamento que se contrasta radicalmente com o pensamento jurídico que distinguia o que é lícito e o que não é. A partir do momento que a administração se organiza em torno do saber médico, temos uma clara demarcação de normalidade, e este pensamento, embora com foco distinto do jurídico, tem suas próprias especificidades, por ele também “[...] dar-se os meios de correção que não são, exatamente, os meios de punição, mas meios de transformação do indivíduo, toda uma tecnologia do comportamento humano, que está ligada a isso” (FOUCAULT, 2013b, p. 160 – 161).

Conforme Foucault, a medicina tem um papel significativo na subjetivação¹⁰⁷ do homem por contribuir para a constituição de sujeitos com determinadas características e formas de agir, sendo assim, a medicina tornou-se uma estratégia biopolítica na formatação dos sujeitos, por operar produzindo novas maneiras de agir e pensar. A partir do século XVIII a medicina social tem seus saberes reverberando como produção de verdade, além disso, se converte em um saber normatizador, que governa e direciona a vida dos sujeitos, adentrando espaços que antes eram restritos, como, por exemplo, as moradias:

A medicina não deve mais ser apenas o corpus de técnicas da cura e do saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do *homem saudável*, isto é, ao mesmo tempo uma experiência do *homem não doente* e uma definição do *homem modelo*. Na gestão da existência humana, toma uma postura normativa que não a autoriza apenas a distribuir conselhos de vida equilibrada, mas a reger as relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade em que vive. Situa-se nesta zona fronteiriça, mas soberana para o homem moderno, em que uma felicidade orgânica, tranquila, sem paixão e vigorosa, se comunica de pleno direito com a ordem de uma nação, o vigor de seus exércitos, a fecundidade de seu povo e a marcha paciente de seu trabalho. (FOUCAULT, 2008a, p.37-38).

¹⁰⁷ O que seria subjetivação a partir da ótica foucaultiana? Quanto a isso, recorremos a Rabinow, que enfatiza ter sido um dado marcante na trajetória de Foucault o fato de se interessar pelas formas com que o corpo e as instituições entram no campo das relações política, o que fez com que delimitasse três modos, e o terceiro seria justamente a grande contribuição do francês, a subjetivação. Essa noção, segundo Rabinow “tem a ver com a ‘maneira como o ser humano torna-se sujeito’. Este processo difere significativamente dos outros dois modos e representa uma nova direção, deveras importante, no trabalho de Foucault. De modo geral, as práticas divisórias são técnicas de dominação e têm sido aplicadas principalmente em populações vagabundas, em classes trabalhadoras, naqueles definidos como marginais, etc. Embora a relação entre estes modos de dominação e várias formas científico-sociais de classificação tenha recebido nova clareza e efetividade pelas análises e estudos históricos de Foucault, esta relação também foi reconhecida por outros pensadores. Em ambas as instâncias, a pessoa que é colocada numa cela ou cujo dossiê é compilado está basicamente numa posição passiva, cerceada. De forma distinta, neste terceiro modo, subjetivação, Foucault olha para os processos de autoformação no qual a pessoa é ativa” (RABINOW, 1999, p. 34 – 35).

Em vista disso, o que se observa é uma crescente irrupção dos espaços privados da casa por vigilâncias sanitárias e uma cartilha de cuidados com a vida ao ser ratificada pelo saber científico, tais mecanismos operam sobre o conjunto populacional para ser possível produzir novas maneiras de viver. Em suma, a medicina, depois do século XVIII, configurou-se como um saber que suscita a cura de doenças, mas que, além disso, empreende um regime de normatização, indo desde as cartilhas de como manter uma vida saudável a intervir diretamente sobre a vida tanto física como moral dos sujeitos.

Até o século XIII e XIX, a medicina capitalizou diversos avanços, dirigindo-se não apenas a doenças, mas à saúde. No entanto, ainda existiam dimensões sem acesso do saber médico, isto é, o que está fora do domínio e ação da medicina. Porém, o que caracteriza essa medicina moderna é o fato de não mais existir limite para ação da medicina, todos os campos agora parecem medicalizáveis:

No século XIX, a medicina havia ultrapassado os limites dos doentes e das doenças, mas ainda existiam coisas que continuavam a ser — não médicas — e pareciam não ‘medicalizáveis’. A medicina tinha um exterior e se podia conceber a existência de uma prática corporal, uma higiene, uma moral da sexualidade, etc., não controladas nem codificadas pela medicina. A medicina tinha um exterior e se podia conceber a existência de uma prática corporal, uma higiene, uma moral da sexualidade, etc., não controladas nem codificadas pela medicina. A Revolução Francesa, por exemplo, concebeu uma série de projetos de moral do corpo, de higiene do corpo, que não deveriam, de modo algum, estar sob controle dos médicos: concebia-se uma espécie de regime político feliz, em que a gestão do corpo humano, a higiene, a alimentação ou o controle da sexualidade corresponderiam a uma consciência coletiva ou espontânea. Este ideal de uma regulação não médica do corpo e da conduta continuou durante o século XIX e é encontrado, por exemplo, em Raspail (FOUCAULT, 2010, p. 183)

Dessa forma, surge o que Foucault denomina Medicalização indefinida, que se refere ao alcance do conhecimento médico sobre a vida, condicionando subjetividades. A ideia de politização da vida remonta do período que o Estado interveio sob a existência dos homens, nos mais diferentes aspectos, empregando mecanismos e medidas regulatórias de higiene, sanidade e saúde. Nesse governo da vida, os especialistas médicos, em aliança com as autoridades políticas, manejaram meios de viver para minimizar doenças e promover a saúde da população. A partir daí, é possível supor uma ligação entre a fabricação de modos de subjetivação e as noções de saúde, doença e tratamento.

Hoje, a medicina está dotada de um poder autoritário com funções normalizadoras que extrapolam a existência das doenças e das demandas do doente. Essa análise de Foucault é relevante agora para confirmar que essas lógicas, objetivos e maneiras de fazer parte de um fenômeno complexo que precisa ser mais discutido para que se produza conhecimento que nos permita compreender os vários fenômenos que envolvem a administração da vida e a

modelagem das subjetividades. Então, as tecnologias de poder se complementam e se sofisticam a cada avanço do saber.

Foucault salienta, então, que a medicina sempre foi uma prática social, coletiva, mas que desde o século XX tem se tornado um perigo, diferente das circunstâncias iniciais de seu surgimento, que era marcada por seus constantes erros, ignorância, mas o perigo atual estaria na medida “[...] de seu saber, na medida em que ela constitui uma ciência” (FOUCAULT, 2010, p. 174). Aliado a isso, atualmente esse saber, hoje, dispõe, segundo o autor, de instrumentos que, por sua eficácia, propiciam efeitos, em certa medida, incontroláveis, fazendo com que a espécie humana esteja imersa “[...]em uma história aleatória, em um campo de probabilidades e riscos cuja magnitude não se pode medir com precisão” (FOUCAULT, 2010, p. 175).

A medicina, com efeito, tornou-se um dos principais mecanismos de controle do Estado sobre os indivíduos e a população, e assim, o médico exercerá um poder sem controle “[...]sobre os corpos das pessoas, sua saúde, sua vida e morte” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 234). Na conferência *O nascimento da Medicina Social*, o autor analisa o processo de formação da medicina social¹⁰⁸, com a criação da *política médica* [*Medizinichopolizei*] ou *medicina de Estado* na Alemanha, da *medicina urbana* na França e a *medicina da força de trabalho* na Inglaterra¹⁰⁹. As circunstâncias históricas que subsidiaram as políticas medicalizadoras nesses países, embora apresentem características e formas de controle distintas, ambas se relacionam e servem de molde para as práticas médicas atuais, em especial o modelo inglês.

Na Alemanha, uma *medicina do Estado*, que se poderia chamar também de *ciência do Estado*, apareceu precocemente e não tinha por objetivo constituir uma força de trabalho

¹⁰⁸ O principal objetivo da medicalização da sociedade inicia com a averiguação de todos os locais de acúmulo de tudo que desencadear males como, doenças, violência, revoltas, criminalidade, pois assim consegue controlar a circulação não apenas de indivíduos, organiza, distribui tudo que condiciona a forma de existir na sociedade, é, na verdade, uma medicina dos modos de vida de uma população. Para Foucault, “[...]o surgimento progressivo da grande medicina do século XIX não pode ser dissociado da organização, de uma política da saúde e de uma consideração das doenças como problema político e econômico, que se coloca às coletividades e que elas devem tentar resolver ao nível de suas decisões de conjunto” (FOUCAULT, 1979, p. 194).

¹⁰⁹ “La medicina de Estado nace en relación con un nuevo saber del Estado, que corresponde al desarrollo alemán, y que está relacionada con las prácticas de policía, de hecho, llamará a esto directamente policía médica. Se trata de una primera forma de medicalización de la sociedad; pero que es sólo una primera expresión de un proceso más complejo que se está formando. La medicina urbana, en cambio, corresponde al modelo francés de medicina social y al segundo en aparecer que además se inicia con cierta posterioridad al modelo alemán y que se relaciona, especialmente, con la expansión urbana. Se trata de una medicina que no se organiza tan claramente en torno a un único órgano de poder como el Estado, y tiene que vérselas con el problema de lo público y lo privado en la ciudad. De todos modos, se trata de una forma de medicina social que avanza en cuanto a la cientificidad y en cuanto a la idea de salubridade como factor ambiental. En tal sentido, será menos una medicina que trate directamente sobre los cuerpos, como una medicina que intervenga en las condiciones ambientales, y a través de ellas, logre los efectos que desea efectuar sobre los cuerpos. La medicina de la fuerza de trabajo será la última versión de estos desarrollos y se relaciona básicamente con la experiencia inglesa” (ARAYA, 2015, p. 22 – 23).

adaptada com as necessidades das indústrias emergentes naquele momento, porque essa administração estatal de saúde alemã não se baseava na perspectiva do corpo do trabalhador, mas no corpo mesmo dos indivíduos que constituem a coletividade do Estado. Para Foucault, o Estado alemão propôs uma medicina essencialmente coletivizada, além disso, é “[...] uma medicina estatizada ao máximo. Os outros modelos de medicina social, dos séculos XVIII e XIX, são atenuações desse modelo profundamente estatal e administrativo já apresentado na Alemanha” (FOUCAULT, 1979, p. 85). O resultado foi um Estado médico que intervia efetivamente para alavancar a saúde populacional e não apenas conhecer estatisticamente os fenômenos que acometem os indivíduos, como índices de saúde, natalidade, embora “Desde o final do século XVI e começo do século XVII todas as nações do mundo europeu se preocuparam com o estado de saúde de sua população em um clima político, econômico e científico característico do período dominado pelo mercantilismo.” (FOUCAULT, 1979, p. 82).

Neste sentido, na Alemanha foi altamente eficiente uma prática médica estatal que se desenvolveu para melhorar os níveis ótimos de saúde de sua população, com programas sanitários, uma verdadeira *Medizinichopolizei* (polícia médica). Segundo Foucault, essa polícia médica, que reverberou na administração do Estado alemão em meados do Século XVIII, consistia em um sistema que tinha características e ações bem mais complexas de observação, por exemplo, da morbidade, do que simplesmente observar e mapear as taxas de natalidade e morte. Outra característica importante, é a normalização da prática e saber médico, em que surge a ideia inicial de uma normalização para o ensino da medicina, tendo o Estado o controle também dos programas de ensino, sendo assim, o médico foi o primeiro indivíduo normalizado na Alemanha. Além disso, existia uma organização administrativa que controlava toda atividade médica, que envolvia a nomeação de funcionários médicos pelo governo para serem responsáveis sobre uma região e seu saber era tido como uma autoridade. Para Foucault, esse exemplo da Alemanha é importante para evidenciar que inicialmente se encontra na medicina moderna uma administração estatal de tudo que representa seu saber.

Na França observamos um segundo direcionamento da medicina social, que surge da necessidade de trazer respostas a um fenômeno novo, a urbanização, que necessita de um poder político que esquadrinhe essa população urbana. É nesse horizonte que nasce o que Michel Foucault denomina de *medo urbano*, uma atividade de medo, de angústia perante a cidade, o medo que se tinha das fábricas e oficinas que eram construídas em amontados, a grande porcentagem de pessoas, e do surgimento de epidemias que lhe acompanhavam, medo dos cemitérios pelos riscos à saúde, dos esgotos entre outros. Isso quer dizer que, enquanto se desenvolve o tecido social, há uma inquietude político-sanitária que surge a partir deste pânico

urbano, por conseguinte, a burguesia “[...]lançou mão de um modelo de intervenção muito bem estabelecido, mas raramente utilizado. Trata-se do modelo médico e político da quarentena.” (FOUCAULT, 1979, p. 87), a medicina social em contexto francês pode ser entendida a princípio como uma adaptação da quarentena.

Sobre isso, Foucault pontua que existiu historicamente dois modelos de organização médica, um suscitado pela lepra e o outro pela peste. O primeiro, a saber, poderia ser identificado como uma medicina de exclusão do indivíduo, haja visto que os infectados precisavam ser postos fora do convívio dos demais, fora da cidade, de modo a exilar-se com outros enfermos. O outro modelo de organização médica da quarentena tem características diferentes, ao invés de excluir ou expulsar o indivíduo doente, “[...]consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 88 – 89), ou seja, a sociedade se torna um espaço altamente inspecionado, vigiado, onde se esquadrinha cada indivíduo, com um olhar atento aos registros e estatísticas dos fenômenos que acometem aquele espaço.

Neste sentido, teríamos uma readaptação da quarentena, no sentido de tanto isolar, mas também analisar minuciosamente a cidade, individualizar permanentemente, tendo por panorama não mais um modelo médico do tipo religioso, mas de organização militar que começa a ser desenhado na conjuntura de organização da medicina em solo francês em meados do século XVIII:

A medicina urbana com seus métodos de vigilância, de hospitalização, etc., não é mais do que um aperfeiçoamento, na segunda metade do século XVIII, do esquema político-médico da quarentena que tinha sido realizado no final da Idade Média, nos séculos XVI e XVII. A higiene pública é uma variação sofisticada do tema da quarentena e é daí que provém a grande medicina urbana que aparece na segunda metade do século XVIII e se desenvolve, sobretudo, na França (FOUCAULT, 1979, p. 89).

A medicina urbana é uma medicina das coisas, não exatamente dos corpos, dos homens, mas do ar, água, decomposições, ou seja, uma medicina das condições de vida e do meio em que se habita, com ela a noção de salubridade terá considerável importância para o estabelecimento de uma medicina coletiva. Foucault pontua que os objetos da medicina urbana foi inicialmente analisar as regiões que trazem perigo ao espaço urbano, regiões de amontoamento, em seguida centrou-se sobre o “[...]controle e o estabelecimento de uma boa circulação da água e do ar.” (FOUCAULT, 1979, p. 91). Em contrapartida, preocupou-se em pensar estrategicamente como evitar que a desordem gere epidemias e acometam o corpo social,

com questões como, de que modo “[...]evitar que se aspire água de esgoto nas fontes onde se vai buscar água de beber; como evitar que o barco-bombeador, que traz água de beber para a população, não aspire água suja pelas lavanderias vizinhas?” (FOUCAULT, 1979, p. 91). Sendo assim, a medicina urbana foi essencial para que a medicina fosse inserida no funcionamento geral do discurso e saber científico através da socialização desse saber, justamente por ter se estabelecido uma medicina do tipo coletiva e social.

Na Inglaterra nasceu um modelo de organização médica social essencialmente a partir do momento que o pobre aparece como perigo médico, no período em que se tem relatos das primeiras grandes agitações sociais da classe trabalhadora, momento em que a classe pobre formou uma força política forte o suficiente para promover revoltas que ecoariam na estrutura social. Além disso, a Europa via-se diante de uma epidemia de cólera que trouxe um certo preconceito com relação à população pobre. Este fato propiciou uma divisão do espaço dos ricos e dos pobres, enquanto a proximidade de moradias representaria tanto um perigo insustentável com relação à saúde pública, como também um perigo político nas cidades. Logo, “É essencialmente na *Lei dos pobres* que a medicina inglesa começa a tornar-se social, enquanto o conjunto dessa legislação comportava um controle médico do pobre.” (FOUCAULT, 1979, p. 95). Essa legislação que entrou em vigor propôs que houvesse um controle médico dos diferentes estratos sociais, de modo a intervir diretamente no controle da saúde e do corpo das classes mais pobres:

[...] Na verdade, ela [a lei] introduziu uma inovação social e econômica que nada mais era que o “direito de viver” e, até ser abolida, em 1834, ela impediu efetivamente o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo. [...] Sob a lei elisabetana, os pobres eram forçados a trabalhar com qualquer salário que pudessem conseguir e somente aqueles que não conseguiam trabalho tinham direito à assistência social; nunca se pretendeu e nem se concedeu qualquer assistência sob a forma de abono salarial (POLANYI, 2012, p. 84-85).

Nesta conjuntura onde o pobre representa perigo à saúde pública, a medicina se converte em uma medicina assistencialista, pois a intervenção médica configura uma maneira de ajudar os mais pobres para minimizar as enfermidades que lhes acometem, além de ser uma via de controle, pois assegurando a saúde das classes pobres resultará na proteção dos ricos. Assim, os mecanismos da medicina “funcionam como órgão de vigilância que uma classe social privilegiada exerce sobre as outras, mais desprotegidas e, por isso mesmo, portadoras de perigo coletivo” (FOUCAULT, 1979, p. 194). Segundo Foucault, ao contrário da medicina urbana e da medicina de Estado, o século XIX, sobretudo na Inglaterra, foi cenário de uma medicina baseada, principalmente, na higiene social, no controle da saúde e do corpo dos trabalhadores,

para que estes estivessem aptos ao trabalho e representassem menos perigo para as classes mais ricas:

Esta higiene, como regime de saúde das populações implica, por parte da medicina, um determinado número de intervenções autoritárias e de medidas de controle. E, antes de tudo, sobre o espaço urbano em geral: porque ele é, talvez, o meio mais perigoso para a população. A localização dos diferentes bairros, sua umidade, sua exposição, o arejamento total da cidade, seu sistema de esgotos e de evacuação de águas utilizadas, a localização dos cemitérios e dos matadouros, a densidade da população constitui fatores que desempenham um papel decisivo na mortalidade e morbidade dos habitantes (FOUCAULT, 1979, p.85).

Em outros termos, a medicina neste contexto foi um mecanismo de ação que tinha como objeto a cidade em suas variáveis de espaços que necessitam ser medicalizados. Assim, a saúde dos pobres, seja porque eles constituem força de trabalho, seja porque ao assegurar a saúde destes se protege também a classe rica, era algo almejado, já que não se pode eliminar, será necessário então, gerir a vida dessas pessoas. Em complemento à *Lei dos Pobres*, em meados de 1875, organizou-se um serviço efetivamente autoritário do controle médico sobre a população. Dentre outras medidas controlava a vacinação obrigatória da população, identificava e destruía locais insalubres considerados perigosos, registrava o surgimento de epidemias e doenças infectocontagiosas do conhecimento da população, obrigando-os a notificarem casos suspeitos. Esse modelo médico inglês é segundo o autor, do qual herdamos as diretrizes de saúde pública que ainda vigora em tempos atuais, porque aliou uma medicina assistencial para os menos favorecidos e em simultâneo uma medicina administrativa.

De fato, no entendimento de Foucault, o surgimento da medicina moderna no século XIX associa-se a todo aparato e organização de uma política da saúde que considera as doenças como um problema político e econômico. Uma política social onde a saúde é um ideal e responsabilidade coletiva aparece, temos então, uma *noso-política*¹¹⁰, e seu traço marcante “[...] é sem dúvida, o deslocamento dos problemas de saúde em relação às técnicas de

¹¹⁰ Com o termo Foucault se refere ao desenvolvimento das múltiplas políticas de saúde — uma articulação de tecnologias — que se realiza por vários meios de organização e controle, não se restringindo apenas aos aparelhos do Estado. A medicina a partir do século XIX se desenvolveu associado à organização de uma política da saúde e entendimento das doenças enquanto um problema simultaneamente, político e econômico, que se coloca à coletividade como uma estratégia global. Sendo assim, vários polos se encarregaram dos problemas médicos, buscando organizar a administração de um saber que monitora e quantifica os fenômenos de massa. A partir disso, saúde e doença se tornam problemas que necessitam de uma ação coletiva, intervindo diretamente sobre o corpo social. Criou-se uma estrutura social onde a prática médica de cuidado com a saúde, constrói toda uma mentalidade coletiva e utilização de mecanismos assistencialistas que preservem o bem-estar da população, operam sobre diversos problemas que de uma maneira ou de outra desempenha efeitos negativos à vida da coletividade. Em suma, noso-política se refere a uma política social que a saúde é tida como ideal e responsabilidade coletiva, uma vez que a saúde de um indivíduo pode afetar os demais, neste sentido, o desenvolvimento da medicina, higiene tornara-se em grande medida instâncias de controle tanto social quanto global.

assistência” (FOUCAULT, 1979, p. 195). O que se desenha nessa conjuntura é o surgimento da saúde e bem-estar de uma população como um objetivo do poder político¹¹¹.

Desse modo, a medicina, desde o século XVIII, teria conquistado grande importância devido ao modo como se cruzou uma nova economia política de assistência e um policiamento da saúde. Nestas circunstâncias delineia-se o desenvolvimento de uma tecnologia com ações voltadas ao controle da população, porque “os traços biológicos da população tonaram-se elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição, mas o aumento constante de sua utilidade”. (FOUCAULT, 1979, p. 198). A política médica, para além de ser uma medicina preventiva, é entendida como uma medicina coletiva da população a partir do: “[...] desaparecimento dos grandes surtos epidêmicos, a baixa taxa de morbidade, o aumento da duração média de vida e de supressão de vida para cada cidade” (FOUCAULT, 1979, p. 201), que se coadunam em um regime de saúde a se realizar a partir de intervenções e medidas de controle, entendendo a cidade como objeto a ser medicalizado:

Os quatro grandes processos que caracterizam a medicina no século XVIII são os seguintes: 1) Aparecimento de uma autoridade médica que não é simplesmente a autoridade do saber, de uma pessoa erudita que se refere a bons autores. A autoridade médica é uma autoridade social que pode tomar decisões no nível de uma cidade, um bairro, uma instituição, um regulamento. 2) Aparecimento de um campo de intervenção da medicina distinto das doenças: o ar, a água, as construções, os terrenos, os esgotos etc. Tudo isso se converte, no século XVIII, em objeto da medicina. 3) Introdução de um aparelho de medicalização coletiva, o hospital. [...]. 4) Introdução de mecanismos de administração médica: registro de dados, comparação, estabelecimento de estatísticas, etc. (FOUCAULT, 2010, p. 182 – 183)

Destarte, a medicina, por ser uma técnica da saúde, durante todo o século XVIII, assumiu um lugar de grande relevância nas estruturas administrativas dessa maquinaria de poder, que se estendeu gradativamente para além das doenças e curas, “Acerca da sociedade, de sua saúde e suas doenças, de sua condição de vida, de sua habitação e de seus hábitos[...]” (FOUCAULT, 1979, p. 202). Nesta conjuntura, o médico obteve um lugar de destaque, se tornando detentor de confiabilidade perante a administração do Estado e a população, visto como um grande perito e conselheiro, um grande perito em observar, corrigir para melhorar o ‘corpo’ social, mantendo-o em estado de saúde constante. Logo, a medicina emerge como um

¹¹¹ Foucault acentua que desde o início da Idade Média, “[...]o poder exercia tradicionalmente duas grandes funções: a da guerra e a da paz, que ele assegurava pelo monopólio dificilmente adquirido das armas; a da arbitragem dos litígios e da punição dos delitos, que assegurava pelo controle das funções judiciárias. [...] A estas funções foram acrescentadas, [...] a da manutenção da ordem e da organização do enriquecimento. Eis que surge, no século XVIII, uma nova função: a disposição da sociedade como meio de bem-estar físico, saúde perfeita e longevidade” (FOUCAULT, 1979, p. 197).

saber que regulamenta a higiene pública, os cuidados com o meio, porém, não se restringe apenas a prevenção e a cura, dado que a medicina passou a se ocupar de aspectos diferentes dos doentes e das doenças.

Portanto, para Foucault, desde o século XX “O que rege a sociedade não são os códigos, mas a perpétua distinção entre o normal e o anormal, o perpétuo empreendimento de restituir o sistema de normalidade” (FOUCAULT, 2010, p. 181), e esta, se configura como algo que caracteriza a medicina atual, no entanto, é possível observar esses avanços dado que “Desde o século XVIII, a medicina sempre se ocupou do que não lhe dizia respeito, isto é, de aspectos diferentes dos doentes e das doenças, e justamente assim logrou o desbloqueio epistemológico de finais do século XVIII” (FOUCAULT, 2010, p. 182).

Existem, segundo Foucault, quatro grandes marcos da medicina do século XVIII, que se foram essenciais para sua ‘decolagem’, o primeiro teria sido o surgimento de uma autoridade médica, que é, na verdade, “uma autoridade social que pode tomar decisões no nível de uma cidade, um bairro, uma instituição, um regulamento” (FOUCAULT, 2010, p. 182). O segundo grande processo foi o “aparecimento de um campo de intervenção da medicina distinto das doenças: o ar, a água, as construções, os terrenos, os esgotos, etc. Tudo isso se converte, no século XVIII, em objeto da medicina” (FOUCAULT, 2010, p. 182). Já o terceiro, que inclusive simboliza esse desenvolvimento da medicina, o qual foi a “Introdução de um aparelho de medicalização coletiva, o hospital” (FOUCAULT, 2010, p. 183), que até antes do século XVIII não era um local de medicalização. O último grande processo se deu com a “Introdução de mecanismos de administração médica: registro de dados, comparação, estabelecimento de estatísticas, etc.” (FOUCAULT, 2010, p. 183). E, justamente quando se teve o hospital como lugar de medicalização, aliados aos controles que a medicina deteve, fizeram com que ela adquirisse novos alcances e dimensões¹¹².

Destarte, observamos que este saber difuso é determinado pela forte influência com que a medicina se exerce sobre todos os aspectos da vida, não só o corpo, mas as condutas humanas, a forma de vestir, o que pode ou não consumir, como se constrói moradias, onde construí-las, como cuidar da saúde, limpeza das ruas, enfim, estes processos são fenômenos pelo qual evidenciamos como o saber médico normatiza o sujeito e população, o autor chama isso de *medicalização indefinida*. Em suma, a medicalização foi importantíssima para se efetivar o processo de normatização do sujeito, e o médico se torna o higienizador da sociedade,

¹¹² Ressalta Michel Foucault que, “À medida que a medicina se converteu em uma prática social em lugar de individual, abriram-se possibilidades à anatomia patológica, à grande medicina hospitalar e aos progressos que os nomes de Bichat, Laënnec, Bayle, etc. simbolizam” (FOUCAULT, 2010, p. 183).

aquele que contribui também para o planejamento urbano e no decorrer do tempo assume posição de definidor de certas questões, detendo poder de intervir como um saber essencial sobre todos os espaços:

Os polos desse campo biopolítico se estendem do controle da saúde coletiva por meio da água pura – através dos check-ups anuais, do seguro de saúde, da medicina preventiva que opera em amplos domínios entre as coletividades e os indivíduos –, ao campo das intervenções clínicas no corpo da pessoa doente em nome da saúde. A despeito do enfoque contemporâneo sobre o corpo individualizado, a ação sobre o polo coletivo tem sido o principal motor de incrementos na longevidade e na qualidade de vida (RABINOW; ROSE, 20006, p. 49).

Foucault enfatiza na conferência intitulada *Crise da Medicina ou Crise da Antimedicina*¹¹³ que a partir dos anos 1940 – 1945, consolida-se justamente o direito à saúde que se converte em objeto das políticas do Estado, ou seja, o Estado a partir desse contexto se utilizará de meios e estratégias que garantam a boa saúde aos indivíduos, temos então não apenas “[...] uma inversão, no Plano do direito, e sim do que se poderia chamar de uma moral do corpo” (FOUCAULT, 2010, p. 168). Consequentemente, toda uma literatura com conceito de limpeza, higiene entra em cena e as políticas estatais sanitaristas, projetando situações que melhor os corpos se desempenhem no serviço, desenvolve bem suas funções no campo do trabalho. O sistema de seguridade social, por exemplo, ao ser implementado incumbia-se de dar cobertura para “‘carências de saúde’, que segundo consta remetia-se aos acidentes, afastamentos por questões ligadas diretamente à doença, bem como às deficiências congênicas ou adquiridas” (FOUCAULT, 2006b, p. 136).

Nesta conjuntura, observamos a evolução de uma técnica médica que assume funções mais aperfeiçoadas, quando pôde experimentar seus momentos de progresso, como é o caso, por exemplo, da descoberta dos antibióticos, que revolucionou a técnica médica naquele momento, visto que possibilitou que o saber médico pudesse combater de forma mais eficaz, doenças infecciosas. Neste caso, a partir do século XVIII, o modelo de saber da medicina se desenvolveu e produziu o que ele chama de *decolagem da medicina*, logo, a “crise atual não é realmente atual, e suas raízes históricas devem ser procuradas na prática social da medicina.” (FOUCAULT, 2010, p. 173). Para ele é sobre essa decolagem que se criou uma crise, dado a grande nocividade que a medicina tinha a partir da proporção com relação à sua não-cientificidade. Por essa razão, uma das características que marcou o desdobramento da medicina social foram os constantes erros, pois, o que existia, na verdade, era uma medicina ainda

¹¹³ Conferência dada por Michel Foucault no Rio de Janeiro em 1974. Utilizamos a transcrição integral publicada pela revista online Verve, nº 18, 2010.

emergente e que inclusive muito matava. Isso ocorria sobretudo, segundo Foucault, “[...]por que o médico era ignorante ou porque a própria medicina era ignorante; não era uma verdadeira ciência, mas apenas uma rapsódia de conhecimentos mal fundados, mal estabelecidos e verificados.” (FOUCAULT, 2010, p. 174).

Todavia, a partir do século XIX, o risco da medicina não está sob a condição potencial do erro, pois a partir desse século, a medicina enquanto ciência começa a se fundamentar como um saber, e seu risco se dá justamente por seu saber, pois “O saber é perigoso, não apenas por suas consequências imediatas no nível do indivíduo ou dos grupos, mas também da própria história” (FOUCAULT, 2016, p. 383). Sobre isso, Foucault acentua que o verdadeiro problema se poderia chamar de *iatrogenia positiva*, que se refere aos efeitos da ação de intervenção do saber médico, não mais devido aos erros de diagnósticos ou mesmo a ingestão de substância acidentalmente. Isto é, quando o saber médico atua sobre a doença, não há como medir os efeitos que os medicamentos podem causar em outros pontos do corpo, há um risco constante¹¹⁴:

Atualmente, os instrumentos de que dispõem os médicos e a medicina em geral, justamente por sua eficácia, provocam certo número de efeitos, alguns puramente nocivos e outros não controláveis, que fazem a espécie humana entrar em uma história aleatória, em um campo de probabilidades e riscos cuja magnitude não se pode medir com precisão (FOUCAULT, 2010, p. 175).

Esta imprevisibilidade dos efeitos que podem acometer os homens devido ao desenvolvimento de certas tecnologias médicas, que inicialmente parte de um cuidado com a saúde, buscando cura de doenças, mas que, por outro lado, deixa estes indivíduos expostos a outros efeitos tão nocivos quando a enfermidade tratada. A medicina moderna, assim gere os riscos, é o que Foucault intitula a *dimensão de risco médico*¹¹⁵, enquanto há o desenvolvimento de uma proteção ao organismo, por outro lado, estamos sujeitos que a intervenção sofrida pelo organismo possa deixá-lo desprotegido em outros aspectos. Isso significa dizer que o desenvolvimento técnico-científico, permitiu ao sujeito a possibilidade de “[...] fabricar

¹¹⁴ “Exemplos como a intoxicação farmacêutica, os efeitos colaterais desconhecidos das intervenções médicas, o tratamento por antibióticos das doenças infecciosas, que reduzem a imunidade, ou os resultados da manipulação genética, cujo desenrolar é imprevisível, senão fora de controle, permitem afirmar que a ação medical passa a afetar não apenas as vidas individuais, mas a vida da espécie humana como um todo” (FARHI NETO, 2007, p. 16-17).

¹¹⁵ “Sabe-se, por exemplo, que o tratamento anti-infeccioso, a luta levada a cabo com o maior êxito contra os agentes infecciosos, levou a uma diminuição geral do limiar de sensibilidade do organismo aos agentes agressores. [...] enquanto o organismo sabe se defender melhor, ele se protege naturalmente, porém, por outro lado, fica mais descoberto e exposto, caso se impeça o contato com os estímulos que provocam as reações de defesa” (FOUCAULT, 2010, p. 176).

agentes agressores do organismo humano para os quais não há meios de defesa nem de destruição” (FOUCAULT, 2010, p. 176).

Simultaneamente, outro fator evidenciado pelo autor francês, ocorrido em meados do século XVIII, foi que a medicina pela primeira vez adquiriu força para fazer com que os doentes saíssem do hospital vivos. Fato esse extremamente importante para o desenvolvimento da técnica médica, porque “Até a metade do século XVIII, ninguém saía do hospital. Ingressava-se nele para morrer. A técnica médica do século XVIII não permitia que o indivíduo hospitalizado abandonasse a instituição com vida.” (FOUCAULT, 2010, p. 177). Logo, podemos entender que antes do desenvolvimento da medicina, este saber funcionava sempre com base em seus fracassos, e que para adquirir seus progressos muitos percalços foram superados. No entanto, os riscos médicos se baseavam unicamente na individualidade. Este cenário se modifica quando observamos os avanços da medicina, com as técnicas de que dispõe, possa permitir a modificação do equipamento genético do homem. Então, se antes a ação médica resultava em efeitos apenas no indivíduo, quando sua ação tem efeitos de maior amplitude e alcance, pelo fato de que todo fenômeno da vida adentra os cálculos e campos da intervenção médica, agora os efeitos são coletivos.

A medicina enquanto expande seu campo de ação responde com frequência sobre o indivíduo, estando ele doente ou não, visto que, seu saber é considerado uma autoridade sob vários aspectos sociais, em consequência disso, “os médicos penetram paulatinamente nas mais diversas esferas de poder, ao ampliar seu raio de ação inicialmente terapêutico, agora também para direções administrativas [...]” (CANDIOTTO; D’ESPÍNDULA, 2013, p. 39). Nesse prisma, uma das características fundamentais da medicina moderna é, segundo Foucault, o fato de a medicina dedicar-se a campos distintos, não mais se restringindo ao doente. Na atualidade, o que mais deve ser salientado é que a medicina começa a não ter mais um campo exterior a seu saber, uma vez que, embora no século XIX, ela “[...]havia ultrapassado os limites dos doentes e das doenças, [...] ainda existiam coisas que continuavam a ser — não médicas — e pareciam não ‘medicalizáveis’” (FOUCAULT, 2010, p. 183). Neste ínterim, Foucault, (2010, p. 183) enfatiza que, até o século XIII e XIX, a medicina capitalizou diversos avanços, dirigindo-se não apenas a doenças, mas à saúde. No entanto, ainda existiam dimensões sem acesso do saber médico.

Até esse momento concebia-se um regime político que pautava toda uma gestão que se podia fazer do corpo, além de fatores como a higiene, alimentação, controle da sexualidade que correspondiam a uma ação espontânea dos indivíduos sobre si mesmos, ou seja, tais aspectos da vida dos indivíduos não faziam parte de uma regulação e conduta do corpo pela

medicina, mas era suscitado por uma consciência coletiva ou espontânea. Contudo, o que caracteriza essa medicina moderna é o fato de não mais existir limite para sua ação, pois, todos os campos agora tornam-se medicalizáveis, portanto, a medicina não tem mais campo exterior. Poder-se-ia dizer, quanto à sociedade moderna, “que vivemos em ‘Estados médicos abertos’, em que a dimensão da medicalização já não tem limite. Certas resistências populares à medicalização devem-se justamente a essa predominância perpétua e constante” (FOUCAULT, 2010, p. 186).

Foucault enfatiza, neste sentido, que a medicina social foi forjada pelo saber-poder, um saber que determina as condições pelos quais cotidianamente se cria uma sociedade saudável, forte, com indivíduos dependentes de normas de saúde, afinal, “[...]está dotada de um poder autoritário com funções normalizadoras que vão bem além da existência das doenças e da demanda do doente” (FOUCAULT, 2010, p. 181). Na análise de Foucault os médicos e a higiene seriam instâncias de controle social que se realizam pela medicina no cuidado com o corpo e a higiene social, isso denota que Foucault já vislumbrava que o poder político tinha em mãos o controle da vida ao utilizar de tais instrumentos:

[...] os médicos terão de ensinar aos indivíduos regras fundamentais de higiene que eles deverão respeitar tanto para sua própria saúde quanto para a de outros: higiene de alimentação e habitação, incitação a se fazer cuidar em casos de doença. A medicina como técnica geral de saúde, mais do que como serviço das doenças e arte das curas, ocupa um lugar cada vez mais importante nas estruturas administrativas e na maquinaria do poder que não cessa, ao longo do século XVIII, de estender-se e afirmar-se. O médico se instala nas diferentes instâncias de poder. A administração serve de ponto de apoio e por vezes de ponto de partida às grandes investigações médicas sobre a saúde das populações (FOUCAULT, 2011, p. 367 – 368).

Desse modo, a *medicalização indefinida* pode ser interpretada como estratégia biopolítica, por se exercer não apenas sobre o corpo individual, mas que seu saber se dirige também à vida dos homens. Sendo assim, a medicina social converteu-se em um dispositivo de poder que age construindo indivíduos dado as condições que seu saber ecoa sobre a vida destes, promovendo uma moral do viver bem, saudável, no zelo com as políticas higiênicas. Já dizia Foucault, “o médico e o biólogo já não trabalham no nível do indivíduo e de sua descendência; começam a fazê-lo no da própria vida e de suas ocorrências fundamentais” (FOUCAULT, 2010, p. 178), isso significaria que estamos na bio-história. Esse novo modo como a vida se relaciona com a história evidencia que a questão do homem em sua dimensão de ser vivo entra em relação com outros seres, por isso, é importante o manejo de tecnologias políticas e médicas a investir sobre todo o espaço de existência¹¹⁶.

¹¹⁶ Em certa medida Rose evidencia que a medicina se transformou, “Tornou-se tecnomedicina, altamente dependente de sofisticados equipamentos para o diagnóstico e a terapia. Ela tem sido fraturada por uma complexa

3.3 DOS AVANÇOS DA BIOLOGIA E DAS TÉCNICAS MÉDICAS

O aparecimento da população e a economia política como questões políticas relaciona-se com o surgimento da biologia moderna, dado que princípios liberais no que tange à liberdade e autonomia dos indivíduos entrelaçam-se com bases biológicas. Como vimos, Michel Foucault pontua em *História da Sexualidade I*, que a partir do século XVIII, o homem é tomado como expressão da vida biológica, o homem como organismo, corpo natural sobre o qual a biologia interrogará. Com a biologia¹¹⁷ e medicina todos os seres vivos que antes eram entendidos como parte da história natural, passaram a existir, e a vida humana foi entendida como uma composição orgânica do corpo e unidade dos processos que ameaçam sua existência, por esse motivo, a biopolítica preocupou-se com a natureza dinâmica da vida. E com a descoberta do código genético, os desenvolvimentos da biologia propiciaram um impacto profundo no modo de entender e conceituar a vida, sendo essa uma noção médica¹¹⁸ e científica:

Nesse processo, no nível molecular, a vitalidade humana ficou aberta à inovação técnica, à exploração econômica e a formas de bioeconomia altamente competitivas. Essa tecnologização e capitalização da medicina confere uma forma particular ao controvertido campo da política de vida no século XXI. E esse campo está, ele próprio, sendo reconfigurado por uma profunda ‘molecularização’ de estilos de pensamento, avaliação e intervenção biomédicos (ROSE, 2013, p. 25)

Neste viés, um novo paradigma se apresenta na relação entre ciência, técnica e vida, a partir do surgimento de novas tecnologias que trazem implicações à forma contemporânea que as biopolíticas se desenham, porque emerge com ela nova forma de entender a vida, e, por outro lado, tem diversas implicações sobre os indivíduos e os sistemas vivos^{119[1]}. A estratégia da

divisão do trabalho entre especialistas. Os médicos perderam o monopólio do olhar diagnóstico e do cálculo terapêutico: a avaliação clínica do médico no exercício de sua profissão está confinada e limitada pelas exigências da medicina baseada em evidências e pelas exigências do uso de diagnósticos e procedimentos de prescrições médicas padronizados, emoldurados corporativamente” (ROSE, 2013, p. 25).

¹¹⁷ “A biologia, que surgiu por volta de 1800 como a ciência da vida, assume um princípio básico de organização que dá conta da contingência da vida sem nenhum programa fundamental ou fixo. A ideia de uma ordem externa que corresponde aos planos de uma autoridade superior para além da vida é deslocada pelo conceito de uma organização interna, segundo a qual a vida funciona como um princípio dinâmico e abstrato comum a todos os organismos. Deste ponto em diante, categorias como autopreservação, reprodução e desenvolvimento servem para caracterizar a natureza dos corpos vivos, que agora mais claramente do que nunca são distinguíveis de entidades artificiais” (LEMKE, 2011, p. 48, tradução nossa).

¹¹⁸ “A remodelação epistemológica, ontológica e técnica da percepção médica no início do século XIX foi feita através das interconexões de mudanças em uma série de dimensões, algumas das quais parecem, à primeira vista, bastante distantes da medicina. Elas incluem mudanças nas leis e nas práticas de assistência, mudanças na organização das profissões médicas e na pedagogia médica, novas formas de documentação em hospitais, as quais permitem a produção de novos tipos de estatísticas de mortalidade, anatomia patológica e dissecação post mortem os que morrem no hospital, e assim por diante” (ROSE, 2013, p. 23).

¹¹⁹ Ora, diz Lecourt, “é o enraizamento da atividade técnica na luta do ser vivo com o seu meio que começa por reter a atenção. E se inscrevermos o homem no ‘fluxo do vivente’, como convém, não se pode pensar a realidade

administração estatal parte do conhecimento biológico dos corpos e do meio em que estes indivíduos residem, então, necessita-se de um determinado conhecimento da própria fisiologia, da ecologia e de tudo aquilo que de alguma forma pode converter uma vida doente em uma vida sadia.

Dessa forma, a medicina moderna vai elaborando, aos poucos, os cuidados com a vida à medida que vai adquirindo um conhecimento específico de cada indivíduo, o que permitirá produzir cuidados específicos para cada organismo¹²⁰. Neste contexto, podemos salienta que “a biopolítica também muda porque a vida da espécie se adapta. Adapta-se, por exemplo, em resposta a intervenções biopolíticas destinadas a fazer com que a vida da espécie mude” (DILLON, 2008, p. 180, tradução nossa¹²¹). Modifica-se pela necessidade do saber se infiltrar pela técnica e determina os aspectos da vida e condições biológicas do ser vivo.

A utilização dessas tecnologias de gerenciamento da vida são fruto de profundas transformações no modo como se produziu um conhecimento sobre a vida, o próprio conceito de vida com o advento, por exemplo, da biologia molecular¹²² mudou radicalmente para uma interpretação de que é uma codificação que é preciso desvendar, um banco de informações acessáveis¹²³. Sendo assim, diante dos avanços e novos caminhos que se abrem, a biopolítica também se modifica como “resposta à mudança na compreensão científica da natureza da existência das espécies e à crescente capacidade da ciência digital e molecular, por exemplo,

técnica sem considerá-la como uma dimensão essencial dos seres humanos, cuja principal características consiste em mostrar-se em perpétuo devir, movidos por uma permanente dinâmica construtiva destrutiva” (LECOURT, 2003, p. 76).

¹²⁰ “A medicina, por assim dizer, tem sido central para o desenvolvimento das artes de governar: não somente as artes de governar os outros, mas também as artes de governar a si mesmo. Com efeito, no momento, mesmo em que a saúde e a doença se tornaram maleáveis a um conhecimento positivo e a explicações e intervenções em termos da biologia do corpo vivente orgânico, os médicos assumiram sua função como peritos do estilo de vida. À medida que a busca por saúde tem se tornado decisiva para o objetivo último da vida para tantos seres humanos nas democracias liberais avançadas, as pessoas chegaram a experimentar a si mesmas e as suas vidas em termos fundamentalmente biomédicos, e, com a melhor das intenções, por todos os lados findaram por ligar-se às administrações e às sentenças da *expertise* médica e/ou daquelas formas de alternativa paramédica e complementares de *expertise* que partilham em muito a mesma lógica” (ROSE, 2013, p. 48 – 49).

¹²¹ “Biopolitics also changes because species life adapts. It adapts, for example, in response to biopolitical interventions designed to make species life change”.

¹²² “A biologia teve que dar um salto para a biologia molecular, ou reagrupar a vida dispersa no código genético. [...] Quais seriam as forças em jogo, com as quais as forças no homem entrariam em relação? Não seria mais elevar ao infinito ou à finitude, mas a uma finitude ilimitada, evocando assim toda situação de força em que um número finito de componentes produz uma diversidade praticamente ilimitada de combinações” (DELEUZE, 1988, p. 130 – 137).

¹²³ “Rose argumenta que essa coevolução de transformação política e inovação tecnocientífica foi responsável por uma mudança fundamental nos mecanismos biopolíticos. Os meios de intervenção disponíveis hoje, escreve ele, incidem não apenas na aparência e no comportamento do corpo, mas também em sua substância orgânica, que agora é percebida como maleável, corrigível e melhorável” (LEMKE, 2011, p. 101, tradução nossa).

para intervir nos próprios processos criativos — morfogênicos — da vida” (DILLON, 2008, p. 180, tradução nossa)¹²⁴.

Com efeito, essa noção de “vida não é um *conceito científico*, mas um *indicador epistemológico* classificador e diferenciador, cujas funções têm um efeito sobre as discussões científicas, mas não sobre seu objeto” (FOUCAULT, 2006, p. 91). A partir desse novo modo de compreender a vida, o corpo é tomado como um conjunto de informações reprogramáveis e melhoradas, então o código genético tem se tornado um elemento importante na significação da vida. Em contrapartida, esses avanços possibilitaram muitas conquistas, por exemplo, da cura para várias doenças, o que fez com que tanto a medicina como a biologia tornarem-se como verdadeiras ciências régias da administração do Estado, ao ponto que se converte em mecanismos de governar e administrar a vida, entrando cada vez mais em espaços antes restritos à ação médica na sociedade, então cada vez mais a biopolítica se torna uma política em torno das questões vitais.

Para Dillon (2008, p. 181, tradução nossa) a biopolítica consiste numa forma história que muda constantemente, não é uma forma fixa da política. Ela muda a medida em que, as racionalidades políticas, as tecnologias biopolíticas por meios das quais a governança biopolítica regula, governa e transforma a vida, mudam:

A biopolítica é móvel e mutável. As populações mudam. O mesmo acontece com os meios de enumerá-los, classificá-los e avaliá-los. A compreensão da vida das espécies também muda. Assim também os meios de intervir e manipular a vida dos conjuntos vivos; mais dramaticamente hoje através da ciência digital e molecular. Corpos – individuais e coletivos – são agora concebidos em termos de código, cujo código é manipulado por meio de tecnologias de informação e comunicação digitalizadas. Assim como a aritmética política deu lugar à demografia, também em resposta a essas mudanças, e para fins de vigilância e regulamentação em particular, a demografia está sendo ultrapassada pela biometria ¹²⁵(DILLON, 2008, p. 190, tradução nossa).

Foucault (1999) já evidenciava os fenômenos que buscava compreender, que a saber é o caso das doenças, em razão de acometerem rotineiramente a população, exige-se intervenções e medidas que inibam seus efeitos. Além disso, estavam os problemas relacionados as taxas de natalidade, morbidade, os acidentes que necessitavam de assistência

¹²⁴ “response to changing scientific understanding of the nature of species existence and the growing capacity of digital and molecular science in particular now, for example, to intervene in life’s very own creative – morphogenic – processes” (DILLON, 2008, p. 180).

¹²⁵ “Biopolitics are mobile and mutable. Populations change. So also do the means of enumerating, sorting and assessing them. Understandings of species life also change. So also do the means of intervening into and manipulating the life of living assemblages; most dramatically today through digital and molecular science. Bodies – individual and collective – are now conceived in terms of code, which code is manipulated through digitised information and communications technologies. As political arithmetic gave way to demographics, so also in response to these changes, and for the purpose of surveillance and regulation in particular, is demographics being overtaken by biometrics” (DILLON, 2008, p. 190).

de seguridade, enfim, problemas de toda ordem que impactam as condições de vida nas cidades. No contexto onde o saber se conecta a diferentes formas de mecanismos de poder, potencializa “nossas crescentes capacidades de controlar, administrar, projetar, remodelar e modular as próprias capacidades vitais dos seres humanos enquanto criaturas viventes” (ROSE, 2013, p. 16). Foucault observara que a política cada vez mais tende a se preocupar e ocupar-se da vida, manifestando—se de diferentes formas e intensidade ao longo do tempo, mesmo sendo sobre os mesmos processos. Notadamente ocorre conforme as configurações apresentadas sob determinados contextos, por exemplo, com os avanços tecnológicos que propiciaram o surgimento de novas racionalidades de governo. Por outro lado, desenvolveu mecanismos cada vez mais evidentes da constituição de novas subjetividades e maneiras outras de como lidamos como nós mesmos¹²⁶.

Nikolas Rose corrobora que, entre os séculos XVIII e XIX, existia uma política de vida baseada em uma política de saúde, do qual se remetia às “taxas de nascimento e de morte, de doenças e epidemias, do policiamento da água, de saneamento, gêneros alimentícios, cemitérios e da vitalidade daqueles aglomerados em cidades e metrópoles” (ROSE, 2013, p. 15). Tal fato fez com que, no início do século XX, houvesse na organização dos Estados em torno da compreensão biológica dos indivíduos, uma preocupação constante com a saúde populacional, especialmente com relação à reprodução desses indivíduos, desenfreadamente, nos distintos grupos de população, que poderia ocasionar um perigo para a sobrevivência da raça. Ou seja, a política da vida nem sempre se manifestou da mesma forma, com os mesmos procedimentos e focos. Seu campo de atuação teve radicais mutações, essencialmente devido ao avanço científico¹²⁷ e tecnológico que assistimos nos últimos anos.

Sobre isso, Rose (2013) ressalta que durante nos séculos XVIII e XIX, a política da vida foi uma política focada na saúde. Posteriormente essa estrutura foi incrementada por uma forma de compreensão da herança biológica e as consequências que determinadas condições biológicas representavam para o fortalecimento da sociedade. Esse foi o contexto nascente das

¹²⁶ “Os avanços nas ciências da vida, associadas com a genética molecular e o mapeamento do genoma humano, criam possibilidades de pensar sobre a conduta dos seres humanos como pessoas somáticas e de agir sobre eles. A amálgama da linguagem da genética com o risco provê um rico vocabulário, mediante o qual se tornam inteligíveis nossas identidades, nossas concepções de saúde e nossas relações com os outros” (ROSE, 2013, p. 180).

¹²⁷ Sibilia destaca que o saber científico redefiniu o corpo, “arrancando-o do homem vivo e escolhendo o cadáver como seu modelo e objeto. Os alvares renascentistas da ciência, a anatomia estática se sobrepôs à fisiologia, congelando a vida do organismo para poder explicar suas engrenagens. Daí em diante, a intimidade do corpo iria ser fatalmente colonizada; seu interior iria ser desvelado, iniciando-se um processo que hoje parece estar alcançando seu ponto culminante com o deciframento do genoma e a conquista do nível molecular com a ajuda das ferramentas digitais. No horizonte fáustico, o projeto contempla a ultrapassagem de seus próprios limites, por meio da manipulação da informação genética e a produção de vida nos laboratórios” (SIBILIA, 2002, p. 69).

políticas sanitárias da população¹²⁸ que atuou com diferentes estratégias de gestão. Sendo assim, houve ações coercitivas ou não dos modos de administração do Estado para obter uma população com qualidade de vida e biologicamente forte. Entretanto, tais questões parecem não ter conquistado o mesmo espaço atualmente, e assim, o autor enfatiza ter havido uma política de vida diferente, que não se delimita nos focos de saúde ou doença, nem está delimitada em eliminar os degenerados ou patológicos para a vitalidade da raça.

O que temos é, na verdade, uma política da vida “[...] preocupada com nossas crescentes capacidades de controlar, administrar, projetar, remodelar e modular as próprias capacidades vitais dos seres humanos enquanto criaturas viventes. É, como procuro demonstrar, uma política ‘da vida em si mesma’”. (ROSE, 2013, p. 16). Isto é, nas condições atuais, essa política da vida não se limita apenas à doença e à saúde ou na eliminação de patologias que põe em risco a sobrevivência humana, mas abrange todas estas preocupações na medida em que tenta antever os riscos. Por isso, mantém sua preocupação “[...] com nossas crescentes capacidades de controlar, administrar, projetar, remodelar e modular as próprias capacidades vitais dos seres humanos enquanto criaturas viventes” (ROSE, 2013, p. 16).

De acordo com Rose, embora estando imersos em uma medicina tecnológica, grande parte das pessoas ainda imaginam o corpo a partir do modelo formado por membros delineado nas telas da TV, um corpo que se tem em vista interferir e aperfeiçoá-lo, seja por meio dos exercícios, dietas, cirurgias. Esta concepção de corpo, no entanto, era foco específico da medicina clínica, o qual era acessado por diversos instrumentos que observassem toda sua composição, seus órgãos, um corpo vivo, já a medicina contemporânea lança um novo olhar sobre o corpo e a vida. Rose (2013), por seu turno, afirma que contemporaneamente a novidade da biopolítica emerge da “da percepção de que experimentamos uma ‘mudança de cadência’, um crescimento qualitativo em nossas capacidades de manipular nossa vitalidade, nosso desenvolvimento, nosso metabolismo, nossos órgãos e nossos cérebros” (ROSE, 2013, p. 17). Logo, o uso das potencialidades desenvolvidas por esta nova dimensão entre biologia e

¹²⁸ “apesar dessa debilidade inerente ao método probabilístico, a sociedade contemporânea já registra mecanismos de discriminação baseados nas tendências inscritas no genótipo das pessoas. Os exames genéticos pré-sintomáticos estão sendo usados na avaliação subjetiva, como uma previsão fiável — como toda a garantia e a legitimidade do saber científico — das potencialidades e dos riscos que as pessoas podem apresentar no futuro. Configurando genótipos de suscetibilidade, tais testes constituem um poderoso instrumento de controle em termos de biopoder, cujo uso estende-se cada vez mais: das mães grávidas até as companhias de seguros, passando pelos planos de saúde, as diversas instituições governamentais, os empregadores e as escolas. Em um futuro próximo, existe a possibilidade de testes e relatórios genéticos serem obrigatórios, existindo inclusive várias propostas legislativas de elaboração de bandos de dados genéticos das populações nacionais, bem como cartões digitais de identidade que contenham amostras do DNA de cada indivíduo” (SIBILIA, 2002, p. 193).

tecnologia, além de outras sinergias, possibilita adaptar a organicidade utilizando ferramentas técnicas conforme os anseios do homem para prolongar a existência no jogo de forças biopolítico:

[...] talvez, a novidade da biopolítica contemporânea surge da percepção que experimentamos uma “mudança de cadência”, um crescimento qualitativo em nossas capacidades de manipular nossa vitalidade, nosso desenvolvimento, nosso metabolismo, nossos órgãos e nossos cérebros. Essa mudança de cadência envolve uma alteração em escala. O conhecimento biomédico e as técnicas que se estão desenvolvendo atualmente têm muitas diferenças, mas deveras têm algo em comum. Atualmente, no nível molecular é que a vida humana é compreendida, no nível molecular é que seus processos podem ser anatomizados, e no nível molecular é que a vida agora pode ser manipulada (ROSE, 2013, p. 17).

Segundo Rose (2013, p. 17), as técnicas, quanto os conhecimentos biomédicos têm algo em comum, a percepção atual que a vida humana é entendida ao nível diferente de antes, no nível molecular, isso propicia para que seus processos possam ser anatomizados e, além disso, possibilita que a vida seja manipulada. Essa visão que concebe a vida ao nível molecular suscita questões sobre uma ameaça que pode estar no decurso dessa interpretação, posto que, com tal visão, os homens possam enfim chegar a entender a si mesmo enquanto criaturas biológicas, por isso, “sua existência vital torna-se foco de governo, alvo de novas formas de autoridade e de *expertise*, um campo altamente catéxico para o conhecimento, um território em expansão para a exploração bioeconômica” (ROSE, 20013, p. 17) nessa nova política de vida.

Fica evidente, portanto, que o governmentamento da população é caracterizado conforme as conjunturas de controle do organismo biológico, a biopolítica neste cenário alcança seu verdadeiro poder de ação. Uma racionalidade governamental que visa moldar ou modelar os sujeitos a um determinado estilo de vida, a uma determinada condição de existência para que assim seja garantido uma espécie de estrutura, minimizando perdas, controlando e intervindo, para isso se utiliza dos conhecimentos, das tecnologias e abre caminho para o acesso que as tecnologias aplicadas ao corpo ganhem espaço e alcance os efeitos de potencialização. Nesta perspectiva, a “biologia não é mais concebida como uma ciência da descoberta, que registra e documenta os processos da vida, mas sim como ciência da transformação, que cria a vida e ativamente muda organismos vivos” (LEMKE, 2011, p. 94 – 95, tradução nossa).

Essa estratégia de maior precisão se deve ao modo como a vida está sendo compreendida, a probabilidade de codificar seus genes, compreendendo a particularidade de cada composição biológica e assim, prevenindo o corpo de ficar doente. A saber, em todos os âmbitos do nosso cotidiano nossos traços biológicos são sempre visualizados, investido pela medicalização de múltiplas formas, em vista disso, “O que se censura na medicina não é dispor apenas de um saber frágil e frequentemente errôneo. Creio que é, essencialmente, exercer sobre

o corpo, sobre o sofrimento do doente, sobre sua vida e sua morte um poder sem limite” (FOUCAULT, 2006b, p. 49). A vida vem sendo diretamente afetada pelas tecnologias médicas, farmacológicas que administram, remodelam, projetam e modulam as capacidades vitais dos indivíduos enquanto viventes, de modo a garantir segurança e bem-estar, além de possibilitar a ação de uma saúde voltada ao indivíduo e à população, no nível molecular¹²⁹.

Na incidência dessas técnicas visualizamos a biopolítica sendo exercida, no modo como além de produzir vitalidade, termina por moldar determinadas características subjetivas dos indivíduos. A atuação das ciências médicas tornara-se indefinidas em sua gestão sobre os indivíduos. Dentro deste contexto fica nítido que a biopolítica está inserida nas diversas áreas do vivo, na sua composição física, social e genética do indivíduo, otimizando-a e em simultâneo modulando as formas de vida, ao regradar por meio de discursos sutilmente impostos aos cuidados e estilos de vida que os indivíduos precisam desenvolver. Lemke então assinala que “A busca pessoal por saúde e bem-estar está, dessa forma, intimamente ligada a interesses políticos, científicos, médicos e econômicos” (LEMKE, 2011, p. 102, tradução nossa).

Justamente por estas questões terem sido apropriadas pelo desenvolvimento da biologia e medicina, ou biomedicina, que compreende o homem a partir de uma linguagem molecular, onde a corporeidade é vista como uma carga genética, estes saberes se adequam aos mecanismos biopolíticos. Sendo assim, A “[...] biomedicina visualiza a vida em outro nível — o nível molecular. [...] a vida agora é compreendida e influenciada, no nível molecular, em termos de propriedades funcionais de codificação [...]” (ROSE, 2013, p. 26). Desde os anos 1960, o conhecimento molecular da vida tem se materializado com os avanços de técnicas experimentais, na maioria, mas altamente sofisticadas, e possibilitam o acesso à vida. Assim sendo, a criação de novas formas de vida já é realizada nos laboratórios, fator esse que representa não apenas uma experimentação, mas uma nova maneira de compreendê-la. Desde o final do século XX, encontramos “[...] uma série de outros valores sobre os quais se pode agir para promover uma capitalização da vida, tais como o DNA, os órgãos e tecidos humanos,

¹²⁹ Neste ínterim, ressaltamos ser “[...] a estrutura da molécula de DNA, o texto bioquímico que codifica as especificações para a gênese de cada indivíduo. Assim, o enigma da vida foi decifrado: tratava-se, simplesmente, de informação. Texto codificado inscrito em um suporte bioquímico. E os cientistas descobriram, ainda, algo mais importante do que isso: a maneira com que a informação genética era armazenada nos tecidos e transferida de uma geração a outra. [...] a linguagem decifrada há menos de cinquenta anos é universal: todas as células de todos os seres vivos contêm um ‘manual de instruções’ escrito no mesmo código, o que lhes permite reproduzir-se conservando intacta a sua informação genética. O código é idêntico para todos os seres vivos, enquanto as instruções nele escritas variam para cada espécie: em cada caso, elas conformam um conjunto específico de informações chamado genoma” (SIBILIA, 2002, p. 75).

as células-tronco, os óvulos [...]. O que se pode testemunhar é o aumento de vitalidade produzida pela reformulação biológica” (ORTEGA; ZORZANELLI, 2010, p. 74).

Para Foucault (1988, p. 139) a tecnologia de poder que imerge no século XVIII, visou investir sobre a vida, em que a tarefa de gerir a vida exigiu de as autoridades assumirem tarefas que buscassem o bem-estar da população, por isso, apareceu novas tarefas administrativas em torno de problemas, como as condições sanitárias da cidade, acidentes, doenças. Desse modo, tornou-se possível emergir novos tipos de luta política. Para Rose esse momento foi decisivo, pois “políticas deveriam tratar dos processos vitais da existência humana: o tamanho e a qualidade da população; reprodução e sexualidade humana; relações conjugais, parentais e familiares; saúde e doença; nascimento e morte” (ROSE, 2013, p. 84). As ciências da vida de hoje redefinem o lugar da saúde e doença, uma vez que está embasada sob o risco genético, estando evidente ou não no indivíduo. Sua vocação se reafirma com o intuito de antever os estágios de patologias genéticas, decodificando e intervindo molecularmente¹³⁰.

O avanço das tecnologias¹³¹ médicas que são também tecnologias de vida, por gerarem “determinados modos de pensar acerca da reprodução, para as pessoas e para o perito, certas rotinas e rituais, técnicas de experimento e práticas de visualização, maneiras de aconselhar e coisas semelhantes” (ROSE, 2013, p. 33), leva a presenciar o aprimoramento do controle dos processos vitais do corpo e da mente. Diferentemente do uso de artefatos tecnológicos que podem remodelar a composição biológica do corpo, as tecnologias da vida se utilizam da reprogramação molecular para transformar esse corpo em vias antes não imaginado, tornando-o cada vez mais biológico, “[...] possibilitando calcular novamente [...] os próprios processos vitais, a fim de maximizar seu funcionamento e incrementar seus resultados” (ROSE, 2013, p. 34). Desse modo, Foucault corrobora que se antes as intervenções médicas eram utilizadas para curar doenças, agora quem recebe tais intervenções são consumidores, que podem acessar suas escolhas a partir de seus desejos particulares, não por necessidade médica.

Sendo assim, o acesso que a biopolítica terá sobre a espécie enquanto conjunto biológico, vai além dos controles tradicionais, já que as novas práticas biopolíticas ao utilizarem o desenvolvimento das tecnociências conseguem ir mais a fundo, capaz de intervir diretamente

¹³⁰ Isto quer dizer que, “Uma lógica política diferenciada vem se instaurando quando se concebe a totalidade da própria natureza como um espaço de transitividade virtualmente perfeita. Algo novo existe em conceber o mundo natural a partir de um alfabeto de bases nitrogenadas, ou seja, a partir de instruções moleculares que expressariam a totalidade da vida tal como a conhecemos ou possamos conhecer. Entender as regras dessa produção significa aceitar uma linguagem elementar a partir da qual, em princípio, seria possível a perfeita troca de informações genéticas entre os seres” (FERREIRA, 2003, p. 98).

nos processos que definem nossa existência. Qual o limite do saber médico ou da medicalização? Sobre isso, Foucault pontua que vivenciamos uma *medicalização indefinida*, e se é indefinida, não tem limites ou definições precisas para poder limitar esse poder que avança cada vez mais sobre cada ser. E cada vez que se amplia ele modifica os objetos inseridos em seu controle, assim como se modificam as ferramentas e mecanismos de administrá-los, sendo assim, a *medicalização indefinida* é algo que torna o homem um conjunto de dados que podem ser acessados, administrados e determinados pelas novas tecnologias.

4 ONTOLOGIA (BIO) POLÍTICA E TECNOCIENCIA: FABRICAÇÃO DA VIDA NA CONTEMPORANEIDADE

“Outrora o corpo foi a metáfora da alma; depois foi a metáfora do sexo; hoje já não é mais metáfora de coisa nenhuma. É o lugar da metástase, do encadeamento maquínico de todos os seus processos, de uma programação infinita”
(BAUDRILLARD, 1996, p. 13).

À guisa de problematização, a biopolítica¹³² na atualidade se relaciona com as novas possibilidades abertas pelo avanço da ciência, trazendo uma nova perspectiva sobre problemas fundamentais tanto para o presente como para o futuro. Neste capítulo discutiremos o modo como o poder da política torna a vida um cálculo de si mesma, reduzindo-a uma representação, um determinado aspecto instrumental para a sua operacionalidade. Dado que as realizações no campo da *tecnociência*¹³³, em especial aos avanços biogenéticos, aumentam as possibilidades de não apenas maximizar as forças dos indivíduos¹³⁴, mas com novas e aperfeiçoadas técnicas de prolongamento da vida faz com que seja uma fonte rentável.

Observamos anteriormente que o campo da medicina¹³⁵, em detrimento do desenvolvimento da biologia, foram importantes incorporações na forma de compreender a

¹³² Pelbart em seu artigo *Biopolítica* traz importantes reflexões sobre o modo como o conceito de biopolítica/Biopoder nos permite dimensionar que, “[...] o poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, e as pôs para trabalhar. Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade” (PELBART, 2007, p. 57). Sendo assim, tudo agora interessa ao poder, seja as formas de pensar, desejar, sentir. O poder sobre a vida na contemporaneidade invade toda capacidade de existir do homem, chega eficazmente sobre as subjetividades, buscando “intensificar a vida, otimizá-la. Daí também nossa extrema dificuldade em resistir” (PELBART, 2007, p. 58). Nikolas Rose pondera que “A biopolítica assumiu muitas formas, desde a administração de cidades, do espaço e da sociabilidade, em nome da minimização da doença, até a tentativa de maximizar a qualidade da raça através do gerenciamento do nascimento e da morte. Estivera inextricavelmente ligada ao surgimento das ciências da vida, das ciências humanas, da medicina clínica. Trouxe à luz técnicas, tecnologias, peritos e aparatos para o cuidado e administração da vida de cada um e de todos, desde o planejamento das cidades aos serviços de saúde. Ela era um campo fragmentado de verdades contestadas, de autoridades heterogêneas e frequentemente conflitantes, de diversas práticas de subjetivização individual e coletiva, de modos disputantes de pensar e de agir, e de opiniões divergentes sobre quais eram os objetivos mais importantes e mais apropriados para a ação válida. Mas, apesar de tudo, o nascimento da biopolítica conferiu um tipo de caráter ‘vitalista’ à existência das pessoas como sujeitos políticos” (ROSE, 2013, p. 85).

¹³³ Sibilia evidencia dois termos tomados de empréstimos de Hermínio Martins, que a partir de duas figuras míticas ocidental, Prometeu e Fausto analisa as bases da tecnociência moderna e contemporânea como — tecnociência prometeica e fáustica — os quais utilizaremos a seguir.

¹³⁴ “Os discursos sobre a vida (tanto as disciplinas científicas, como a biologia, a biologia molecular, a genética e atualmente a genômica, quanto os saberes técnicos de governo relativos à vida, como a ciência da administração, a estatísticas, o direito penal, todas as sociologias, a medicina e a psiquiatria, e por fim os seus contornos metafísicos, como o evolucionismo e o funcionalismo) não são, em si, nem verdadeiros, nem falsos; são condizentes com as forças que deles se apropriam para lutar, para metabolizar ou para justificar” (BAZZICALUPO, 2017, p. 45).

¹³⁵ “Após as análises dos mecanismos de poder realizadas por Michel Foucault, sabemos que a medicina se configurou como um poderoso complexo de saberes e poderes — especialmente a partir dos séculos XVIII e XIX

vida, e nesta conjuntura o *risco* se configura como um suporte que abre os precedentes de acesso às virtualidades da vida¹³⁶. Enquanto fator biológico a vida ganha estatuto político e a tecnomedicina contemporânea potencializa os efeitos intervencionistas sobre o vivo, enquanto propicia efeitos de sujeição mediante as regulações impostas por uma lógica de aprimoramento que a redefinem e reconstróem suas experiências sociais, culturais e políticas.

A tecnologia biopolítica infiltra-se pela técnica determinando os aspectos da existência dos indivíduos. Por isso, com o desenvolvimento dos saberes biomédicos, os mecanismos de regulação têm um acesso sobre a espécie que está para além do controle tradicional¹³⁷. Contudo, é importante dimensionarmos haver como motor dessas realizações toda uma engrenagem de mecanismos políticos e/ou financeiros que podem se beneficiar dessas inovações tecnológicas. Além disso, constroem a base ideal de disseminação destes feitos, dado que a economia também se remodela, uma economia que amplia seu mercado e agora a própria vida em seus traços biológicos são capturados.

Então, nos questionamos como os avanços dos saberes científicos tem impactado no modo como o poder se efetiva e cria formas de subjetividades. O que se desenha no novo horizonte do biopoder e a técnica? Nos questionamos sobretudo em como se estabelecer novas relações diante de transformações tão rápidas, proporcionadas pelo avanço técnico, visto que é difícil determinar se isso será positivo ou negativo. Encontramo-nos, dessa forma, envolvidos num processo de constante construção dessa realidade, desse sujeito, da descoberta dessas novas técnicas, dos seus potenciais que ainda não foram explorados.

nas sociedades ocidentais — capazes de incidir, simultaneamente, sobre os corpos individuais e sobre as populações, disciplinando e regulamentando a vida. Com suas práticas e suas técnicas em atualização constante, ao longo da história moderna a medicina se propôs a controlar os acontecimentos aleatórios relativos à multiplicidade orgânica e biológica dos seres humanos, impondo a ambas suas exigências normalizadoras em concordância com os interesses do capitalismo industrial” (SIBILIA, 2002, p. 179 – 180).

¹³⁶ “Por muito tempo se acreditou que reproduzir era, para o indivíduo que ‘atingiu’ o término de seu crescimento, um meio de se prolongar de qualquer forma para além dele mesmo e de compensar a morte, transmitindo ao futuro essa duplicação longínqua de sua forma. Cinquenta anos foram necessários para saber que o metabolismo da célula e os mecanismos de crescimento do indivíduo são comandados por um código presente no DNA do núcleo e transmitido por elementos mensageiros, para saber que a pequena usina química de uma bactéria está destinada a produzir uma segunda, para saber que as mais complexas formas de organização (com a sexualidade, a morte, sua companheira, os signos e a linguagem, seus longínquos efeitos) não passam de desvios para assegurar ainda e sempre a reprodução” (FOUCAULT, 2013, pp.268 e 269).

¹³⁷ Há de se considerar que “nos prometeicos séculos XVI e XVII, entretanto, o nível nanotecnológico e os ‘segredos da vida’ ainda estavam longe de serem atingidos, decifrados ou sequer intuídos. Os cientistas se concentravam nos órgãos e nas peças inertes que faziam a máquina humana funcionar. Desse modo sucederam-se muitas descobertas fundamentais, até que o médico inglês William Harvey — tido como o fundador da fisiologia moderna — reuniu vários desse sachados anatômicos e os combinou com observações de pacientes e animais vivos para desvendar os enigmas da respiração e da circulação do sangue, suscitando uma verdadeira revolução no pensamento acerca do homem” (SIBILIA, 2002, p. 69).

4.1 NOVOS MECANISMOS BIOPOLÍTICOS: O CÓDIGO DA VIDA

Evidentemente a *vocação* da biopolítica é *fazer viver*, por isto é necessário a constituição de aparatos e procedimentos que preservem a vida de tudo que a ameace. Buscaremos a partir de agora refletir sobre o modo como a política moderna reinventou-se em prol da máxima biopolítica do *fazer viver*¹³⁸, permitindo que houvesse um salto a mais na direção de regular a vida¹³⁹. Como já enfatizamos, a biopolítica é móvel, assim como as populações e os mecanismos de operacionalização, no modo de enumerar, classificar e avaliar essa população. Hoje, os novos meios de intervenção e produção da vida tem tons e agenciamentos mais complexos, na medida em que corpos entendidos em termos de códigos, “o objeto-alvo passa a ser ‘o capital informacional’ de que dispõe um ser vivo” (LIMA, 2010, p. 243 – 244).

A partir disso, os saberes e os antigos mecanismos vão sendo superados por novos, como, por exemplo, a demografia pela biometria. No entanto, as tecnologias biopolítica¹⁴⁰ não se resumem a um artefato técnico, pois são sistemas complexos de códigos e protocolos. Sob o prisma foucaultiano já evidenciado no primeiro capítulo, o poder sobre a vida (biopoder) é tido pelo francês como um conjunto de técnicas disciplinares e biopolíticas centrados na vida, buscando delinear formas corporais e subjetivas específicas. Afinal, diz Foucault (2002, p. 290 – 291) que a partir do século XVIII, houve uma crescente utilização, de modo gradativamente capilar e refinado, da vida biológica do homem nos cálculos do poder. A problemática de Foucault é, em última instância, a política e as relações de poder, da qual inicialmente o sexo, e a raça, figuravam como mecanismos fundamentais.

Segundo Foucault (1999, p. 134) a vida biológica torna-se uma força relativamente controlável. Assim sendo, partimos da hipótese que se anteriormente as ações políticas baseadas

¹³⁹ “Atualmente, o biopoder assume uma relevância surpreendente, visto que o capitalismo e a tecnociência — amplamente representados não mais apenas pela medicina, mas também pelas demais profissões da área de saúde — são os protagonistas dessa nova forma de poder. O *fazer viver* assume proporções jamais imaginadas, graças ao advento de novas técnicas de prolongamento da vida, do uso de fármacos em larga escala, do aumento da longevidade nas populações. Assim, o exercício do biopoder, insiste em manter a vida ou mesmo apenas um corpo vivo. Essa manutenção, além de reforçar o poder dessas áreas do saber, torna a duração da vida, muitas vezes por meios extraordinários, uma fonte interminável de rentabilidade econômica e experimentação médica” (CANDIOTO; D’ESPÍNDULA, 2013, p. 39).

¹⁴⁰ Corrobora Lima: “Ancorado ao novo paradigma informacional, de matriz molecular-digital, a biopolítica institui modalidades de poder que configuram novas práticas de normalização e individualização, como aquelas agenciadas à genômica, à medicina biomolecular, às práticas biomédicas relacionadas ao dispositivo do DNA: testes de DNA, terapia genética, aconselhamento genético, chips de DNA, biochips, etc. É fundamental perceber que, em semelhante operação, passasse a fazer do dispositivo do DNA uma maquinaria de produção de verdade na medida em que os discursos adquirem estatuto de discursos verdadeiros” (LIMA, 2010, p. 237).

em novos conhecimentos se dirigiam ao corpo, à saúde individual e coletiva, agora temos em consonância a estes pontos de poder um novo foco, bem mais amplo, que abarca igualmente todos os seres, a informação genética. Uma das características nas agendas governamentais é a presença incisiva das políticas sobre a vida, por isso em contexto atual as biopolíticas denotam aspectos voltados às tecnologias digitais, que potencializam alcance sobre os seres vivos. Segundo Sibilía (2002, p. 180 – 182), o lugar estratégico antes ocupado pelo sangue ou pela sexualidade seria para os dias atuais a figura do *gene*. E é pontualmente sobre isso que visaremos discutir nas próximas páginas, isto é, a premência do *gene* como um novo princípio, de normas e formas de administração da população, um subsídio a mais da lógica governamental biopolítica que se configura na contemporaneidade¹⁴¹.

Foucault (1988), deixa claro que nas sociedades industriais o sexo detinha grande importância por conseguir afetar estrategicamente os dois focos do biopoder¹⁴², tornou-se então um dispositivo pelo qual se poderia obter a normalização tanto pelas tecnologias disciplinares como biopolíticas. Fato esse ocorrido porque “a noção de sexo permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 144).

De certo modo, é como se o sexo fosse um segredo a ser desvendado, de modo a funcionar a partir de um significado geral. Entretanto, devido ao crescente desenvolvimento tecnológico, informacional, o dispositivo da sexualidade vai sendo superado. Haja visto que segundo Sibilía (2004), o código genético parece ter ocupado esse local de preeminência antes tido pela sexualidade. Isto ocorre porque o código genético é localizado “[...]na interseção exata entre o corpo individual e o corpo da espécie, hoje a cadeia de genes do DNA é um alvo privilegiado tanto das biopolíticas que apontam para a população humana quanto das

¹⁴¹ Lima enfatiza que um dos deslocamentos da biopolítica atualmente implica que, “não mais o dispositivo da sexualidade, mas o ‘dispositivo do DNA’ e um conjunto de novas práticas de normalização e individualização (testes de DNA, aconselhamento genético, genoterapia, etc.) estruturam a biopolítica. Em suma, a biopolítica hoje encontra seu modo fundamental de operação e seu ponto de aplicação, não mais nas disciplinas do corpo e na regulamentação das populações como outrora, mas sim na digitalização e virtualização da vida e dos corpos, que tem como suportes o paradigma tecnológico molecular-digital e o modelo de ação morfogenética recombinatória. Neste nível de investimento, a biopolítica prescinde dos limites da espécie e da própria inteireza do corpo (como totalidade orgânica) para se reproduzir e produzir a vida” (LIMA, 2010, p. 245).

¹⁴² Para Nikolas Rose, mais que um conceito, o biopoder seria para Foucault uma perspectiva, porque “ele põe à vista toda uma série de tentativas mais ou menos racionalizadas, da parte de diferentes autoridades, de intervir sobre as características vitais da existência humana — seres humanos, individual ou coletivamente como criaturas viventes que nascem, amadurecem, habitam um corpo que pode ser treinado e aumentado, e que depois adoecem e morrem” (ROSE, 2013, p. 85 – 86).

tecnologias que visam à modelagem¹⁴³ subjetiva” (SIBILIA, 2004, p. 43). Esta mudança não ocorre simplesmente de um fato isolado, mas que conforme as condições de governabilidade, de ações e reações dos artifícios de poder, há uma reinvenção no modo como interagem e coexistem na estrutura social. Ou seja, há a reconfiguração dos mecanismos que possibilitam engendrar a vida em toda sua dinâmica:

De acordo com a linha genealógica traçada por Foucault, o *sangue* aflora como o objetivo predileto dos dispositivos de poder nas sociedades de soberania. [...] Já na Modernidade, o *sexo* desbancou o sangue assumindo o papel principal na simbologia e nos rituais abraçados pelo biopoder. Agora, entretanto, toda uma mística ligada aos *genes* está surgindo, e esses componentes moleculares dos organismos humanos estão se tornando os focos prediletos do biopoder. Assim como o sangue nas sociedades feudais e o sexo no mundo industrial, hoje são os genes que determinam ‘o que você é’; o código genético é a chave da revelação que ‘traz tudo à plena luz’ — parafraseando algumas das expressões usadas por Foucault ao descrever a função subjetivante do sexo na era industrial. Os genes e o DNA, portanto, estão conformando um forte dispositivo político em torno do qual o biopoder se reorganiza (SIBILIA, 2004, p. 44).

O poder atua sobre o espaço das possibilidades. Dessa forma, o que tínhamos nas sociedades industriais ao analisarmos o dispositivo da sexualidade era como se o sexo, nesse contexto e nessas relações de poder, representasse o meio pelo qual se poderia compreender a vida do indivíduo ou da coletividade. Tínhamos um dispositivo que permitia à tecnologia de poder emergente, administrar a partir de elementos eficazes em conhecer para intervir¹⁴⁴ e regular a aleatoriedade. Portanto, se a clássica noção de biopolítica que Foucault nos apresenta denota especialmente do enfoque dado em questões como a *sexualidade*, sobre o qual se procurava otimizar a qualidade biológica da população, hoje está “sendo configurado um novo princípio de normalidade no dispositivo genético” (SIBILIA, 2002, p. 183).

Temos, então, novas e crescentes categorias que diagnosticam justamente uma nova chave de leitura na relação vida e poder. Deste modo, “assim como no sexo devia ser procurada

¹⁴³ De acordo com Sibilía, “são muitas e de enorme alcance as implicações desse deslocamento de foco do biopoder, que muda gradativamente do sexo para os genes, colocando o DNA no ponto exato em que se entrecruzam as biopolíticas que atingem a espécie e as tecnologias que apontam para a modelagem dos corpos e das almas” (SIBILIA, 2002, p. 184). A autora em seguida traz um exemplo, que “um dos fenômenos associados a tais processos é um certo declínio da psicanálise tradicional, em proveito dos tratamentos ultrarrápidos e superefetivos ligados à nova geração de psicofármacos. Uma série de drogas surgidas nas últimas décadas, de grande sucesso publicitário, mercadológico, terapêutico e subjetivante em todo o mundo, constituem bons exemplos dessa transição: Prozac, Lexotan, Valium, Citalopram e Ritalina fazem parte desse grupo” (SIBILIA, 2002, p. 184).

¹⁴⁴ Segundo Sibilía “O desvelamento daqueles enigmas cifrados que tudo determinam — nos corpos, nas almas e nas populações — no reinado do dispositivo da sexualidade correspondia a um leque de saberes de cunho prometeico, baseados em técnicas analógicas como a observação e o exame: o catálogo completo das ciências sociais e humanas, tais como a psicanálise, a medicina, a pedagogia, a psiquiatria e a sociologia. Hoje, porém, tal função compete aos saberes alimentados pelo impulso fáustico e ancorados no paradigma digital: a mais nova medicina, concretamente, que bebeu nas fontes da biologia molecular e que só pode operar com a ajuda imprescindível da aparelhagem teletecnológica” (SIBILIA, 2002, p. 182)

a própria inteligibilidade, a ‘identidade’, a essência das almas e dos corpos, hoje nos é dito que toda a verdade está inscrita e pode ser decifrada no inefável *código genético*” (SIBILIA, 2004, p. 45). Sendo assim, se a sexualidade, segundo Foucault, teve posição estratégica das operações biopolíticas em meados do século XIX, atualmente devido à complexidade desse contexto fica evidente que um novo mecanismo pode obter a mesma potencialidade, permear as vicissitudes da vida humana em escala individual ou coletiva e expandir, na verdade, para todo o bíos:

Daí a importância que lhe atribuímos, o temor reverente com que o revestimos, a preocupação que temos de conhece-lo. Daí o fato de se ter tornado, na escala dos séculos, mais importante do que nossa alma, mais importante do que nossa vida; e daí todos os enigmas do mundo nos parecerem tão leves comparados a esse segredo, minúsculo em cada um de nós, mas cuja densidade o torna mais grave do que todos. (FOUCAULT, 1988, p. 169).

Ressaltamos que os mecanismos biopolíticos que atraíram a atenção de Foucault giravam em torno das mudanças no entendimento da vida como existência de uma população, uma espécie, daí então a promoção da vida foi considerada preocupação e incorporada ao meio, os *riscos* e contingências. Logo, “o discurso do risco assume um papel despolitizador fundamental, ao desconhecer o peso que as estruturas e processos socioeconômicos adquirem na definição do campo do que é possível para cada indivíduo” (MITJAVILA; VECINDAY, 2011, p.88). Isso quer dizer que os mecanismos de poder se tornam mais atuantes enquanto se ajustam aos processos de individuação que se realizam por meio de categorias novas exploradas na realidade atual.

Na palestra *Crise da medicina e crise da antimedicina*, Foucault já sinalizava alguns esboços importantes, quando diz que devido às técnicas de que a medicina, “[...] a possibilidade de modificar o equipamento genético das células não afeta somente o indivíduo ou sua descendência, mas toda a espécie humana. É todo o fenômeno da vida que entra no campo da intervenção médica¹⁴⁵” (FOUCAULT, 2010, p. 178). Tal retrato evidencia que o

¹⁴⁵ Foucault destacou que não se sabe o que será alcançado com as manipulações genéticas, já que o potencial de alcance é indeterminado, dito isso, o autor cita, por exemplo, a capacidade de se forjar “uma arma biológica absoluta contra o homem e a espécie humana, sem que simultaneamente se desenvolvam os meios de defesa contra essa arma absoluta” (FOUCAULT, 2010, p. 176). Diferente dos riscos médico anteriores, a extensão do alcance que um simples organismo pode causar na vitalidade do homem é cheio de possibilidades, pois é um perigo que não se conhece e não se ver. E, o autor segue exemplificando os pontos sobre isso, que anteriormente “No máximo se poderia alterar sua descendência direta, ou seja, o domínio da possível ação negativa limitava-se a uma família ou uma descendência”. (FOUCAULT, 2010, p. 178). As pestes que assolaram os séculos passados tinham efeitos que eram restritos a uma localização específica, daí estas pessoas eram colocadas em espaços afastados da convivência com os demais. Isso era possível porque ainda não se tinha tantos mecanismos de aproximação das interações humanas no planeta. Hoje um vírus pode ser desencadeado em um país e em questão de dias consegue atingir todos os países, dificilmente se consegue manter uma pequena propagação. Nas circunstâncias atuais, mediante as técnicas disponibilizadas pela medicina nas últimas décadas, as variáveis de efeitos que as alterações do equipamento genético podem fazer, claro que considerando a alta volatilidade dos avanços tecnológicos, tem o risco de afetar toda a espécie. Fato esse desencadeado pelo fato que “Não se sabe ainda se o homem consegue

“gene gere-se a vida em toda a sua amplitude biológica e seus efeitos recaem sobre o indivíduo, a população e o ambiente. A biopolítica ultrapassa o homem-espécie” (PREMEBIDA, 2008, p. 199). Desse modo, as possibilidades de ação da biopolítica se tornam mais amplas com a manipulação biomolecular, pois hodiernamente as *estratégias*¹⁴⁶ de poder que capturam a vida biológica, estão assentadas nas vias de acesso da informação genética¹⁴⁷.

Percebemos então, a partir de Sibilía (2002), que a manipulação genética intensifica os alcances e possibilidades da tecnociência, estimulando o processo onde a vida é cerne da política moderna, ao conceber o gene como um dispositivo de poder. Antes de prosseguirmos, se faz necessárias três apontamos: primeiramente, no mecanismo jurídico a preeminência do sangue se perpetuou como o objetivo primordial dos dispositivos de poder na soberania, afinal, este elemento marcava a ação do poder. Por outro lado, em virtude das condições impostas pelas disciplinas, a modernidade tornou o sexo o alvo principal para as operações de controle sobre a multiplicidade. E, por fim, malgrado as condições do dispositivo de controle na contemporaneidade, passa a existir uma simbologia em torno do *gene*, convertendo, neste sentido, os componentes genéticos como novos focos de operação do poder sobre a vida.

4.2 TECNOMEDICINA E A NOVA POLÍTICA DA VIDA

Podemos dizer que o conhecimento sempre foi uma ferramenta para a evolução humana. No entanto, até décadas atrás, era impensável observar tantos avanços em termos de maleabilidade do organismo humano, acessar o seu código genético e, além de combater as doenças, identificar e prevenir as suscetibilidades¹⁴⁸. Já que não dispunha dos mecanismos

fabricar um ser vivo de natureza tal que toda a história da vida, o futuro da vida, se modifique” (FOUCAULT, 2010, p. 178).

¹⁴⁶ Estratégia seria para Foucault os vetores de processos onde a vida natural dos indivíduos é transformada em vida da espécie da população, a vida natural se torna biopolítica, e o poder, segundo ele, mobiliza a existência biológica do sujeito político.

¹⁴⁷ A anatomia de Cuvier rompia a antiga cadeia dos seres e justapunha os grandes ramos. Darwin humilhava talvez o homem fazendo-o descender do macaco, mas — coisa muito mais importante — ele desapropriava o indivíduo de seus privilégios estudando as variações aleatórias de uma população ao longo do tempo. Mendel, depois os geneticistas decompunham o ser vivo em traços hereditários, conduzidos pelos cromossomos, que a reprodução sexual combina conforme probabilidades calculáveis e que apenas as mutações podem, subitamente, modificar. Enfim, a biologia molecular acaba de descobrir no núcleo da célula uma ligação, tão arbitrária quanto um código, entre ácidos nucleicos e proteínas; melhor ainda: ela localizou, na transcrição desse código, erros, esquecimentos, inversões, como mancadas ou achados involuntários de um escriba por um instante distraído. (FOUCAULT, 2005, p. 268).

¹⁴⁸ “Essa mudança de implacáveis anomalias para suscetibilidades gerenciáveis é totalmente coerente com a remodelação mais ampla nas práticas contemporâneas para o governo das pessoas. Hoje, exige-se de nós que sejamos flexíveis, que estejamos em contínuo treinamento, em aprendizado por toda a vida, que nos submetamos

baseados nas tecnologias digitais e aplicados sobre a saúde humana, pois era necessário conhecimento sobre os dados de seus processos orgânicos e uma catalogação dos saberes em como dar condições de continuidade para a espécie, pois, o homem em sociedade tem “[...] uma vida e uma morte, com uma fragilidade que o expõe às doenças, às epidemias, às mortalidades desastrosas, à esterilidade e às grandes devastações da espécie.” (FOUCAULT, 2016, p. 441).

Como observado, ao longo dos séculos, a medicina reúne um conjunto de conhecimentos que determinam como se atua sobre os organismos, condicionam a forma de ação e as condições de viabilidade do poder por meio de técnicas e práticas específicas. Os métodos e procedimentos anteriores classificavam todas as possibilidades de desvio e definiam o que era o padrão de normalidade com base nas constatações. Uma série de dados catalogados esquematizavam indivíduos e espaços sobre as quais deviam ser melhorados, então o rastreamento de patologias e anormalidades demandavam tempo para que enfim se operasse no problema¹⁴⁹.

No entanto, “As infinitas combinações genéticas, por outro lado, podem ser rastreadas a toda velocidade pelos dispositivos digitais da tecnociência fáustica” (SIBILIA, 2002, p. 183). Esses dispositivos digitais trazem consigo muitos anseios, prometendo que os erros que podem ser reprogramados biologicamente, partindo claro, do que é definido como normal e padrão ideal, sejam detectados de forma instantânea e assim ter maior eficácia.

Nesta via analítica, os novos métodos advindos dos avanços da biologia e da técnica trazem uma ampla possibilidade de estrategicamente otimizar a vida. Pois, conseqüentemente, “[...] a política se torna cada vez mais científica [...] não só a política infiltra a biologia, mas a biologia também infiltra a política” (ELDEN, 2016, p.40). Dessa forma, a tecnociência

a avaliação ininterrupta, a constante estímulo a comprar, a melhoramento pessoal incessante, a monitoramento de nossa saúde, ao gerenciamento de nosso risco. E tais obrigações estendem-se a nossas suscetibilidades genéticas: daí o cidadão biológico responsável ativo deve se engajar num trabalho constante de autoavaliação e de modulação da conduta, da dieta, do estilo de vida, do regime medicamentoso, em respostas às exigências instáveis do corpo suscetível. Ao delinear, contestar e experienciar com as novas relações entre verdade, poder e comércio que pervaguem nossos corpos viventes, sofredores e mortais, e ao desafiar seus limites vitais, tais cidadãos biológicos ativos estão redefinindo o que significa ser humano hoje” (ROSE, 2013, p. 219 – 220).

¹⁴⁹ Para Caponi, “o exercício da biopolítica supõe que, para poder governar as sociedades, basta reduzir a multiplicidade de circunstâncias próprias da condição humana, a sua dimensão biológica, ao domínio do vital, esse domínio que limita aos homens a sua identidade enquanto espécie. No entanto, e aqui se encontra a maior contradição inerente ao conceito de biopolítica, na medida que o governo das populações opera exclusivamente sobre fatos biológicos, ele deverá deixar nas sombras, como já antecipara Aristóteles, justamente a dimensão política da existência, nossa capacidade de reflexão e diálogo argumentativo, nossos vínculos sociais, nossos afetos, sonhos e pesadelos. [...]no momento em que o domínio da ética e da política é reduzido ao campo do biológico, do corpo, espécie, nossos sofrimentos individuais e cotidianos, nossos vínculos sociais, medos e desejos passarão a estar mediados por intervenções terapêuticas ou preventivas, sejam elas médicas ou psiquiátricas, interessadas em classificar todos os assuntos próprios da condição humana em termos de normalidade ou de patologia, limitando cada vez mais nossa margem de decisão ética e de ação política” (CAPONI, 2013, p. 104 – 106).

contemporânea, segundo Paula Sibilia (2002, p. 49), almejaria superar as limitações biológicas do corpo, entendendo que tais limitações seriam obstáculos que confinam suas potencialidades, e alguns desses obstáculos seriam o *eixo temporal*. Neste sentido, “A fim de romper essa barreira imposta pela temporalidade humana, portanto, o desenvolvimento científico-tecnológico é colocado a serviço da reconfiguração do que é vivo e em luta contra o envelhecimento e a morte” (SIBILIA, 2002, p. 49).

Quando Foucault caracteriza a medicina moderna¹⁵⁰ destaca que ela age “além de suas fronteiras tradicionais definidas pelo doente e pelas doenças, começa a não haver mais um domínio que lhe seja exterior” (FOUCAULT, 2016, p. 386). Durante o século XIX, observamos que a medicina, com seu saber, acreditava que seria possível demarcar e estabelecer uma cesura do que é patológico, de que poderia reconhecer e diagnosticar o que poderia ser considerado doença, mas nem sempre desenvolveu com maestria esse papel. Considerando a medicina de hoje, ela tende a ser mais enfática nestas posições, pois, “tornou-se perfeitamente consciente da relatividade do normal e das variações consideráveis às quais está submetido o umbral do patológico: variações devidas ao próprio saber médico, às suas técnicas de investigação [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 284), e de intervenção que considera uma série de possibilidades aos quais podem interferir em suas definições.

Foucault (1999), utilizou o conceito de biopoder para dar conta da forma como os fenômenos biológicos da população tornaram-se incorporados ao desenvolvimento do capitalismo. A partir dessa conjuntura, tecnologias políticas de toda ordem passou a “investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência” (FOUCAULT, 1999, p. 135). A novidade é que as condições atuais concebem que não apenas o homem tenha sua vida entrelaçada na ordem do poder, mas toda multiplicidade da vida biológica seja igualmente condicionada. Esta nova dinâmica implica também que as ações políticas não se baseiam mais apenas em conhecimentos que se estendem a vitalidade do corpo individual ou coletivo, mas que o foco tradicional da ordem do poder e

¹⁵⁰ Para ele a “medicina atual foi muito além, por várias razões. Em primeiro lugar, a medicina responde a outro motivo que não a demanda do doente, a qual só acontece em casos bastante limitados. Com frequência bem maior, a medicina se impõe ao indivíduo, doente ou não, como ato de autoridade. Vários exemplos podem ser citados a esse respeito. Atualmente, ninguém é contratado sem o *dictamen* do médico, que examina autoritariamente o indivíduo. Existe uma política sistemática e obrigatória de *screening*, de rastreamento de doenças na população, que não responde a qualquer demanda do doente” (FOUCAULT, 2010, p. 180). Inclusive o domínio de objetos da intervenção médica já não se refere a doença, ficando nítido com os argumentos apresentados pelo autor, de que “Desde começos do século XX, a sexualidade, o comportamento sexual, os desvios ou anomalias sexuais dizem respeito à intervenção médica, sem que um médico diga, a menos que seja muito ingênuo, que uma anomalia sexual é uma doença. A intervenção sistemática de uma terapêutica de tipo médico sobre os homossexuais dos países do leste europeu é característica da ‘medicalização’ de um objeto que não é, nem para o sujeito, nem para o médico, uma doença” (FOUCAULT, 2010, p. 181).

saber alcance com as biotecnologias¹⁵¹ algo mais singular e abrangente da vitalidade, o código genético:

A genética mostra bem que um número muito mais considerável de elementos que nós não podíamos imaginar até o presente está condicionado pelo equipamento genético que nós temos recebido de nossos ascendentes. Ele permite em particular estabelecer, para um indivíduo dado, quem ele é, as probabilidades de contrair tal ou qual tipo de doença, numa idade dada, durante um período dado da sua vida, ou de uma forma qualquer sem importar qual momento da sua vida. Dito de outra forma, um dos interesses atuais da aplicação da genética às populações humanas é a de permitir reconhecer os indivíduos em risco e o tipo de risco que os indivíduos correm ao longo de toda a sua existência. [Do momento] que podemos estabelecer quem são os indivíduos em risco, e quais são os riscos de que a união de indivíduos em risco produza um indivíduo que terá ele próprio tal e tal característica em relação ao risco do que ele será portador, podemos perfeitamente imaginar isto: que os bons equipamentos genéticos vão se tornar uma coisa rara, e que na medida em que serão uma coisa rara, isso pode perfeitamente estar, e é totalmente normal que esteja, no interior dos circuitos e do cálculo econômico, isto é, das escolhas alternativas (FOUCAULT, 2008b, p. 234).

Dessa forma, um dos principais interesses da genética em relação à vida humana é revelar os riscos potenciais e em qual momento essa condição deixaria de ser improvável para se tornar uma realidade. Deixando claro que o equipamento pode tornar-se um elemento que define novas transformações da dinâmica da vida, enquanto se torna algo almejado por todos, ficando cada vez mais raro um indivíduo possuir um material genético sem propensão de desenvolver ao longo da vida uma patologia. Desse modo, “O olhar clínico demorado tem sido provido, se não suplantado, por esse olhar molecular, que está, ele mesmo, enredado em um estilo molecular de pensamento acerca da vida” (ROSE, 2013, p. 26), nos detalhes biológicos, desde a superficialidade da pele às minúcias da organicidade, como os genes e os neurônios.

A tendência atual é, portanto, que a própria natureza se torne cada vez mais um espaço flexível, administrável pela estrutura política no horizonte aberto pela técnica. Heidegger salienta que essa disponibilidade se refere à capacidade da natureza de fornecer seus dados, que podem ser calculados e que, assim, poderiam ser aplicados ao homem em sua realidade biológica. À vista disso, o homem também se dispõe à capacidade técnica, dado que ele é a matéria-prima mais importante. Neste sentido, Heidegger faz a seguinte reflexão, “[...] pode-se contar que, em virtude da pesquisa química contemporânea, algum dia fábricas haverão de ser construídas para a produção artificial de material humano” (HEIDEGGER, 2002, p. 82).

¹⁵¹ Segue-se que “as biotecnologias atuais vêm modificar brutalmente alguns dados essenciais do processo humano de individuação. Ao multiplicarem e aperfeiçoarem os objetos técnicos (medicamentos, instrumentos) utilizados nas instituições biomédicas, adquiriram os meios de modificar as normas vitais inerentes ao devir humano de cada um de nós” (LECOURT, 2003, p. 83).

Para Deleuze (2002, p. 04), essa nova medicina não necessita ter um corpo doente para sua ação, pelo contrário resgata os indivíduos que estão potencialmente sob risco e isto denota segundo ele que vigora uma substituição do corpo individual pela cifra de uma matéria que pode ser controlada e administrada. A abordagem filosófica de Agamben se faz necessária nesse momento no que tange sua compreensão de que uma das características primordiais da biopolítica moderna é essencialmente a necessidade de estar constantemente redefinindo a vida¹⁵². O filósofo italiano enfatiza que o marco da nossa época é a politização da zoé, a *vida nua*, que sob a égide das estruturas e lógicas do poder contemporaneamente torna mais dinâmica e prática as estratégias que moldam e transformam a vida.

Neste sentido, esta noção de *vida nua*, representa a vida que pode ser aniquilada — mesmo que não possa ser sacrificada — e se mantém à margem do poder, uma vida que se tornou ferramenta do poder soberano, mesmo sendo privada de qualquer valor político. Segundo o autor, a vida humana tornou-se apenas uma vida que pode ser desqualificada a qualquer momento. Já que, a estrutura política permite, pois o estado de exceção se torna permanente, e assim o soberano pode agir sobre a lei, ter o poder sobre a vida humana. Parafraseando suas análises, essa vida nua é uma vida esvaziada de qualificações e tende nesse contexto a ser entendida como banco de informações genéticas, esmiuçadas e moldáveis:

Num mundo inconstante, marcado pelo esvaziamento das instituições de referência e pertencimento, a concretude do corpo próprio e os parâmetros da biologia tornam-se uma das poucas fontes de certeza, segurança e estabilidade a qual recorrer. A ciência se propõe a curar a carência de sentido do sujeito contemporâneo prescrevendo uma constante atenção ao corpo, este no papel de sujeito e objeto, sempre disponível a ser vasculhado por tecnologias visuais, corrigido cirúrgico ou quimicamente, substituído por próteses, na promessa de um ideal de saúde e longevidade (LIMA, 2005, p. 43-44).

Conforme Giorgi e Rodriguez (2007, p. 31), o pensamento de Agamben nos faz perceber uma certa *fratura biopolítica*, ao evidenciar que a liberdade e a felicidade do homem se encontram no mesmo espaço, o da *vida nua*, fator este que marca sua sujeição ao poder. Por conseguinte, a vida contemporaneamente entra em uma zona de indeterminação, como Agamben evidenciou, dado que a “[...] presença da vontade soberana na sombra da ordem social coloca a vida humana, todas as vidas humanas, sobre a potencial ameaça da exceção” (RUIZ, 2012, p.5). Para Ruiz, isso significa que caso a população ou um indivíduo específico sob qualquer circunstância se torne potencialmente ameaça aos demais, coloca-se evidentemente em suspensão de seus direitos para poder se ter “[...]um controle de suas vidas” (RUIZ, 2012, p.5).

¹⁵² Cf. AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*, p. 126.

Neste ínterim, certas noções enraizadas a partir de critérios estabelecidos para demarcar conjunturas sociais parecem se reinventar diante da nova política da vida. A saber, o que antes parecia claro sobre as definições de normalidade e patologia, saúde e doença, hoje não. Isso, segundo Sibilia (2002, p. 189), tornaria incerta as medidas regulatórias sobre o que pode ou não ser considerado um defeito genético. Hoje temos novos programadores de condutas se observamos os efeitos dos remédios que atingem não apenas as correções de anormalidade, mas o comportamento tido como *normal* se torna um foco da ação das novas drogas que refinam os dispositivos médicos, como as terapias genéticas. Sendo assim, de acordo com Sibilia “o ‘dispositivo genético’ [...] está se configurando como uma estratégia fundamental do biopoder; após definir o conteúdo informativo do código considerado normal, todos os seus desvios são qualificados como erros” (SIBILIA, 2014, p. 189).

Portanto, de modo geral existe um consenso sobre determinadas condições serem ou não patológicas, mas a definição do que é normal com relação à saúde não é tão óbvia na lógica digital. Porque se pode regulamentar dentro de várias possibilidades aquilo que porventura seja um traço desfavorável, uma anomalia que precisa ser tratada. Neste sentido, com a redefinição dos padrões de normalidade e da dinâmica do biopoder a partir da conjuntura do capitalismo atual, “a doença é redefinida como um erro na programação que deve ser corrigido, para reativar a saúde do corpo e da alma [...]” (SIBILIA, 2014, p. 191).

De modo mais abrangente, o avanço tecnológico da medicina desencadeou o fenômeno que Rose (2013, p. 23) chama de *tecnomedicina*¹⁵³, uma nova estrutura de recursos a manutenção da saúde que conta com equipamentos sofisticados para a realização dos procedimentos, desvirtuando totalmente as formas antes usuais de como esse saber agia. No contexto da compreensão do material genético, é o campo da suscetibilidade que se apresenta como a possibilidade de um indivíduo que ofereça riscos, se não agora, mas no futuro, de desenvolver certas anomalias, possam ser tratadas no nível molecular, extirpando organicamente o traço *defeituoso*. Sendo assim, Foucault reitera que “com a emergência da pessoa geneticamente em risco, os próprios genes têm se constituído em ‘substância ética’” (FOUCAULT, 1985, p. 26). Assim, “[...] a avaliação clínica do médico no exercício de sua

¹⁵³ Essa “[...] crescente incorporação das tecnologias digitais pela medicina, de que são exemplos as novas tecnologias de diagnóstico por imagens (a ressonância magnética funcional, o Sigma, o Neuronavegador, a telemedicina) e dispositivos como o prontuário eletrônico e o monitor virtual, não apenas imprime novas visibilidades ao corpo ao digitalizá-lo, mas também abre a perspectiva para que novas práticas de poder-saber sejam instauradas na medicina. É assim que, por exemplo, o prontuário eletrônico e o monitor virtual, ao se constituírem como técnicas de monitoramento e de controle dos corpos, implicam em práticas de normalização e individualização dos pacientes, já que as informações coletadas abrem um espaço para a instituição de um regime de verdade acerca da doença e da saúde, que se desdobra na prescrição de medicamentos, dietas e comportamentos” (LIMA, 2010, p. 237).

profissão está confinada e limitada pelas exigências na medicina baseada em evidências e pelas exigências do uso de diagnósticos [...]” (ROSE, 2013, p. 25). A medicina contemporaneamente se baseia então em evidências e se torna cada vez mais dependente de equipamentos sofisticados no diagnóstico e tratamentos amparados pelo mercado. Tal mudança trouxe vantagens à economia da vida que se beneficia da ação médica no nível molecular, no tanto que incentiva as pesquisas na fabricação de produtos que atendam as novas demandas do corpo, da saúde, tornando-as comercializáveis.

4.2.1 Economia neoliberal e o processo de *capitalização do bíos*

Já evidenciamos anteriormente que o fim do século XVIII, e início do século XIX, marcaram o surgimento de uma arte de governo liberal que possui interesse político com a vida, mormente entre os problemas dos indivíduos com o seu meio de existência e problemas próprios a um conjunto de indivíduos. Neste sentido, o autor expôs ser necessário associar esses problemas pelo âmbito da racionalidade política¹⁵⁴, sobre o qual eles surgem, o liberalismo¹⁵⁵, e foi justamente por conta dessa racionalidade que estes foram visados como desafios. Já em meados do século XX, as preocupações das biopolíticas, que eram exclusivas do Estado, se tornaram também de interesse privado. Com isso, medidas foram estabelecidas para instruir as pessoas quanto aos cuidados com seus corpos, dado que “as medidas preventivas e a gestão dos riscos [...] têm como objetivo a sujeição das forças vitais e seu enquadramento conforme as exigências da nova formação política, econômica e social” (SIBILIA, 2014, p. 197).

À medida que a política contemporânea é biopolítica, pensaremos a partir de agora o neoliberalismo como espaço de um novo modelo de controle e administração da vida, um modelo que sai do controle estatal para o privado mediante os processos de desenvolvimento

¹⁵⁴ No dizer de Foucault, “uma racionalidade política não é um saber puro, neutro, que simplesmente ‘re-apresenta’ a realidade governada. Pelo contrário, é um elemento do próprio governo que ajuda a criar um campo discursivo no qual o exercício do poder é ‘racionalizado’. Isso ocorre por meio, entre outras coisas, do delineamento de conceitos, da especificação de objetos e do fornecimento de argumentos e justificativas” (LEMKE, 2011, p. 88).

¹⁵⁵ Para Lemke “o liberalismo introduz uma racionalidade do governar que nem os conceitos medievais de dominação e nem a razão de Estado do início da Modernidade conheciam: a noção de uma naturalidade da sociedade, que forma tanto o fundamento quando o limite da ação governamental” (LEMKE, 2017, p. 69). Sobre seu entendimento sobre o liberalismo, Foucault expõe; “Apoiei-me nas reflexões de Paul Veyne a propósito dos universais históricos e da necessidade de testar um método nominalista em história. E, retomando um certo número de opções de método já feitas, analisei o ‘liberalismo’, não como uma teoria nem como uma ideologia, menos ainda, claro, como uma maneira de a ‘sociedade’ ‘se representar...’, mas como uma prática, isto é, como uma ‘maneira de fazer’ orientada para objetivos e regulando-se por uma reflexão contínua” (FOUCAULT, 2008b, p. 432).

da autorregulação. Para Castro-Gomez (2010, p. 51. Tradução nossa), isso se deve ao fato que as tecnologias neoliberais favorecem as modulações da conduta sobre os sujeitos como espaços abertos, assim, não intervém diretamente sobre os corpos, mas sobre seu meio externo, de modo a favorecer essa autorregulação.

Para Foucault, deve-se observar o liberalismo como uma racionalidade política que determina subjetivamente o humano, um modelo filosófico que cria subjetivações. Nos anos de 1970 forneceu-nos algumas percepções sobre o neoliberalismo como um conjunto de práticas governamentais que governa a população consoante os parâmetros da economia que buscava organizar uma “sociedade empresarial” (FOUCAULT, 2008b, p. 147). Esta sociedade, como *forma-empresa*, seria, para Castro-Gomez (2010, p. 51), uma sociedade não mais de coletividade ou de individualidade, mas de mercados, onde o controle situa-se fora dos aparatos do Estado enquanto se moleculariza. O discurso neoliberal que faz essa conexão dos controles baseados nesse modelo mais estatal se transforma, então, em controle mais individualizado e, em simultâneo, um controle privado¹⁵⁶:

[...] uma gama diversificada de serviços com boa relação custo-benefício é oferecida aos consumidores, acompanhando a decadência da força biopolítica das instituições estatais e a disseminação da lógica da empresa por todo o corpo social. Desse modo, os novos saberes colocam no mercado uma série de dispositivos de prevenção, que permitem a cada sujeito — ou obrigam-nos — a administrar os riscos inerentes à sua informação orgânica pessoal a partir do conhecimento de suas próprias tendências, propensões e probabilidades. Uma informação vital, que é decifrada por meio de um complexo instrumental tecnológico de tipo digital. [...] (SIBILIA, 2014, p. 196).

Há então uma transição para a gestão privada das suscetibilidades e riscos que se conectam aos novos modos de fabricação do humano. Esse anseio ao perigo denota a dimensão moral do governo liberal, e assim, subentende-se que os sujeitos lidem com todos os tipos de riscos, dimensionando os cuidados e precauções que cada um exerce por si e pelos outros. As tecnologias neoliberais, além de desempenharem intervenções que agem diretamente sobre os indivíduos por meio de seus aparatos estatais, também conseguiram criar técnicas que possuem os mesmos efeitos — se não mais eficazes — indiretamente. Isso quer dizer que, essa lógica de governo neoliberal “[...] encoraja os indivíduos a dar às suas vidas uma forma empresarial específica” (LEMKE, 2011, p. 92).

Na analítica das tecnologias neoliberais, o que interessa é a propensão que os sujeitos tem de se capitalizarem, isto é, que passem a investir sobre si mesmos, em recursos que

¹⁵⁶ A medicina notoriamente foi decisiva nessa relação, porque a partir de seus mecanismos assimilados pela racionalidade dos Estados observou-se uma crescente na forma como os indivíduos se autorregulam, fiscalizam e orientam a conduta dos outros em relação a sua saúde.

contribuam para expandir as potencialidades do mercado. Os indivíduos, nesta conjuntura da sociedade empresarial, se tornaram gestores de si mesmos, indivíduos que planejam “[...]as próprias vidas como empresários delinham as estratégias de seus negócios, avaliando os riscos e fazendo escolhas que visem a maximizar a sua qualidade de vida, otimizar seus recursos pessoais e privados” (SIBILIA, 2014, p. 197). Basicamente, antes se tinha uma noção de que todos os indivíduos deveriam ser vigiados o tempo todo para que pudessem ser controlados e assujeitados pelas práticas disciplinares e biopolíticas por diversas instituições e mecanismos de poder. Porém, já não é preciso confinar, mas incitar os sujeitos através dos saberes a tornarem-se seus principais regradores, para que cada indivíduo tenha domínio sobre as condições de vitalidade.

Enquanto o liberalismo se fundamenta em grande intervencionismo econômico resultante no aumento da intervenção do Estado, no caso do neoliberalismo ele se fundamenta no intervencionismo jurídico que teria levado, segundo Foucault, ao crescimento do governo e também à construção de uma *sociedade empresa* regulada pelo mercado. Esta forma de empresa que permeia o corpo social, fabrica a estrutura da sociedade emergente e as condições de existência, trata-se “[...]de fazer do mercado, [...] e, por conseguinte, da empresa aquilo a que se poderia chamar o poder formador da sociedade. [...] de constituir uma sociedade indexada não à mercadoria nem à uniformidade da mercadoria, mas à multiplicidade e à diferenciação das empresas” (FOUCAULT, 2008b, p. 193). Consequentemente, a sociedade passa a ser vista pelo filtro da economia neoliberal como *unidades-empresas*, cujas são compostas por indivíduos econômicos que são empresário de si, “Ou seja, [...] a empresa deixa de representar uma instituição para se tornar uma maneira de se comportar” (FOUCAULT, 2008b, p. 225).

Vivemos sob a égide de um jogo de forças que tornam a vida¹⁵⁷ um importante mecanismo de ações correlatas a uma rede de regulações, propiciadas especialmente nos últimos anos pelos avanços da tecnociência, tendo por aspecto fundante, as benesses da saúde e qualidade de vida. Como Foucault (2008b, p. 311) já havia destacado, no neoliberalismo encontramos uma teoria do *homo oeconomicus*¹⁵⁸ atrelada à ideia do sujeito como um auto empreendedor, aquele que é seu próprio capital e fonte de sua renda. Na esteira de Duarte (2008,

¹⁵⁷ A vida neste sentido, por “ser tanto o campo em que ocorre a sujeição aos aparelhos biopolíticos (demografia, planos de saúde, políticas reprodutivas, precarização do trabalho, construção dos pobres e desempregados, controles de imigração), quanto o terreno onde as minorias florescem (Deleuze) ou o campo ético das subjetivações (Foucault), que se subtraem aos processos de sujeição em nome do ‘direito à vida, à felicidade, à saúde, à satisfação das necessidades’ ou a práticas de autonomia e estilo” (GIORGI; RODRÍGUEZ, 2007, p. 31, tradução nossa).

¹⁵⁸ “O *homo oeconomicus*, é aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, ele convergirá com o interesse dos outros. O *homo oeconomicus*, é, do ponto de vista de uma teoria do governo, aquele que não é preciso tocar. [...] É o parceiro, em todo caso, de um governo cuja regra é o deixar-fazer” (FOUCAULT, 2008b, p. 274).

p. 06), Foucault já vislumbrava que o neoliberalismo levaria o homem a ser entendido a partir do *homo oeconomicus*, “agente econômico que responde aos estímulos do mercado de trocas, mais do que como personalidade jurídico-política autônoma” (DUARTE, 2008, p. 06), bem antes da ascensão da engenharia genética.

A tecnomedicina tem como meta detectar as propensões de desenvolver patologias¹⁵⁹ em determinados organismos e assim, diversas medidas preventivas e de rastreios têm sido criadas e aperfeiçoadas para fazer com precisão o mapeamento genético, para conhecer os detalhes da informação que as células carregam. Sendo assim, “hoje é função de cada indivíduo conhecer suas tendências e administrar seus riscos, uma forma de autopolicimento privado que implica o dever de lutar contra o próprio destino [...]” (SIBILIA, 2002, p. 199), ou seja, compete ao próprio indivíduo conhecer suas probabilidades e administrar seus riscos, se autorregulando, policiando a si mesmo¹⁶⁰. O imperativo da saúde tende a se perpetuar nestes moldes, onde cada indivíduo coexiste neste campo de batalha em nome da produção de novas configurações biológicas que seja suporte para suprimir os potenciais riscos nos genes que podem afetar a individualidade como a coletividade¹⁶¹.

Para Duarte (2008, p. 07), desde a década de 70 Foucault já anunciava que o homem foi transformado em agente econômico, por isso, era necessário que dispusesse dos meios para tornar suas habilidades e capacidades operantes eficazmente para desenvolver suas tarefas.

¹⁵⁹ “definida como erro provável, como propensão e tendência, a doença torna-se endêmica. Daí a necessidade de que todos os indivíduos — definidos como consumidores — devam possuir um plano de saúde, pagando uma mensalidade obrigatória às instituições médicas ao longo de toda a vida. Pois a doença não precisa se manifestar: ela se apresenta como inerente, constitutiva da espécie humana. Como tal, a proposta da tecnologia fáustica consiste em eliminá-la, ultrapassar esse limite próprio da espécie. Para poder consumir a sua ambição infinita, no entanto, o impulso fáustico redefine todos os seres humanos como virtualmente doentes. E apela a seus papéis de consumidores para lhes oferecer a panaceia que lhes permita ultrapassar sua condição humana, demasiadamente humana: a possibilidade de planejar suas vidas potencialmente eternar, administrando constantemente seus riscos, intervindo tecnologicamente na fatalidade do código e eliminando o caráter aleatório do destino” (SIBILIA, 2002, p. 194).

¹⁶⁰ Na esteira de Sibilía, “não se trata mais, portanto, daqueles corpos laboriosamente convertidos em força de trabalho, esculpido em longas e penosa sessões de treinamento e disciplina para saciar as demandas da produção industrial; aquelas almas dolorosamente submetidas às sondagens psicanalíticas, impelidas ao autoconhecimento profundo do seu ser íntimo e obscuro. Em lugar dessas configurações, agora emergem outros tipos de corpos e outros tipos de subjetividades: autocontroladas, inspirados no modelo empresarial, imbuídos a administrarem seus riscos e seus prazeres de acordo com o seu próprio capital genético, avaliando constantemente o menu de produtos e serviços oferecidos no mercado, com toda a responsabilidades individual necessária em um mundo onde impera a lógica automatizada do self-service e onde a exterioridade se superpõe à interioridade. Corpos permanentemente ameaçados pela sombra da obsolescência — tanto a do seu software mental como a do seu hardware corporal — e lançados, por isso, no turbilhão do upgrade constante, intimados a maximizarem a sua flexibilidade e a sua capacidade de reciclagem” (SIBILIA, 2014, pp. 206 – 207).

¹⁶¹ “Essa nova ‘disposição para a saúde’ é crescentemente capitalizada por empresas que vão desde as companhias farmacêuticas até os varejistas de alimentos. E toda uma série de grupos de pressão, organizações propagandistas e grupos de autoajuda vieram ocupar o espaço dos desejos, ansiedades, frustrações e indisposições entre o desejo da saúde e a experiência de sua ausência. Dentro dessa complexa rede, forças e imagens, as aspirações ligadas à saúde e à conduta das pessoas são governadas ‘à distância’, mediante a modelação dos modos segundo os quais elas compreendem e exercem a própria liberdade” (ROSE, 2013, p. 98).

Basicamente, o francês já salientava o fato “[...] hoje em vias de se tornar realidade cotidiana, de que cada vez mais a biogenética será a via por meio da qual o *homo oeconomicus* tratará de potencializar suas capacidades e habilidades” (DUARTE, 2008, p. 7). Neste ínterim, buscará de igual modo combater as probabilidades biológicas de doenças que o impeçam de atuar no mercado de trabalho. Conforme Foucault (2008b, p. 306), quando consideramos que o indivíduo do neoliberalismo é o homem da empresa e não mais da troca, aquele que ao investir sobre seu capital tem as condições de produzir seu sucesso ou fracasso, se observa que o melhoramento da vida se liga com a produção de bons equipamentos humanos. Isto é, com o surgimento dessa racionalidade neoliberal¹⁶², aparece também uma forma de governança bem peculiar, a de um governo empresarial que enxerga a sociedade como uma organização, que gerencia a vida enquanto sob o conhecimento e o poder a fim de potencializar suas forças.

Quando partimos do entendimento que a biopolítica representa uma racionalidade que torna a vida da população administrável, compreende-se, a partir disso, que a economia “têm feito viver e todos os seus processos associados tornam-se mercadorias, o que pode ser equiparado ao [...] *necropoder*, uma vez que este representa a gestão do último e mais radical dos processos de viver: a morte” (VALÊNCIA, 2010, p.142). Uma das características da racionalidade que constitui o poder nas sociedades modernas é uma reinvenção da noção de prevenção.

Contudo, se antes cabia ao Estado garantir condições de salubridade da água, espaços higienizados, etc., para que a população pudesse ser desvinculada de perigo quanto a sua continuidade, agora a noção de prevenção está baseada na ideia de mapeamento dos riscos. Estes não mais se restringe aos riscos específicos e imediatos que tanto um indivíduo ou uma população esteja em situação eminente de acometimento, mas uma associação de diversas condições que tornam o *risco* em uma probabilidade. Desse modo, Paul Rabinow corrobora que é essencialmente, uma “[...] vigilância, não do indivíduo, mas sim de prováveis ocorrências de doenças, anomalias, comportamentos desviantes a serem minimizados, e de comportamentos saudáveis a serem maximizados” (RABINOW, 1999, p.145).

No fim, melhores condições de vida e superação da doença são os pilares sobre a qual se otimiza pesquisas de cunho genético, isto se deve em grande medida devido à vida ter se tornado na modernidade uma espécie de marco da qual se relacionam fatores que a tornam próspera. Foucault entendeu rapidamente que “[...] sob condições neoliberais o mercado seria a instância a partir da qual se decidiria a manipulação do genoma humano, tornando irrelevante

¹⁶² Cf. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, p. 199.

toda e qualquer discussão ética” (DUARTE, 2008, p. 7). Sendo assim, todas as variáveis biológicas são perpassadas, seja pelos avanços científicos, tecnológicos, seja pelas técnicas governamentais, de forma cada vez mais impactante sobre as formas de regular a população e tudo que a cerca. E é justamente “em termos de constituição, de crescimento, de acumulação e de melhoria do capital humano¹⁶³ que se coloca o problema político da utilização genética” (FOUCAULT, 2008b, p. 314).

Por outro lado, aqui situarmos que tanto a vida como o ambiente são dois fatores imprescindíveis da realização e fomento de saberes que visam potencializá-los, criar condições plenas de existência social, política e também econômica. O problema é que com a racionalidade neoliberal que se desenvolve com base em tecnologias que otimizam a vida, traz uma mudança no modo de pensar e sentir, fazendo com que esse aumento do fenômeno da vida deixe de ser apenas um ideal para se tornar um negócio, incentivado constantemente, se tornando até mesmo uma obrigação. De modo geral, ao invés de suscitar correção e punição, o biopoder contemporâneo zela por “triar (*screen*) e intervir” (ROSE, 2010, p. 213), construindo assim modos de efetivar o controle do corpo e reger a população em vias moleculares¹⁶⁴.

Foucault lança mão de um argumento importante da nossa pesquisa, quando ele explica que o *capital humano* é composto, a saber “de elementos que são elementos inatos e de outros que são elementos adquiridos” (FOUCAULT, 2008b, p. 312). O que seriam tais elementos inatos? Bem, teriam nesse conjunto os elementos que se caracterizam como hereditários e os que são inatos. Para os economistas, a constituição do capital humano se torna pertinente porque esse capital será constituído com o uso de recursos raros. Sobre isso, a “genética atual mostra muito bem que um número de elementos muito mais considerável do que se podia imaginar até hoje [é] condicionado pelo equipamento genético que recebemos dos nossos ascendentes” (FOUCAULT, 2008b, p. 313).

¹⁶³ “Formar capital humano, formar, portanto, essas espécies de competência máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer investimentos educacionais. [...] poder-se-ia fazer igualmente a análise dos cuidados médicos e, de modo geral, de todas as atividades relativas à saúde dos indivíduos, que aparecem assim como elementos a partir dos quais o capital humano poderá ser primeiro melhorado, segundo ser conservado e utilizado por maior tempo possível” (FOUCAULT, 2008b, p. 317 – 318).

¹⁶⁴ Desde meados do século XVIII o poder se exerce no nível da vida, por isso, é possível constatar uma série de investimentos sobre esta nos últimos séculos, pois “Seja como for, a era moderna continuou a operar sob a premissa de que a vida, e não o mundo, é o bem supremo do homem” (ARENDRT, 2010, p. 398). O poder sobre a vida designa em certos aspectos modos que induzem aos indivíduos agir sobre ele mesmo a partir de parâmetros de autoridades que determinam os discursos sobre vida e saúde. Sendo assim, os indivíduos emergem por meio de prática sobre o caráter vital de sua existência, no que tange as intervenções sobre o conjunto das populações em nome da vida. Trata-se, é o que nos parece, da construção de um projeto de governamentalidade da vida por meio da gestão dos fenômenos mentais: “[...] se as disciplinas moldavam os corpos ao construir hábitos na memória corporal, as sociedades de controle modulam os cérebros” (LAZZARATO, 2006, p. 86).

E, segue reiterando, que atualmente um dos interesses que existe com relação à aplicação da genética sobre as populações seria a possibilidade de se reconhecer indivíduos de riscos e quais os riscos que lhes seriam propensos. Neste caso, se considerássemos apenas a hereditariedade genética natural, cremos que a potencialidade de nascermos com risco eminente de desenvolver alguma enfermidade é algo que não somos culpados. Contudo, quando se estabelece quais tipos de indivíduos são considerados de riscos, quais “os bons equipamentos genéticos — isto é, [os] que poderão produzir indivíduos de baixo risco ou cujo grau de risco não será nocivo, nem para eles, nem para os seus, nem para a sociedade” (FOUCAULT, 2008b, p. 313). Certamente serão raros equipamentos genéticos bons, e justamente por ser algo raro, não será nada inesperado os cálculos econômicos que será submetido.

O que percebemos nesta conjuntura um tanto emblemática que Foucault nos apresenta é que esse mecanismo de produção dos indivíduos perpassa toda uma problemática econômica e social quando considera ser raro obter bons equipamentos genéticos. Isto quer dizer que caso um indivíduo opte por ter um filho “cujo capital humano [...] seja elevado, fica claro que será necessário, [...] todo um investimento” (FOUCAULT, 2008b, p. 314). Contudo, precisamos nos atentar para uma tese lançada pelo autor, que mesmo a genética traga inquietações, não é compatível analisá-la a partir dos termos do racismo tradicional, por exemplo. Deve-se apreender as implicações do desenvolvimento da genética na própria atualidade, com questões reais que ela suscita. Pois, de fato, quando uma sociedade se coloca os problemas da melhoria do seu capital humano, decorrerá discussões com relação a controle, filtragem, “é, portanto, em termos de constituição, de crescimento, de acumulação e de melhora do capital humano que se coloca o problema político da utilização da genética” (FOUCAULT, 2008b, p. 314).

No dizer de Sibilia (2010, p. 06) devido às transformações ocorridas ao nível econômico, político e sociocultural houve uma intensificação das ramificações biopolítica, isso ocorre segundo ela, porque essa mecânica de poder que promove a vida, se mantém como um dos principais vetores que orientam a estrutura social da contemporaneidade. Sendo assim, é a vida o cerne de investimentos de toda ordem, então temos as subjetividades e os corpos em destaque¹⁶⁵. E, a vida não escapa à lógica do mercado¹⁶⁶, por que ver-se como potencialmente rentável, é o mecanismo racional que torna a existência um produto:

¹⁶⁵ Para Candioto e D’Espíndula, “este investimento na vida é atualmente acompanhado de uma retomada das relações de poder sobre o corpo de forma muito mais sutil. O prolongamento da vida é correlato de uma nova normalização do corpo, que há algum tempo é objetivado a partir da medicina estética” (CANDIOTO; D’ESPÍNDULA, 2013, p. 40).

¹⁶⁶ “Foucault pensa o mercado como a instância suprema de formação da verdade no mundo contemporâneo, para muito além da velha ficção jusnaturalista, segundo a qual o certo e o errado, o permitido e não permitido, definem se por meio da reconstituição da maquinaria jurídico-política que culminou com a definição do poder soberano.

Quando a racionalidade instrumental se impõe como uma linguagem universal, capaz de estender a todos os domínios sua lógica do cálculo, da técnica e do mercado sem deixar nada de fora, não espanta que a própria vida também seja tratada nesses termos. Assim como ocorre com todos os outros vetores da ação pública e privada, as biopolíticas contemporâneas foram absorvidas pelo ‘espírito empresarial’ e pelas doutrinas mercadológicas que o insuflam: um modo de funcionamento que permeia todas as instituições e recobre todos os âmbitos. Em consequência, tanto a vida de cada indivíduo como a da espécie humana — e, inclusive, a do conjunto da biosfera — são pensadas e tratadas, hoje, de acordo com essas regras do jogo cada vez mais monopólicas. É nesse sentido que todo e qualquer corpo é considerado, também e de modo crescente, um ‘capital’ (SIBILIA, 2010, p. 07).

Fica evidente, portanto, que a produção da vida é perpetuada por novas instâncias, não mais se restringe ao homem, mas tudo que o cerca, tudo que ecoa vitalidade. Esse fato representa o momento que poder e saber conectam-se aos mecanismos estruturando as sociedades em tempos distintos. Porque essencialmente “em cada período histórico, um regime de poder e saber delinea certos tipos de corpos e ‘modos de ser’, estimulando o desenvolvimento de determinadas disposições corporais e subjetivas, tanto no plano individual como no coletivo [...]” (SIBILIA, 2010, p. 07). Já evidenciava Foucault que haveria possibilidade em conectar “[...] o *homo oeconomicus* do neoliberalismo, a teoria do capital humano e a biogenética, anunciando assim o momento em que genética e economia se fundirão, determinando as condições nas quais o processo de individuação se dará” (DUARTE, 2008, p. 8). Este processo culmina na construção de um indivíduo governável que por livre escolha submete-se a ter sua conduta guiada pelos parâmetros desse sujeito gestor de si que coaduna com os saberes biogenéticos, e assim é determinado pelas leis do mercado.

Para Duarte, Foucault “descobriu [...] a gênese do indivíduo que estamos preste a nos tornar, ou seja, o indivíduo plenamente governável e manipulável por meio das leis econômicas de mercado associadas às determinações científicas da biogenética” (DUARTE, 2008, p. 8). Por conseguinte, a conexão do *homo oeconomicus*, teoria do capital humano e a manipulação genética foi lançada por Foucault, ao perceber que a economia neoliberal determinaria as condições em torno das manipulações genéticas que visam potencializar as habilidades do homem. Em outras palavras, chegara o momento em que os avanços em torno das novas possibilidades abertas pela técnica passariam pelo mercado:

Um dos interesses atuais da aplicação da genética às populações humanas é o de permitir reconhecer os indivíduos de risco e o tipo de risco que os indivíduos correm ao longo de sua existência. Vocês me dirão: quanto a isso, não podemos fazer nada, nossos pais nos fizeram assim. Por certo, mas quando se pode estabelecer quais são

Foucault interessa-se, então, pelas formas flexíveis e sutis de controle e governo das populações e dos indivíduos, tal como elas se exercem por meio das regras da economia do mercado mundializado, para além dos domínios limitados da soberania política tradicional” (DUARTE, 2008, p. 6-7)

os indivíduos de risco, e quais são os riscos de que uma união de risco produza um indivíduo que terá tal ou qual característica quanto ao risco de que é portador, pode-se perfeitamente imaginar o seguinte: é que os bons equipamentos genéticos — isto é, [aqueles] que poderão produzir indivíduos de baixo risco ou cuja taxa de risco não será nociva para eles, para seus próximos ou para a sociedade — esses bons equipamentos genéticos vão certamente se tornar algo raro, e na medida em que serão algo raro podem perfeitamente [entrar], e é normal que entrem, no interior dos circuitos ou dos cálculos econômicos, isto é, nas escolhas alternativas. Em termos claros, isso vai significar que, dado meu equipamento genético, se quero ter um descendente cujo equipamento genético seja pelo menos tão bom quanto o meu, ou, na medida do possível, melhor, vou ter que encontrar alguém com quem me casar cujo equipamento genético também seja bom. E vocês veem claramente como o mecanismo de produção dos indivíduos, a produção de filhos, pode reencontrar toda uma problemática econômica e social a partir do problema da raridade de bons equipamentos genéticos. E se vocês quiserem ter um filho cujo capital humano, entendido simplesmente em termos de elementos inatos e de elementos hereditários, seja elevado, verão que, da parte de vocês, será preciso todo um investimento, isto é, ter trabalhado o suficiente, ter renda suficiente, ter um estatuto social que lhes permitirá assumir como cônjuge ou como co-produtor desse futuro capital humano alguém cujo capital também será importante. Eu lhes digo isso de forma alguma beirando a brincadeira; é simplesmente uma forma de pensar ou uma forma de problemática que se encontra atualmente em estado de emulsão (FOUCAULT, 2008b, p. 234).

Nesta perspectiva, a economia tornou-se o campo em que buscam-se aumentar o poder das grandes corporações, extraindo da própria vida os elementos que giram a economia como alvo governável, por isso, uma bioeconomia. Em certo sentido, a economia caminha na direção de estabelecer um valor financeiro sobre a vida, e seus vetores são comerciais, éticos, conceituais que, “abrangem o atômico, o celular, o orgânico, os espaços de práticas (laboratórios, clínicas, consultórios, fábricas), as cidades e suas economias” (ROSE, 2013, p. 62). Quando se percebeu os resultados que a experimentação com seres humanos representava para a garantia de melhor qualidade de vida, tivemos inovadoras técnicas que possibilitaram a introdução de novos mecanismos que podem tornar mais longa a existência humana. Por isso, observamos que no decorrer do século XX, vimos ser posto em prática uma série de procedimentos tais como, tratamentos, medicamentos, mesmo que nem sempre tão exitosos.

Destarte, o mercado da indústria farmacêutica se tornou muito lucrativo, afinal, todo conhecimento médico demanda em certa medida o desenvolvimento de medicamentos que supram as necessidades identificadas pelo médico em um corpo doente e, por outro lado, viabiliza a fabricação de remédios preventivos¹⁶⁷. Conseqüentemente, uma vez que os sujeitos

¹⁶⁷ “Os novos circuitos de biovalor, e os novos mercados que eles povoam, não apenas criam novas possibilidades para a geração de riqueza, mas também incorporam e criam novos valores éticos. À medida que a própria vida é pervagada pelas relações de mercado e se torna produtora de riqueza, a moralidade que governa algumas formas de troca econômica está sendo redesenhada. Em uma econômica em que a vitalidade dos processos biológicos pode ser comprada e vendida, a ética torna-se ora uma mercadoria comercial, ora uma indústria de serviço a título próprio” (ROSE, 2013, p. 216 – 217).

são classificados como doentes, são pacientes e assim, “consumidoras de tratamentos, terapias e medicamentos, que transformam o próprio corpo e a mente em origem dos problemas que, na lógica patologizante, deveriam ser sanados individualmente” (MOYSÉS; COLLARES, 2013, p. 17).

Desse modo, tendo a saúde convertida como “objeto de consumo que pode ser produzido por uns — laboratórios farmacêuticos, médicos, etc. — e consumido por outros — os doentes potenciais e atuais —, a saúde adquiriu importância econômica e se introduziu no mercado”. (FOUCAULT, 2010, p. 188). Toda a economia passa a girar em torno da captura biológica, ao obter informações a fim de, por exemplo, transformar uma célula vegetal em uma possibilidade farmacológica e até mesmo transformar células humanas em uma possibilidade de criação de novas espécies. Sendo assim, a biotecnologia é a ponta da lança dessa nova economia que recobre a existência genética do ser vivo. Este é o momento mais contundente de retorno do sucesso dessa nova economia, que desde o século XIX, não apenas a saúde começa a ser pensada, mas toda uma criação das condições de melhor viver. Assim, por exemplo, não basta ter saúde e morrer até setenta anos, quer-se ter saúde e morrer com mais de cem anos, ampliando a potência dessa vitalidade em sua força muscular e intelectual:

Como todas as novas tecnologias, o aprimoramento cognitivo pode ser bem utilizado ou não. Devemos acolher os novos métodos de aprimoramento das funções cerebrais. Em um mundo onde áreas de trabalho e a expectativa de vida estão aumentando, as ferramentas de aprimoramento cognitivo — incluindo as farmacológicas — serão cada vez mais úteis para melhorar a qualidade de vida e aumentar a produtividade do trabalho, mas podem ser usadas também para evitar o declínio cognitivo normalmente causado pelo avanço da idade ou por patologias. O melhoramento cognitivo seguro e eficaz beneficiará tanto o indivíduo quanto a sociedade¹⁶⁸. (GREELY et al. 2008, p. 705, tradução nossa).

Essa ideia de ampliação torna-se um motor que gera a *bioeconomia*, por isso remédios, próteses e recombinação dos genes permitirão que nossos corpos se tornem elementos necessários para que a própria economia se manifeste em sua totalidade. Como pensar essa economia, já que tudo hoje virtualmente se tornou econômico? Antes se tinha uma relação muito clara entre o sistema monetário (moeda, dinheiro, terra) e a produção de capital (os bens de consumo-carros, casas, roupas), agora, porém, a economia entra em um cenário muito específico que é justamente esse momento em que a vida e tudo vira mercado. É possível, por

¹⁶⁸ “Like all new technologies, cognitive enhancement can be used well or poorly. We should welcome new horizons of improving our brain function. In a world in which human workspans and lifespans are increasing, cognitive enhancement tools — including the pharmacological — will be increasingly useful for improved quality of life and extended work productivity, as well as to stave off normal and pathological age-related cognitive declines [Beddington, J. et al. Nature, n. 455, p. 1.057-1.060, 2008]. Safe and effective cognitive enhancers will benefit both the individual and society

exemplo, que se cruze uma espécie animal e uma vegetal ou uma célula vegetal com uma animal, fabricando assim um novo ser que até então não existia na natureza, pois “A natureza não é mais vista como um conjunto de restrições, e sim como um processo de ‘avanço criativo’” (RIFKIN, 1999, p. 231).

A partir dos postulados da ciência econômica, o homem é entendido como reserva de capital e assim todas as prerrogativas que o incrementem poderá ser “[...] investido de um valor positivo: cada pessoa deve — porque é economicamente conveniente, mas também porque é ‘moralmente bom’ — aumentar suas habilidades, competências e destrezas a partir de ‘investimentos’ constantes” (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 38). Evidentemente, a economia cria também um campo interpretativo que nos faz pensar a partir dessa lógica lucrativa do humano sem que isso seja algo repulsivo, mas natural. Logo, esse movimento da bioeconomia demonstra que virtualmente não tem mais limite do que pode produzir. Portanto, a partir desse entendimento, a distinção clássica que separava aqui que não é humano, ou seja, é comercializável “[...] mercantilizável — e o que é humano — material não legitimado para tal mercantilização — já não realiza o trabalho que é exigido para resolver a questão: que a própria distinção é o que está em jogo na política da bioeconomia contemporânea” (ROSE, 2013, p.65).

Quando analisamos a economia tradicional existia um limite produtivo determinando o que se poderia realizar. Com a materialidade do biológico não há uma definição prévia, em razão de “Entregue às novas cadências da tecnociência, o corpo humano parece ter perdido a sua definição clássica e a sua solidez analógica: inserido na esteira digital, ele se torna permeável, projetável, programável” (SIBILIA, 2002, p. 18). Portanto, essa economia sai de sua plataforma tradicional — operar sobre uma matéria-prima determinada como, pedra, ferro, madeira — e trabalha em um local onde a matéria-prima é virtualmente ilimitada¹⁶⁹.

Além disso, proporciona a organização de informações que podem fazer com que se conheça sobre toda a vida no planeta, desafiando os limites desde o controle das espécies até a possibilidade de transformá-las em novos seres, reinventar suas potencialidades. Há, portanto, “[...] um crescimento qualitativo em nossas capacidades de manipular nossa vitalidade, nosso desenvolvimento, nosso metabolismo, nossos órgãos e nossos cérebros¹⁷⁰” (ROSE, 2013, p.

¹⁶⁹ “Para Heidegger, a vida humana também seria tratada como um sistema disponível de informações, o que exatamente ocorre hoje com o genoma humano, a manipulação de embriões, o cultivo das células-tronco, a produção de órgãos, a genoterapia, etc. Desterritorializado, não mais percebido em sua inteireza e originalidade metafísicas, o corpo humano é transformado em um estoque virtualmente ilimitado de células, tecidos e órgãos: em um ‘banco de dados’ de informação molecular-digital, um ‘fundo de reserva’”(LIMA, 2010, p. 244).

¹⁷⁰ “[...] poderíamos definir, à falta de melhor opção, as novas relações de poder que têm como objeto a memória e seu *conatus* (a atenção) como *noopolítica*. A *noopolítica* (conjunto das técnicas de controle) se exerce sobre o cérebro, atuando em primeiro lugar sobre a atenção para controlar a memória e sua potência virtual. [...] se as

17). A partir desse conhecimento molecular da vida há incidência de um conjunto de técnicas altamente sofisticadas que conseguem intervir na vida molecularmente pelas “técnicas de cortar e juntar o gene, a reação em cadeia da polimerase para a criação de múltiplas cópias de segmentos exatos de DNA fora de sistemas vivos, [...] a fabricação de organismos com ou sem sequências específicas de genes” (ROSE, 2013, p. 27).

Consequentemente, a biopolítica está interconectada com as diretrizes econômicas, que envolve organizações estatais, laboratórios e outras instituições. Fomentar e manter a vida é uma meta que não se altera, mas que se alia às exigências do mercado, gerando altos investimentos, uma vez que, “[...] a vitalidade é anatomizada neste nível, a intervenção já não é restringida pela normatividade conferida por determinada ordem vital” (ROSE, 2013, p. 27). Estas relações sobre os quais mantêm indivíduos e os novos tratamentos, num percurso excessivamente subjetivamente, representa aquilo que Rose chama de *etopolítica*. Que se refere às “[...] tentativas de modelar a conduta dos seres humanos mediante influências de sentimentos, crenças e valores — em resumo, agindo sobre a ética” (2013, p. 36), se refere às técnicas aplicadas pelos indivíduos sobre si mesmos, melhorar a si mesmo. Wiener (1954, p. 95 Apud Ferreira, 2003, p. 105) diz que: “Não passamos de remoinhos num rio de água sempre a correr. Não somos material que subsista, mas padrões que se perpetuam a si próprios”.

Em vista disso, a tecnociência opera sobre as diversas esferas do mundo contemporâneo, conectando-se aos múltiplos processos de objetividade científica que integram os organismos sob a lógica capitalista, criando diferentes arranjos artificiais. Além disso, constantemente surgem novas possibilidades de se intervir tecnologicamente sobre a vida e cada segmento induz mudanças em como se organiza a regulação, seleção dos novos modos de existir, uma vez que não se limita à vida humana, mas que se ramifica sobre o ambiente e os diversos espaços de produção científica.

Para tanto, o campo aberto pelas biotecnologias permite que técnicas e estratégias alimentem pesquisas laboratoriais com a recombinação genética, estreitando a relação entre ciência e tecnologia. Por isso, “[...] os laboratórios deste início de século [...] emanam saberes e aparelhagens capazes de dar à luz novas espécies, envolvendo as mais diversas combinações do orgânico e do inorgânico, do natural e do artificial” (SIBILIA, 2002, p. 50). De acordo com Lecourt, Gilbert Simondon insistiria “no fato de o indivíduo ser sempre apenas uma fase provisória e até precária do processo que coloca em confronto uma realidade em devir e o meio com que ela se encontra relacionada — o seu ‘meio associado’”. (LECOURT, 2003, p. 76).

disciplinas moldavam os corpos ao construir hábitos na memória corporal, as sociedades de controle modulam os cérebros [...]” (LAZZARATO, 2006, p. 86).

4.3 A CONSTRUÇÃO DO CAMPO ANTROPOTECNOLÓGICO E NOVOS MODOS DE FABRICAÇÃO DA VIDA

Peter Sloterdijk preconizou uma grande polêmica ao apresentar, em 1999, a conferência, conferência intitulada *Regeln für den Menschenpark: Ein Antwortschreiben zu Heideggers Brief über den Humanismus* (Regras para o parque humano: uma carta em resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo), não sem razão de ser, e, um dos pontos abordados se refere à possibilidade da intervenção biotecnologia¹⁷¹ no desenvolvimento da espécie humana¹⁷². Na ocasião proferiu duas premissas importantes, a primeira corresponde a afirmação do autor que a era de predominância da técnica e antropotécnica tornariam o homem do lado ativo da seleção. Por isso, segundo ele, “[...] há um desconforto no poder de escolha, e em breve será uma opção pela inocência recusar-se explicitamente a exercer o poder de seleção que de fato se obteve” (SLOTERDIJK, 2000, p. 45). Com essa fala Sloterdijk trouxe à baila uma série de questionamentos já vislumbrados e ainda pontuou a segunda premissa, deixando claro um tom de incerteza e obscuridade diante de um futuro que se tornava cada vez mais evidente evolutivamente:

Se o desenvolvimento a longo prazo também conduzirá a uma reforma das características da espécie — se uma antropologia futura avançará até um planejamento explícito de características, se o gênero humano poderá levar a cabo uma comutação do fatalismo do nascimento ao nascimento opcional e à seleção pré-natal (SLOTERDIJK, 2000, p. 47).

A partir da correlação entre o progresso da tecnociência e os desdobramentos da biopolítica, Sloterdijk (2000) corrobora a ideia da aproximação da política com as estratégias de regulação da população no que ele chama de *parque humano*. Enfatizando que este novo horizonte que se aproxima, a engenharia genética poderia fundamentar uma relação

¹⁷¹ Francis Fukuyama é um dos autores que ao observar os avanços no campo biotecnológico, retomam uma premissa de crítica, enfatizando a ameaça que a própria natureza humana sofre enquanto barreiras vão se quebrando. Lecourt pondera essa crítica, ao evidenciar que “as ciências da vida nos mostram hoje que, no ser humano, não existe nem nunca existiu um núcleo biológico intangível a que se possa chamar ‘natureza’ para erigi-lo como referência absoluta — logo intangível — dos sistemas normativos que estruturam as nossas sociedades, tanto pelo direito como pela política. A questão é tanto mais grave porque esta noção não é apenas um conceito abstrato da filosofia política ocidental. Foi inculcada aos cidadãos como uma evidência da vida, associada a um sistema de outras noções como as de pessoas e de indivíduo, assim como à representação do aparelho cognitivo e psicológico do ser humano” (LECOURT, 2003, p. 48).

¹⁷² Conforme Sloterdijk, “Com o estabelecimento midiático da cultura de massas no Primeiro Mundo em 1918 (radiodifusão) e depois de 1945 (televisão) e mais ainda pela atual revolução da Internet, a coexistência humana nas sociedades atuais foi retomada a partir de novas bases. Essas bases, como se pode mostrar sem esforço, são decididamente pós-literárias, pós-epistolares e, conseqüentemente, pós-humanistas. Quem considera demasiado dramático o prefixo “pós—” nas formulações acima poderia substituí-lo pelo advérbio ‘marginalmente’ — de forma que nossa tese diz: é apenas marginalmente que os meios literários, epistolares e humanistas servem às grandes sociedades modernas para a produção de suas sínteses políticas e culturais” (SLOTERDIJK, 2000, p. 14).

extremamente difusa entre homens e a domesticação de comportamentos, “diante de um processo de civilização em que uma onda desinibidora sem precedentes avança de forma aparentemente irrefreável” (SLOTERDIJK, 2000, p. 46). Um dos marcos da era moderna é o fato das relações de poder estarem sempre mais compactadas, assim como seus mecanismos sendo constantemente promovido pelos novos saberes, fazendo-os alcançar novos espaços. Fato esse impactado pela constante necessidade do biopoder se reinventar, ajustar-se às possibilidades de linhas de fuga.

O biopoder, assim como a técnica, parte da existência de um campo de recursos que podem ser utilizados, objetificados e manipulado tecnicamente, de modo a reduzir as forças da natureza a uma matéria-prima. Seguindo Rabinow (1999), “Michel Foucault identificou o poder ‘biotécnico’ como a forma caracteristicamente moderna do poder” (RABINOW, 1999, p. 135). Foucault na obra *A vontade de saber* assinalava sobre a probabilidade de um excesso de biopoder que surgiria quando o homem detivesse a possibilidade técnica e política de não apenas organizar a vida, “mas de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo, de fabricar algo monstruoso, de fabricar — no limite — vírus incontrolláveis e universalmente destruidores. Extensão formidável do biopoder que [...] ultrapassará toda a soberania humana” (FOUCAULT, 1999, p. 303).

A partir dessa análise, temos como exemplo as relevantes pesquisas biotecnológicas que não estão assentadas apenas sob as condições de uso como de cosméticos diversos, inserção de artefatos. Assim como não almejam apenas, segundo Sibilía (2002) ampliar as potencialidades e/ou capacidades do homem, mas há nelas algo além, “elas apontam para bem mais longe: possuem uma ‘vocação ontológica’, uma inspiração transcendentalista que enxerga no instrumental tecnocientífico a possibilidade de criar vida” (SIBILIA, 2002, p. 50).

As condições de produção da vida podem ser visualizadas a partir de diferentes modos, pois representam a criação de instrumentais altamente sofisticados que recriam as bases do que convencionalmente ficara a cargo das incumbências naturais. A definição de vida, como já destacado, foi redefinida quando se volta um olhar técnico sobre ela, compreendendo que o conhecimento obtido pelas ciências da vida fomenta os alcances que podem ser obtidos em sua modelação. Mas, o fabricar não se restringe à questão, por exemplo, das novidades nas formas de reprodução que, aliás, representam bem a eficiência técnica da ciência contemporânea. Mas refere-se a todos os tipos de mecanismos que dão suporte para que a vida se reinvente, isto é, criar as condições para a vida perpetuar.

As antropotecnologias representam, então, um claro movimento do que Sibilía (2002) evoca como tecnociência contemporânea, que longe de objetar fins mirabolantes, tem

objetivamente as condições de “redefinir todas as fronteiras e todas as leis, subvertendo a antiga prioridade do orgânico sobre o tecnológico e tratando os seres naturais preexistentes como matéria-prima manipulável” (SIBILIA, 2002, p. 50). Os diversos segmentos do corpo têm sido nas últimas décadas artificialmente reinventado, a fim de otimizar a vida com as técnicas de várias funcionalidades. As biotecnologias parecem operar sobre o sentido da vida, e a genética marca uma nova etapa ao transformar o modo como as biotecnologias até então eram fomentadas:

Uma lógica política diferenciada vem se instaurando quando se passa a conceber a totalidade da própria natureza como um espaço de transitividade virtualmente perfeita. Algo novo existe em conceber o mundo natural a partir de um alfabeto de bases nitrogenadas, ou seja, a partir de instruções moleculares que expressariam a totalidade da vida tal como a conhecemos ou possamos conhecer. Entender as regras dessa produção significa aceitar uma linguagem elementar a partir da qual, em princípio, seria possível a perfeita troca de informações genéticas entre os seres (FERREIRA, 2003, p. 98).

Reiteramos que a inovação desse processo é que, com as novas técnicas, a vida pode ser modificada biologicamente. Devido às “muitas experiências na anatomia, os séculos XIX e XX são dominados pela teoria celular na biologia e pela patologia celular na medicina. Por fim, a ciência decifra o código genético, e o século XXI entra de maneira irreversível nas biotecnologias” (NOVAES, 2003, p. 8). Ou seja, as propriedades vitais do homem deixam de estar restritas ao corpo da disciplina ou corpo espécie e reside nas moléculas. Sendo assim, tem sido produzida uma transformação que consiste no fato de que a vida já não está mais ligada ao corpo, mas ao equipamento genético. Esse fenômeno de molecularização¹⁷³ da vida conecta-se com os novos modos de subjetivação e otimização da corporeidade. A vida é cada vez mais vista como um código que pode ser reescrito, e a “[...] biologia não é mais concebida como uma ciência da descoberta, que registra e documenta os processos da vida, mas sim como uma ciência da transformação, que cria a vida e ativamente muda organismos vivos” (LEMKE, 2011, p. 94 – 95, tradução nossa).

Na obra *O século da biotecnologia. A valorização dos genes e a reconstrução do mundo*, Rifkin evidencia muitas noções importantes a respeito dos desafios e probabilidades sobre os efeitos da engenharia genética¹⁷⁴, por ser uma tecnologia moderna que conecta saberes

¹⁷⁴ “A utilização desses dispositivos suscitados pela engenharia genética traz à tona ferramentas de remodelagem do código genético, e o DNA recombinado, tornar-se 'um tipo de máquina de costura biológica que pode ser usada para unir o tecido genético de organismos não relacionados'” (RIFKIN, 1999, p. 12). O uso da biotecnologia moderna estabelece formas de tornar útil economicamente os dados genéticos recombinados, originando novos seres. A cada nova descoberta, fabricação ou intervenção em cadeia genética condiciona as empresas a patente da criação, por isso, é algo relativamente viável que na medida que os avanços moleculares, biogenéticos se acentuem

como, biologia e informática na fabricação do vivo, algo bastante simbólico do momento que vivemos. Para ele, estamos inseridos no processo biotecnológico e isso traz implicações notadamente singulares daquilo que pode ser construído e de que forma isso reflete na existência humana. Já que a biologia possui ferramentas que possibilitam remodelar a vida, e assim, “Concepções há muito consolidadas sobre a natureza, incluindo nossa própria natureza, deverão ser repensados. Muitas práticas antigas referentes a sexualidade, reprodução, nascimento e parentesco serão parcialmente abandonadas” (RIFKIN, 1999, p.02).

Para Sibilía (2002, p. 171) é justamente essa possibilidade aberta com a política e a técnica em fabricar algo vivo, como já destacado por Foucault, que se torna o novo campo aberto por esta *tecnociência fáustica*. Enquanto a pretensão do biopoder já inicialmente se conjectura na busca por prolongar a vida, multiplicar suas possibilidades e suprimir riscos. Em contrapartida, “atizada pelos influxos fáusticos, nas formas atuais do biopoder é intensificada essa vontade de aumentar, prolongar, multiplicar a vida, bem como [...] corrigir ou alterar suas ‘deficiências’ — entendidas como ‘erros digitais’ fatalmente inscritos nos códigos genéticos” (SIBILIA, 2002, p. 171).

Para o Rifkin, assistimos a uma incessante reestruturação na forma de entender os processos da vida, porque “A revolução biotecnológica obrigará cada um de nós a espelhar seus valores mais íntimos, levando-nos a ponderar sobre a questão máxima da finalidade e sentido da existência. Essa pode acabar sendo sua mais importante contribuição” (RIFKIN, 1999, p. 248). Isto é, as possibilidades que tem se desenhado pelas tecnologias trouxeram novos desafios para o humano. Desde meados do século XX¹⁷⁵, começamos a visualizar a vida no nível molecular, submetida também a novos jogos de verdade¹⁷⁶, em que “novas ciências neurológicas e comportamentais forjam laços diretos entre o que fazemos — como nos

este seja um aspecto cada vez mais dominante. Logo, torna-se algo possível que “[...] a totalidade dos aproximadamente 100 mil genes que compõem o legado genético de nossa espécie sejam patenteados, passando a ser propriedade intelectual de empresas globais do setor agrícola, químico, biotecnológico ou farmacêutico”¹⁷⁴ (RIFKIN, 1999, p. 66).

¹⁷⁵ “[...] no final do século XX a tecnociência de alcance molecular estimulou a revisão dos conceitos filosóficos herdados da antiga visão do mundo, disseminando suas propostas e ambições para fora dos laboratórios. Hoje, com a sua mútua inspiração fáustica, as novas ciências da vida se aliam à teleinformática de maneira cada vez mais intrincada, numa junção das duas vertentes mais significativas da tecnociência contemporânea. Com seu paradigma digital, sua tendência virtualizante e seu embasamento na informação imaterial, ambos os tipos de saberes e ambos os conjuntos de técnicas estão sendo aplicados aos corpos, às subjetividades e às populações humanas, contribuindo para a sua produção” (SIBILIA, 2002, p. 78 – 79).

¹⁷⁶ Segundo Rose, “[...] essas relações com nós mesmos estão sendo transformadas em novos jogos da verdade em que nos vemos envolvidos. Novas ciências neurológicas e comportamentais forjam laços diretos entre o que fazemos — como nos conduzimos a nós mesmo — e o que somos. Esses jogos de verdade atuam em um nível molecular, o nível dos neurônios, dos pontos receptores, dos neurotransmissores, das sequências exatas dos pares de bases, em localizações particulares naquilo que agora pensamos como sendo o genoma humano. Esses fenômenos moleculares, tornados visíveis e transformados nas determinantes de nossos humores, desejos, personalidades e patologias, tornaram-se o alvo de novas técnicas farmacêuticas” (ROSE, 2013, p. 45).

conduzimos a nós mesmos — e o que somos” (ROSE, 2013, p. 45). O campo do poder contemporâneo tem a vida como potencialmente moldável, implicando na preeminência de fabricar tecnologicamente novas variações de vida. Fato esse que faz com que o biopoder se torne mais amplo, não mais ligado apenas aos controles sobre os corpos no sistema econômico e social no capitalismo industrial. Além disso, não apenas se vincula com as variantes biológicas da espécie humana, mas que capitaliza toda a vida — humana ou não — em um processo constante de administração e controle nos diferentes campos de inovações tecnológicas:

[N]o momento que uma sociedade formule a si mesma o problema do melhoramento do seu capital humano em geral, não pode não aparecer o problema do controle, da filtragem, do melhoramento do capital humano dos indivíduos, em função, certamente, das uniões e das procriações que resultarão [...]. E é, portanto, em termos de constituição, de crescimento, de acumulação, de melhoramento do capital humano que se coloca o problema político da utilização da genética. Os efeitos, digamos, racistas da genética são certamente algo que é preciso temer e que está longe de estar superado. Porém, não me parece que seja o eixo político principal na atualidade (FOUCAULT, 2008b, p. 234 – 235).

Para Lima (2010, p. 236 – 237), a partir da lógica biopolítica de produção da vida, a vida se modifica e passa a ser um bem de consumo. Neste sentido, o corpo é assujeitado a esta mesma lógica, por isso se torna disponível tecnologicamente. Trata-se na realidade de repensarmos o fim do corpo, do corpo biológico — com limites físicos e intelectuais — esse corpo com uma série de questões naturais que o impedem de ser expandido. Observando as análises de Haraway (2009), uma entusiasta e crítica dos avanços técnicos, essas transformações tecnológicas romperiam com a fronteira entre humano e a máquina.

Segundo Haraway, “as tecnologias de comunicação e as biotecnologias são ferramentas cruciais no processo de remodelação de nossos corpos” (HARAWAY, 2009, p. 64). Esta remodelação permitirá que as potencialidades do corpo sejam modificadas, ao que concernem à amplificação de força, agilidade, flexibilidade. Se historicamente a tradição ocidental delimitou uma distinção entre o natural e o artificial (*physis* e *techne*), essa fronteira segue sendo superada. Já Rabinow assinalava que esta nova genética irá remodelar a vida e toda a estrutura social, construindo novas sociabilidades e identidade em torno de discursos e práticas médicas que suscitam a autoprodução. Segundo Sibilia, o Projeto Genoma Humano coloca a corporeidade do homem como banco de dados a ser compreendido. Isto é, um código que se apresenta como uma espécie de “software, uma diferença mínima nas instruções da sequência — um erro na programação genética — pode determinar a presença ou a ausência de uma determinada doença, ou de um certo traço da subjetividade” (SIBILIA, 2002, p. 76).

Com prenúncios nos campos da biotecnologia, engenharia genética, medicina, nanotecnologia, robótica, etc., o futuro evolutivo obscuro e incerto que desponta, revela os prováveis procedimentos efetivos de autodomesticação que a humanidade utilizará, “diante de um processo de civilização em que uma onda desinibidora sem precedentes avança de forma aparentemente irrefreável” (SLOTERDIJK, 2000, p. 46). O homem encontra-se agora tendo diante de si os mecanismos pelos quais poderá operar a vida e todo o mundo a seu modo. Pois está “nas mãos de engenheiros genéticos e de outros pesquisadores que se dedicam à reprogramação da vida, cuja precisão e assepsia parecem se inspirar na lógica digital, aquelas rudezas analógicas da era industrial estão claramente superadas” (SIBILIA, 2015, p. 163).

Entretanto, embora pareça paradoxal, Nikolas Rose pondera que a utilização das novas tecnologias moleculares não tem em vista tornar o homem híbrido ou menos biológico como os usos da robótica, mas, na realidade, poder “transformá-lo no nível orgânico, remodelar a vitalidade a partir de dentro: no processo, o humano torna-se não menos biológico, mas ainda mais biológico” (ROSE, 2013, p. 37). Quando enfatizamos no capítulo inicial que para Foucault a biopolítica é uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população buscando “controlar (eventualmente modificar) a probabilidade dos eventos biológicos, em todo caso compensar seus efeitos” (FOUCAULT, 1999, p. 297). Denota no entendimento de Paula Sibilía um dado importante a ser corroborado, ao que pontuar que, “esse ‘eventualmente modificar’ que Foucault tinha colocado entre discretos parênteses é hoje exacerbado, graças às possibilidades [...] de se reprogramar o código e de se fabricar algo vivo” (SIBILIA, 2002, p. 171 – 172).

Note-se que a tecnologia biopolítica¹⁷⁷ tem na biogenética a possibilidade de instrumentalizar a técnica, intervindo para estabelecer previsibilidade das forças que o corpo pode ser maximizado quando utiliza mecanismos que aumentam e melhoram a potência da vida. Há um novo saber com tons inéditos e pretensões radicalmente novas, é no dizer de Sibilía (2002, p. 50), um saber fáustico, que aspira controlar a vida em todas as suas minúcias, tencionando superar as limitações biológicas que determinam a vida humana naturalmente, inclusive a própria morte. Parece ousado, mas a tecnociência moderna toma o discurso de dar fim a morte como uma meta possível, mas isso não seria tão improvável se observamos como

¹⁷⁷ Atualmente, destaca Nikolas Rose, “a biopolítica depende de um trabalho meticoloso no laboratório na criação de novos fenômenos, da massiva capacidade de processamento de um aparato que busca ligar as histórias médicas e as genealogias de família com as sequências genômicas, os poderes comerciais das companhias farmacêuticas, as estratégias regulatórias da ética da pesquisa, comitês de licenciamento de remédio e comissões bioéticas e, naturalmente, a busca de lucros e de valores acionistas que tais verdades prometem. É aqui, nas práticas do biopoder contemporâneo, que se devem encontrar novas formas de autoridade” (ROSE, 2013, p. 47).

as tecnologias da imortalidade tem se desenvolvido nos últimos anos. Destarte, “A vida, há muito tida como um trabalho manual de Deus, mais recentemente vista como um processo aleatório guiado pela ‘mão invisível’ da seleção natural, agora está sendo reimaginada como um instrumento artístico de incontáveis possibilidades” (RIFKIN, 1999, p. 235).

Não obstante, esse fenômeno da mortalidade é algo que esteve nas análises de Foucault, observando naquele momento que no início da era industrial já havia uma certa desqualificação da morte, ao não mais ser ritualizada na praça pública. O grande evento cheio de adereços, êxtase do suplício que levava incondicionalmente à morte foi gradualmente desaparecendo, e Foucault associou que este fenômeno seria resultado de novos mecanismos de poder (biopoder) que não mais se perpetua com a morte. Pelo contrário, se as sociedades de soberania tinham a morte como um valor simbólico, a partir dessas novas conjunturas a morte se torna algo vergonhoso, que precisa ser escondido.

No decorrer do tempo, a morte se torna ainda mais coagida, tornando-se efetivamente um acontecimento privado. Na verdade, tudo que pertence às aflições do corpo são expurgadas da visibilidade, pois, “É sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o biopoder estabelece seus pontos de fixação; a morte, portanto, se configura como aquele momento inefável que, sub-reptícia e definitivamente, lhe foge”. (SIBILIA, 2002, p. 53). O autor francês enfatiza posteriormente no volume *Em defesa da sociedade* que a morte seria o limite e a extremidade do poder, aquilo que está fora do seu domínio, pois só tem acesso por meio do domínio geral das estatísticas de mortalidade.

Nesses termos, o biopoder tinha nas sociedades industriais um mecanismo que limitava sua ação, a morte. Porém, adverte Sibilía, tal limitação está sendo desafiada pela tecnociência contemporânea, uma vez que “no processo de hibridização com a tecnologia, o corpo humano poderia se livrar de sua finitude natural. [...] Os engenheiros da vida se propõem a reformular o mapa de cada homem, alterar o código genético e ajustar sua programação” (SIBILIA, 2002, p. 54). Quando comparamos os dados demográficos atuais, observamos que ao longo dos anos a expectativa de vida se torna mais extensa. E o que defendemos, a partir das análises efetuadas, é a relação destes avanços como reflexo da nova racionalidade política que afeta a vida, e mais recentemente com as tecnologias tem se destacado no tanto que afetam os corpos:

Nossas ideias mesmas do que deve ser um ser humano normal foram possibilitadas pelos desenvolvimentos institucionais e técnicos historicamente específicos, principalmente pela própria biopolítica. Destarte, novas normas de capacidades humanas e de longevidade nasceram na desinfecção e higienização da existência urbana no século XIX; novas normas de recuperação e cura nasceram nos hospitais clínicos; novas maneiras de apresentar as relações entre destino, vida e saúde nasceram no desenvolvimento de conhecimentos epidemiológicos das distribuições da doença e de suas correlações sociais. Nossas normas vitais contemporâneas não

são menos, mas também não mais, modeladas por suas condições de formação do que aquelas das gerações anteriores. Por um lado, nossa própria personalidade está crescentemente sendo definida pelos outros, e por nós mesmos, em termos de nossas compreensões atuais das possibilidades e limites de nossa corporeidade. Por outro, nossa individualidade somática tornou-se aberta à escolha, à prudência, à responsabilidade, à experimentação, à contestação. Esse é, pois, o problema-espaco que define a biopolítica de nossa emergente forma de vida contemporânea (ROSE, 2013, p. 115).

Há quem veja as novas tecnologias com entusiasmo ou com receio, mas o fato é que esses aperfeiçoamentos podem beneficiar as pessoas, permitindo que suas capacidades cognitivas, por exemplo, sejam aumentadas. Em tal caso, “Cada vez mais, o espírito empresarial toma conta dos grandes empreendimentos tecnocientíficos, sendo as biotecnologias e a teleinformática as protagonistas eminentes dessa fusão” (SIBILIA, 2002, p. 177). Isto representaria as prováveis feitorias do homem ao ter aumentada suas funções cerebrais. Algumas ferramentas farmacológicas atualmente ajudam a melhorar a memória, o que seria útil para a qualidade de vida, o desempenho no trabalho e para evitar a diminuição cognitiva com a idade. Enfim, são muitos caminhos que podem ser seguidos quando utilizar essas tecnologias seguramente, trazendo resultados favoráveis para o indivíduo em si e para toda a sociedade:

Se novas drogas como o modafinil ou metilfenidato, ou técnicas para edição genômica, ou ainda próteses cerebrais e dispositivos tDCS [estimulação transcraniana de corrente contínua] se tornarem realmente eficazes e seguros para fins terapêuticos no futuro, não há razão alguma para supormos que eles não deveriam jamais ser usados para fins de aprimoramento cognitivo também. Esses “novos procedimentos” podem vir a nos ajudar a viver em ambientes que, provavelmente, serão ainda mais exigentes em termos cognitivos do que os ambientes em que vivemos atualmente (ARAÚJO, 2017, p. 10).

Para Nikolas Rose (2013, p. 48) na era da suscetibilidade biológica ressurgem um tipo de poder pastoral (que ele caracteriza como relacional¹⁷⁸) onde a figura do pastor passa a ser representado por um conselheiro genético. Mas diferente da noção apresentada por Foucault, nesse novo pastorado, ao invés de ter alguém que direciona o rebanho assujeitado, existe aqui relações de inteireza entre os aconselhados e quem lhes aconselha¹⁷⁹, o Estado não o administra.

¹⁷⁸ Relacional porque ele “opera através da relação entre as influências e a ética do condutor — os conselheiros genéticos e os peritos de reprodução associados, que agem como guardiões dos testes e dos procedimentos médicos — e as influências e a ética dos que são conduzidos — os pais reais ou potenciais que estão tomando suas decisões reprodutivas, e suas redes sociais de responsabilidade e obrigação” (ROSE, 2013, p. 112).

¹⁷⁹ “De um lado, novas formas de poder pastoral estão se configurando dentro e ao redor de nossa genética e de nossa biologia. Nesse poder pastoral, as questões acerca do valor da vida em si mesma inspiram os julgamentos cotidianos, os vocabulários, as técnicas e as ações de todos aqueles profissionais da vitalidade — médicos, conselheiros genéticos, cientistas da pesquisa e indústria farmacêutica, entre eles — e envolvem-nos a todos na ética e na *etopolítica*. Por outro, a política da vida em si mesma coloca essas questões para cada um de nós — em nossas próprias vidas, na de nossas famílias e nas novas associações que nos ligam aos outros com quem partilhamos aspectos de nossa identidade biológica. Nossa própria vida biológica, ela mesma, entrou no domínio

Relação essa que se mantém por consentimento, escolha de alguém que deixa ser direcionado por princípios éticos para inibir as ameaças de uma boa saúde e intensificação da automodelação do corpo:

[...] Transforma as subjetividades daqueles que devem dar ou recusar o consentimento, mediante técnicas discursivas que ensinam novas formas de transpor aspectos de si mesmo em pensamento e linguagem, novas maneiras de tornar a si mesmo em pensamento e as próprias ações maleáveis ao julgamento. E elas remodelam o fim último de tais encontros de modos específicos, por exemplo, em termos de noções psicológicas de saúde mental, ou em termos da recente, mas correntemente onipresente ideia de ‘qualidade de vida’ — cada uma agora definida dentro de determinadas escalas de classificação e medida por elas. Não obstante isso, esse poder pastoral difere do pastoreio cristão, onde os vetores do poder correm em uma direção, exigindo a submissão do rebanho à vontade do pastor, e da internalização daquela vontade absoluta sob a forma de autoexame e autocontrole (ROSE, 2013, p. 112 – 113).

As novas tecnologias que remodelam a organicidade, representam os segmentos mercadológicos existentes na sociedade que tornam os indivíduos consumidores — da saúde, da longevidade, da melhoria cognitiva, dos implantes. Esse mercado de fabricação de corpos e subjetividades “[...] segue seus impulsos fáusticos apostando na ultrapassagem de todos os limites que costumavam constranger a espécie humana” (SIBILIA, 2002, p. 179). A premissa básica que se pautam é a solução rápida e eficaz dos problemas humanos, representando uma queda da influência estatal clássica e vigorando os parâmetros de uma sociedade empresarial.

O mercado parece enfim governar os ditames da vida do indivíduo, em que esta tem um lugar centrado na administração dos riscos¹⁸⁰. Vivemos sob condições onde os homens são fabricados nesse regime evolutivo, cheio de incertezas, mas o fato é que temos a possibilidade de ampliar nossa existência e artificialmente, transformarmo-nos em outra coisa que não é dada pela natureza. Há vários autores com opiniões divergentes se estamos ou não caminhando para o pós-humano, que seria a formação de uma pessoa com capacidades físicas superiores às limitações humanas normais, seja por meio de elementos mecânicos implantados no corpo ou de intervenções em seus dados genéticos.

Diversos debates giram em torno deste tema, seja a respeito da simbiose do corpo orgânico com uma parte artificial, seja a reutilização de um órgão, seja devido às circunstâncias vividas em face da grande procura por produtos inovadores construídos com base em

da decisão e da escolha; essas questões de julgamento tornaram-se inevitáveis. Entramos na era da política vital, da ética somática e da responsabilidade biológica” (ROSE, 2013, 67).

¹⁸⁰ “trata-se de mais um degrau no processo contemporâneo de privatização do destino, como afirma Paulo Vaz em seu artigo ‘O futuro da genética’, com a saúde convertida em um capital que os indivíduos devem administrar — escolhendo consumos e hábitos de vida e calibrando os riscos que deles podem decorrer — e o médico como um corretor de investimentos. Assim, mais uma vez, a lógica da empresa espalha-se por todas as instituições e conquista novos espaços” (SIBILIA, 2002, p. 197).

tecnologias avançadas. No caso, por exemplo, dos transgênicos, nos são importantes por que eles representam essas formas de moldagem da sociabilidade que não está diretamente ligada aos artefatos ou intervenções genéticas do organismo humano, ou criando sequência de DNA. No entanto, foi uma importante incorporação devido à alta demanda de consumo no planeta e a facilidade com que essas hibridizações aceleram os processos tidos como orgânicos que demandavam tempo para está em fase de consumo¹⁸¹. Hoje, porém, devido a estas tecnologias utilizadas na agricultura, temos um rápido desenvolvimento de alimentos e estes de certo modo alteram nossa subjetividade, do mesmo modo como os saberes dietéticos representam modos de fabricação de um sujeito que não pode mais permanecer o mesmo:

Assim, no horizonte das desconstruções operadas pelos discursos agenciados ao dispositivo das novas tecnologias, observam-se momentos de grande indecidibilidade quanto à ontologia do humano; afinal, não sabemos mais 'quem somos nós' sem as nossas máquinas, os nossos instrumentos, as nossas bactérias. São tantas as passagens que nos lançam do humano ao não-humano, que não sabemos hoje onde começa um e onde termina o outro, vale dizer, o quanto de não-humanos encontramos no humano e vice-versa (LIMA, 2010, p. 252).

É o resultado de uma conjuntura não só econômica, mas política que tem redefinido certos limites, posto em evidência novas formas de pensar, de entender a vida e como habitar nesse espaço inventivo da técnica e medicina contemporânea. Considerando essa análise, Hayles (1999, p. 04. tradução nossa) diz que a condição humana não está ligada a ideia de alterar o corpo, já que com os novos modelos de subjetividades emergentes como a ciência cognitiva e a vida artificial resultam em pós-humanos, mesmo sendo um humano biologicamente inalterado. Em razão da definição do pós-humano não ser a presença de componentes biológicos e/ou artificiais incrementados, mas envolvem as diversas formas de construção da subjetividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese central deste trabalho, tal como enunciada anteriormente, visou explicitar que a filosofia de Michel Foucault, em seus escritos tardios, nos ajuda a compreender como os mecanismos biopolíticos e os avanços da técnica operam no domínio da vida. Ainda temos o

¹⁸¹ “Atualmente, em laboratório, é possível transformar o perfil genético de uma planta pela introdução de um fragmento de DNA alheio. Esta técnica vai permitir reduzir a quantidade de adubos químicos, herbicidas, pesticidas e outros fungicidas maciçamente utilizados na agricultura moderna, que inflacionam os custos e ameaçam, sem dúvida, a saúde dos consumidores, acredita-se também que este processo poderá melhorar a qualidade nutritiva dos alimentos” (LECOURT, 2003, p. 26).

objetivo de compreendermos como o conceito de biopolítica se desenvolve em questões sobre a tecnomedicina, as novas relações econômicas e as novas relações entre vida e técnica, à luz do horizonte foucaultiano. Observando que esses questionamentos já se apresentavam em Foucault, pois a complexidade da forma como a política se configura desde o século XVIII, parecia já despontar nuances das novas formas de compreensão da vida, especialmente com a preeminência do governo neoliberal.

Nosso objetivo principal foi corroborado, em certo sentido, quando percorremos algumas noções que permitiram a constituição do conceito de biopolítica. Com efeito, nas palestras, livros, entrevistas e cursos que Foucault utiliza a terminologia biopolítica — e por vezes biopoder¹⁸² — percebemos que em alguns momentos o problema parece escapar ou o levar para novos problemas, ainda assim, a cada vez que o proferiu sobressaiu elementos importantes. Curiosamente, o autor apenas utilizou os termos biopolítica e biopoder entre 1974 a 1979, contudo, o abandono do termo não significou que deixasse de pensar sobre o problema que o conceito apontava e do qual Foucault deixou como apontamentos antes de sua morte: o de refletirmos sobre como a vida foi enredada pela política.

Enfrentei um dos maiores desafios ao tentar estabelecer os limites do campo de estudo, pois, a cada tópico finalizado, surgiam novos elementos e cada decisão poderia requerer uma nova análise. Notei que o problema em questão demandava uma profundidade maior que foi inicialmente prevista, por isso não tenho dúvidas que tal problema pode seguir me acompanhando posteriormente. A partir de algumas premissas, analisamos como essas hipóteses poderiam ser desenvolvidas no pensamento do autor, mas encontramos dificuldades para conciliar com o grande número de novas perspectivas que surgiam. Sendo assim, ressaltamos que os objetivos definidos da pesquisa foram adquiridos em partes, mas, por outro lado, ficou evidente a necessidade de pensarmos muito além do que inicialmente nos propomos para essa problemática da biopolítica e o controle da vida.

O trabalho prosseguiu no sentido de apontar que a biopolítica, por ser móvel, se adapta às condições técnicas do poder. Sendo assim, se compararmos os empreendimentos que a definiam em meados do século XIX, perceberemos haver atualizações no modo de operar, não na lógica. Seu foco também se modifica diante da tecnociência, resultando numa maior

¹⁸² De acordo com Miranda, os termos biopolítica e biopoder “são às vezes usados como sinônimos, porém o primeiro termo significa mais uma política em nome da vida e o segundo como a vida pode ser assujeitada ao controle da política. Para o biopoder não é suficiente, controlar os corpos, determinar seus gestos, sua eficiência, sua capacidade de trabalho, também é necessário elaborar modos de torná-lo produtivo por um longo tempo, organizá-lo não apenas na fábrica, na escola, na caserna, mas em todos os ambientes, nas diferentes circunstâncias e condições temporais de sua existência” (MIRANDA, 2013, p. 55).

tendência de organizar e controlar a vida. Se o primeiro entendimento que se tem dos textos de Foucault é de uma política que controla a vida do homem nas preocupações políticas, é possível identificar, contudo, que toda vida agora está sob a égide de uma racionalidade que põe em evidência a complexidade dos jogos de força e relações de poder que cercam a existência, isto é, não é apenas cuidar da vida humana, mas capturar tudo que emana vitalidade.

Dentre as averiguações ficara explícito que a medicina tem se mostrado um conhecimento que não apenas requer artifícios para melhorar as condições de vida, mas que sua estruturação também é compatível como o modo administrativo do Estado. A medicina, conseqüentemente, acompanha as transformações que a sociedade e as dinâmicas de poder difundem sobre a vida. Como se a medicina se reinventasse a medida em que atua sob condições e objetivos específicos da racionalidade política da vida, onde seu alcance e sua forma de agir se reconfigura, especialmente quando as ciências da vida nutrem uma nova forma de compreender o homem e tudo a sua volta, a partir das circunstâncias onde a lógica neoliberal, condicionada a uma forma emergente de racionalidade, induz não apenas a sociedade, mas a própria vida no mercado. Como o saber médico lida com a vida, ganha também novos contornos, e a figura do doente é reinventada. Não é mais questão de lutar contra a doença já presente no corpo, mas, sim, de prevenir a ação da mesma, por novas possibilidades médicas, como o diagnóstico genético. Ora, não é necessário ter um corpo doente para ser acessado, mas, à medida que este indivíduo é identificado como suscetível à doença, já é acessado.

Diante desse cenário, as biotecnologias oferecem ao homem um mundo de possibilidades para superar suas determinações. Se a vida antes seguia o seu curso natural, determinado por eventos como o nascimento, o crescimento, o trabalho, a reprodução e a morte, agora as novas tecnologias estão quebrando essa lógica, de forma que a vida das pessoas não depende mais da linearidade e pode ser redefinida / alterada. A morte, por si só, tem uma relação diferente com a vida neste contexto, pois há novas definições e categorias, como a morte cerebral. Em suma, o que se verifica é que as antigas fronteiras que separavam o campo da morte e da vida se tornaram mais flexíveis e, hoje em dia, a morte pode significar vida. Tal possibilidade se deve ao desenvolvimento de ferramentas de acesso ao corpo, em que uma pessoa se transforma em banco de órgãos reutilizáveis. Inversamente, o campo infinito da investigação genética tende a fabricar não apenas um corpo ampliado, protegido das enfermidades, mas também um corpo mais inteligente, belo visualmente e certamente mais potente (força), por meio de remédios que nos permitem fugir das dores, depressões, tristezas, e que, por outro lado, poderão reduzir nossa capacidade mental e criatividade. Temos então um cenário de fabricação de uma nova forma de compreender a vida e de controle da vitalidade.

Independentemente de a posição ser favorável ou não às possibilidades abertas com as biotecnologias, o fato é que muitos autores que se propõem a pensar sobre este contexto, evidenciam a necessidade de se analisar a condição humana social e culturalmente, e no fim, repensar o próprio homem e sua finitude.

Efetivamente, o fato de as tecnologias dispor da natureza, faz com que ela e o próprio homem sejam redefinidos e se tornem campo virtualmente aberto. As biotecnologias se tornam, então, um desafio à reflexão filosófica. Pois enquanto possibilitam ao homem ter as ferramentas de libertação para uma série de males que sempre o afligiu, pode também modificar radicalmente o que até aqui se entendeu como Homem, dado que alterações progressivas, especialmente de genes ‘defeituosos’, certamente começarão a corroer nossa ideia do que seja precisamente e do que significa ser humano. Tal situação, entretanto, é o momento que alcançamos a possibilidade de sermos outra coisa, ou seja, é o primeiro momento em que o homem decide, com sua própria inteligência, o destino de sua espécie. Uma quimera em que nos coloca na possibilidade de apenas com uma só criação dar fim a toda a espécie ou tornar real a ampliação da força de nossa saúde, de nossos corpos. As concepções éticas temem o futuro que se aproxima, mas também não pode deter o desenvolvimento tecnológico, nem o antropotécnico.

Portanto, o que fica evidente é que se durante milênios o fato característico do homem era fazer a política, o homem moderno, frente a racionalidade que se desenha como biopolítica, torna-se fabricado pela política. Deste modo, tem seu corpo e vida regrados pelos saberes e as novas tecnologias têm imersão direta com a *zoé*, a vida natural humana e todas as implicações passam pela política da vida. O novo sentido da vida se tornou algo fabricado artificialmente alheio ao homem, mas que depende dele. Sendo assim, inicialmente olhamos para o problema relacionado a fabricação da vida sob o viés técnico, do perigo que nos assola em tal contexto, fica claro, no entanto, que a própria técnica é acossada pela política. Isto é, embora as novas tecnologias desenhem infinitas possibilidades de intervenção e fabricação da vida, ela permanece confinada nos laboratórios, e a política, pelo contrário, torna-se cada vez mais autônoma no sentido de regulamentar, utilizá-la nas condições que lhes favorece, e assim determina e conduz a vida no presente.

Saio desta pesquisa, em termos teóricos, ainda com mais incertezas, porque existem muito mais o que refletir sobre o assunto, mas com a certeza que a filosofia é a única que pode realmente problematizar o fato de nossa vida ser fabricada aos moldes políticos. A experiência de refletir sobre isso a partir de Foucault foi enriquecedora e desafiadora, pois foi extremamente difícil ponderar sobre até que ponto ele contribui e em que momento outras perspectivas

poderiam me levar. No entanto, fica claro também que ainda existe muito mais a se absorver nos seus escritos, por isso não dou por finalizada aquilo que me propus, creio que tenho ainda muitos pontos a acertar, muitas dúvidas a sanar.

Reitero por fim que, as condições impostas sobre a vida não definem amarras duradouras do biopoder, ou que estejamos presos a esse controle da política sem ter como fugir. Porque Foucault já nos deixou um caminho, não diria uma linha de fuga, mas uma nova forma de vivenciar um contexto marcado por importantes inovações, mas que, por outro lado, cada vez mais acossados pela política: que consiste em cada um de nós criar um governo de si. O 'cuidado de si' aparece em Foucault como uma ética no qual o sujeito retorna a si mesmo para em seguida agir. Esta forma de agir dos antigos era composta por um conjunto de regras de existência que o sujeito se dava a si mesmo, promovendo, de acordo com sua vontade e desejo, um estilo de vida, originando uma 'estética da existência'. O homem contemporâneo se encontra distante de si, ou seguindo uma expressão de Heidegger, ele está 'esquecido de seu esquecimento', e isto o impede, segundo a noção ética de Foucault, de cuidar de si. Por isso, é necessária uma volta para si, para poder voltar-se ao mundo. Retomar nossa potência, fazer do corpo e da vida o local de luta que sempre foram, nos apropriar de nossa potência e abri-la para o campo da multiplicidade, de outros possíveis, poder-se-ia também criar outro tipo de corpo, fugir das organizações, entrar no campo do devir.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 207 p.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. de Iraci D. Poleti. – São Paulo: Boitempo, 2004. 142 p. ISBN 978-85-7559-057-7.
- ARAYA, Adán Salinas. **La semântica biopolítica: Foucault y sus recepciones**. Viña del Mar: Cenaltes, 2015.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- AUGUSTO, Acácio. Política e Polícia. *In*: CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGANETO, Alfredo (orgs). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Estudos Foucaultianos). p. 19-35.
- BAZZICALUPO, Laura. **Biopolítica: um mapa conceitual**. Tradução de Luisa Rabolini. – São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2017.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Transparência do Mal: ensaio sobre os fenômenos extremos**. Tradução de Esteia dos Santos Abreu. 3a edição, Campinas, Papyrus, 1996.
- BIGO, Didier. Security: A fiel Left Fallow. *In*: Dillon, Michael; Neal, Andrew W. (editores). **Foucault on politics, security and war**, 2ª ed. Palgrave Macmillian, 2008.
- BOARMAN, Patrick. Apostle of a Humane Economy: remembering Wilhelm Röpke. *In*: EUCKEN, Walter. BÖHM, Franz. **ORDO: Jahrbuch für die ordnung von wirtschaft und gessellschaft**. (p.82-84). Lucius & Lucius: Stuttgart, 1999.
- BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Trad. Juliane Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.
- CANDIOTO, Cesar; D’ESPÍNDULA, Thereza S. Biopoder e racismo político: uma análise a partir de Michel Foucault. *In*: **A medicalização da vida como estratégia biopolítica**. Organização Sandra Caponi ... [et al.]. – São Paulo, SP: LiberArs, 2013.
- CASTRO-GÓMES, Santiago. **História de la gubernamentalidad. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo em Michel Foucault**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Pontifícia Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Santo Tomás de Aquino, 2010. 280 p.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: _____. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- DEAN, Mitchell. **Governmentality: Power and rule in modern society**. 2 edição. Los Angeles: SAGE, 2010.
- DILLON, Michael. Security, Race and War. *In*: Dillon, Michael; Neal, Andrew W. (editores). **Foucault on politics, security and war**, 2ª ed. Palgrave Macmillian, 2008.

DUARTE, André Macedo. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética** (Ensaios Críticos), v. 01, 2008, p. 1-16. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm. Acessado em: 06 de maio/2021.

DUARTE, André de Macedo. **Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUARTE, André. Foucault e a Governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno. *In*: CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo (organizadores). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Estudos Foucaultianos). p. 53-69.

DREYFUS, H. e RABINOW. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ESPOSITO, Roberto. **Bíos, Biopolítica y filosofía**. Trad. Carlo R. Molinari Marotto. I ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

FARHI NETO, Leon. **Biopolítica em Foucault**. Dissertação (mestrado em filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Santa Catarina, 2007.

FERREIRA, J. A produção de memória biotecnológica e suas conseqüências culturais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, núm. 53, outubro, 2003, pp. 97-109 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, Brasil. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/NGdDfMzHCVmyQKhvzddnXGk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução Roberto Machado, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **As malhas do poder - final**. *In*: Barbárie, ano III, n. 5, 1982. pp. 34-42. Disponível em: < <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26785> > Acesso: 21 Fev 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976); tradução Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos IV: **Estratégia poder-saber**. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária. 2006a.

FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos V: **Ética, sexualidade, política**. Tradução Elisü Monteiro, Inês Autmn Dourado Barbosa. 2.ed. -- Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Crise da medicina ou crise da antimedicina**. Verve - Revista semestral autogestionária do Nu-Sol, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 167-194, Setembro/Outubro, 2010. ISSN: 1676-9090. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/8646>
Acesso em: 25 jan 2020.

FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos VII: **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Revisão Técnica e Organização Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhe. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.

FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos VI: **Repensar a política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa; - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2015.

GALLO, Sílvio. Do cuidado de si como resistência à biopolítica. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo (org). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 367-387.

GARCÍA, Antonio Rivera. Deslacanizando a Žižek. El comunismo lacaniano frente al agonismo foucaultiano. In: ARAYA, Adán Salinas (org). **Filosofía política y genealogías de la colonialidad**: Diálogos com Santiago Castro-Gómez. CENALTES, Viña del Mar, 2017.

GIORGI, Gabriel; RODRÍGUEZ, Fermín. Prólogo. In: (Comp.). **Ensayos sobre biopolítica: excesos de vida**. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 9-34.

GREELY, H. et al. **Towards responsible use of cognitive-enhancing drugs by the healthy**. **Nature**, London, v. 456, n. 7.223, p. 702-705, 11 Dec. 11th, 2008. Disponível em: https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1039&context=neuroethics_pubs. Acesso em: 28 maio 2018.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (Org). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 129 p.

HAYLES, N. Kathherine. **How we became posthuman: virtual bodies in cybernetics, literature, and informatics**. The University of Chicago ISBN: 0-226-32145-2 (cloth: alk. paper), 1999.

HEIDEGGER, Martin. A questão da Técnica. In: **Ensaio e Conferências**. Trad. Emmanuel Carneiro Leão, Petrópolis, Vozes, 2002.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Tradução de Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, Maurizio. **La fábrica del hombre endeudado. Ensayo sobre la condición neoliberal**. – 1ª ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.

LECOURT, Dominique. **Humano, pós-humano**. Trad. Ruy Oliveira, Edições 70, LDA, 2003.

LEMKE, Thomas. **Foucault, Governmentalidade e crítica**. Trad. Mario Antunes Marino, Eduardo Altheman Camargo Santos. – São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

LEMKE, T. **Biopolitics – an advanced introduction**. New York: New York University Press, 2011. 160 p.

LIMA, Homero Luis Alves de, 1967. **Do corpo-máquina ao corpo-informação: o pós-humano como horizonte biotecnológico**; editor chefe: Vanderlei Cruz; administração: Tiago Ferreira de Souza; revisão de texto: Maria Xavier; diagramação e projeto visual: Sara Coelho. – Curitiba: Honoris Causa, 2010. 274 p.

LIMA, R. **Somos todos desatentos? O TDA/H e a construção de bioidentidades**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. A técnica como capital e o capital humano genético. **Revista Novos Estudos Cebrap**, n. 80, mar. 2008, p. 127-139. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a09n80.pdf> Acesso em: 10 abr. 2022.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

MILOVIC, M. Ontologia dos monstros – Antonio Negri e as questões sobre a política e imanência. **Cadernos de ética e filosofia política**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2011, vol. 18, 1, p. 161-177. Acesso em: 14/05/2022 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55727>

MIRANDA, Wandelson Silva de. **Deleuze-Foucault: sociedade de controle e biopolítica**. Orientador: Prof. Dr. Guilherme Castelo Branco. 2013. 357 p. Tese (Doutorado em filosofia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2013.

MITJAVILA, M.; VECINDAY, L. El enfoque de riesgo como dispositivo individualizador en el campo social. In: LORENTE, B. (org.). **Transformaciones del estado social: perspectivas sobre la intervención social en Iberoamérica**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2011.

MOYSÉS, Maria Aparecida A.; COLLARES, Cecília A. L. Medicalização: o obscurantismo reinventado. In: COLLARES, Cecília; MOYSÉS, Maria Aparecida; RIBEIRO, Mônica Cintrão (org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos: memórias do II Seminário Internacional Educação Medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 41-64.

ORTEGA, Francisco; ZORZZANELLI, Rafaela. **Corpo em evidência: A ciência e a redefinição do humano**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 192 p.

PALLADINO, Paolo. Revisiting Franco's Death: Life and Death and Biopolitical Governmentality. In: Dillon, Michael; Neal, Andrew W. (editores). **Foucault on politics, security and war**, 2ª ed. Palgrave Macmillian, 2008.

PASSETTI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

PELBART, P. P. Biopolítica. **Sala Preta**, [S. l.], v. 7, p. 57-66, 2007. DOI: 10.11606/issn.2238-3867.v7i0p57-66. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57320>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PELBERT, Peter Pál. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RABINOW, Paul. **Antropologia da razão**. Org. e Trad. João Guilherme Biehl. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RABINOW, P.; ROSE, N. **O conceito de biopoder hoje**. REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - Política & Trabalho – n.º 24, abril de 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600>. Acesso em: 15 nov 2021.

REID, Julian. Life Struggles: War, Discipline and Biopolitics In: Dillon, Michael; Neal, Andrew W. (editores). **Foucault on politics, security and war**, 2ª ed. Palgrave Macmillan, 2008.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. – São Carlos: Claraluz, 2005.

RIFKIN, Jeremy. **O século da biotecnologia. A valorização dos genes e a reconstrução do mundo**. SP, Makron Books, 1999, 290p.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI**. Trad. Paulo Ferreira Valerio. – São Paulo, 2013. 396 p.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. A sacralidade da vida na exceção soberana, a testemunha e sua linguagem:(re) leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben. **Cadernos IHU**. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos. Ano 10, n.º 39, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ihu/039cadernosihu.pdf>. Acesso em: 10 abr 2021.

SCHEINVAR, Estela. Biopolítica e judicialização das práticas de direitos: conselhos tutelares em análise. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo (org). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.143-151.

SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. Uma ontologia crítica da racionalidade política na atualidade. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo (org). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 327-342.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SIBILIA, Paula. Tiranias do “software humano”: redefinições de saúde e doença. **CORPO, ARTE E COMUNICAÇÃO**, Revista Logos, Rio de Janeiro: UERJ, v. 11, n. 1, ed. 20, p. 41 - 60, 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14674>. Acesso em: 13 jan. 2021.

SIBILIA, Paula. A vida interconectada, alongada e espetacular: Desafios biopolíticos do século XXI. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 20, p. 05-08, dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/6009/4336>. Acesso em: 03 Ago 2020.

SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. Estação Liberdade: São Paulo, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. *In*: CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Foucault**: filosofia & política. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 37-52.